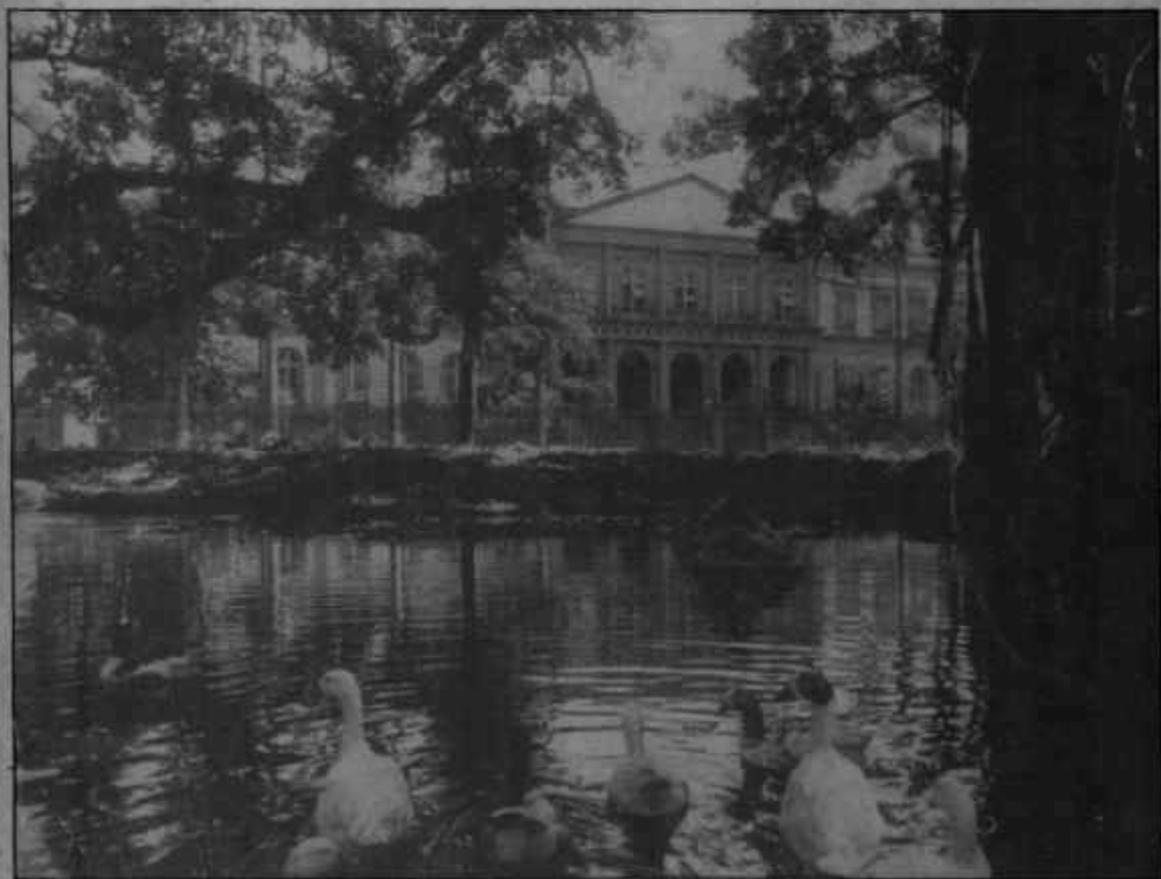

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



**Ministério da Justiça
Arquivo Nacional**

**ACERVO
Revista do Arquivo Nacional**

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 1	p. 1-106	jan.-jun. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

© 1987 by Arquivo Nacional
Rua Azeredo Coutinho, 77 - CEP 20230 - Rio de Janeiro , RJ - Brasil

Ministro da Justiça: Paulo Brossard de Souza Pinto
Diretora-geral do Arquivo Nacional: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Conselho Editorial
Norma de Góes Monteiro (pres.)
José Gabriel da Costa Pinto
José Maria Jardim
Maria Odila Khal Fonseca
Marisa Rocha Motta
Paulo de Tarso R. Dias Paes Leme
Sandra Lazzarini

Coordenadora editorial: Sandra Lazzarini
Edição de texto: Adelina Maria Teixeira de Souza, Paulo Fernando Dias Vianna,
Rosina Iannibelli
Responsáveis pela Seção Bibliografias: Ana Maria de Lima Brandão, Maria de Fátima Pereira Jaegger
Responsável pela Seção Perfil Institucional: Maria Amélia Gomes Leite
Serviços auxiliares: Marilene de Oliveira Carvalho

Foto da capa: prédio frontal do Arquivo Nacional

Sumário

Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador
Francisco Carlos Teixeira da Silva 5

Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da arquivologia
Marilena Leite Paes 17

Entre a enxada e o voto
José Murilo de Carvalho e Eduardo Silva 23

Arranjo e descrição: uma experiência de trabalho
Maria Vilma Marques Soares, Mariza Ferreira de Sant'Ana e Paulo Roberto Elian dos Santos 29

A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc
Lúcia Lahmeyer Lobo, Ana Maria de Lima Brandão e Maurício Lissovsky 39

Reconstituição de famílias: instrumento de análise demográfica
Altiva Pilatti Balhana 53

Parati, memória documental em risco
Flávia Roncarati Gomes 65

Perfil institucional 79

Bibliografias 83

Quem está pesquisando o quê 95

Notícias 103

Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador*

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Professor adjunto de História
Moderna e Contemporânea,
da Universidade Federal Fluminense

Fontes cartorárias para a história

Falar em arquivos cartorários (a expressão *cartorial* não é dicionarizada) corresponde, em verdade, a uma redundância. Em sua origem, a denominação cartório, do latim vulgar *chartularia*, significa arquivo de cartas, ou seja, de diplomas ou documentos. Entre nós, a expressão é de uso corrente e bastante adequado em seu contexto historiográfico. A distinção cabe, entretanto, para esclarecer os diversos procedimentos existentes em um 'cartório', entendido aqui como a 'casa' ou 'paço' onde tem função um tabelião ou notário.

Em tese, deveríamos distinguir o 'escritório', onde se dão os procedimentos legais do 'arquivo' ou cartório propriamente dito. Ao historiador interessa, obviamente, o arquivo e sua documentação. Devemos, mesmo assim, ter uma visão clara da função do tabelião para saber o que podemos encontrar nos arquivos, como esta documentação foi produzida, sob que condições e por que é conservada. Tal conhecimento evitaria que o historiador gastasse tempo e esforço na busca de dados ou fontes inexistentes.

A documentação cartorária no Brasil surgiu no início do processo de colonização, sendo o único corpo documental homogêneo e ininterrupto que dá conta do amplo espectro da vida econômica e social do país. Seu uso foi desde logo reconhecido pelos historiadores, como Alcântara Machado ou Melo Moraes, que a utilizaram, porém, de forma ilustrativa e/ou episódica, sem com isso constituir uma metodologia que lhe fosse adequada. Só mais tarde, por volta de 1967, iniciou-se entre nós um verdadeiro esforço de sistematização dessas fontes e a busca de uma metodologia específica para sua exploração.

* Agradeço a Maria Yedda L. Linhares e a Homero Barbosa a contribuição crítica a este artigo.

Infelizmente, a prática cartorária não foi tão generalizada como imaginamos ou como gostariam os historiadores, e a visão de 'Estado cartorial', cunhada por Hélio Jaguaribe, não corresponde à realidade. Temos sérias dúvidas quanto à necessidade de o registro ter alcançado a massa da população, em especial os pobres. Estes ficaram à margem da norma legal ocidental, de cunho romano. Além disso, os pobres dificilmente poderiam pagar os emolumentos do notário ou tabelião. Outros países, com uma tradição de apego à terra e com uma problemática de herança muito aguda, conheceram uma generalização muito maior e profunda da intervenção notarial, tão mal vista nos contos camponeses de Ch. Perrault ou nas *Maerchen*, dos Irmãos Grimm.

No Brasil, foi entre os detentores de prestígio e de bens que a instituição notarial floresceu plenamente. Na França, por exemplo, ela se mantém intocada, resguardando-se o peso social de um notário cuja influência na gestão de fortunas e na legalização de bens ainda hoje se faz presente. Aqui, embora em processo de extinção, foi o cartório a única instituição que sobreviveu desde o nascedouro, mantendo seu *status* praticamente intocado até dias recentes.

Origens dos tabeliães

A prática da redação de documentos ou contratos por um terceiro, equidistante das partes, remonta à época do Império Romano. Sendo uma sociedade de direito escrito, com alto grau de sofisticação econômica e com um imenso contingente de analfabetos, tornou-se comum recorrer a indivíduos que ganhavam a vida escrevendo documentos e cartas, em locais públicos (principalmente nas praças dos mercados), nos quais as pessoas tinham plena confiança, *conficiendis tabulis*.

Aos poucos, em especial na época do Baixo Império, generalizou-se a prática de recorrer a um tabelião para anotar contratos, os mais variados possíveis, entre as partes, muitas vezes na presença de testemunhas. Tal prática acabou por levar a distinção dos documentos em *instrumenta privata*, aqueles que não iam à presença do tabelião, e em *instrumenta publica*, redigidos por tabeliães na presença das partes e com testemunhas. Ao mesmo tempo, estabelecia-se um sistema de guarda dos documentos, junto aos oficiais de justiça, num *chartarium* ou arquivo.¹

Com o desmantelamento do Império Romano, o fim de um poder centralizado e, principalmente, com uma brusca simplificação da vida econômica em decorrência da extrema ruralização dos séculos V ao XI, a prática do registro de documentos com tabeliães quase que desapareceu. Deve-se notar que a maioria dos documentos exarados de um *conficiendis tabulis* dizia respeito às dívidas, à compra e venda de escravos e de terras.

1. Ed. Bautista Pondé, *Origens y historia del notariado* (Buenos Aires, Delparice, 1967).

Ora, na sociedade feudal que se constituiu na Europa entre os séculos V e X, tais atividades não possuíam qualquer vigência. As dívidas com juros eram interditas e sua prática sub-reptícia não incentivava, de modo algum, a se recorrer a um texto escrito que poderia levar o usuário a uma situação de graves apuros, como bem nos mostra Jacques Le Goff.² Além disso, a escravidão fora substituída pela servidão, onde o trabalhador direto não era mais tratado como um *instrumento vocale*, um semovente, e por isso mesmo, um dos objetos mais comumente comprados e vendidos. A maior transformação deu-se, entretanto, em relação à terra, cujo acesso era mediatizado pelas relações de dependência pessoal que caracterizavam o feudalismo.³

A própria legislação 'bárbara' marca bem tal transformação, como a *Lex romana visigothorum*, de 506 d.C., onde não vigorava mais a figura do *tabellio*. Na realidade, a prática do registro de documentos ficou a cargo dos 'notários apostólicos', clérigos com formação 'latina' e que ainda guardavam algumas das práticas romanas. A maioria das atividades restringia-se ao registro das cartas de vassalidade, que estipulavam as relações entre suserano e vassalo, bem como das cartas que estabeleciam as obrigações e direitos dos servos em relação aos senhores. Estes 'notários' eram, na verdade, colocados como parte da 'criadagem' ou da 'família' do senhor, não tendo funções públicas. Mesmo a documentação assim produzida ficava nos arquivos dos castelos, de caráter privado (como o são até hoje na França e na Inglaterra). Simultaneamente, os reis desenvolveram em suas cortes corpos de notários, sob a denominação de 'chancelaria', por responsabilizar-se pela chancela ou o selo real.

Este processo, comum a toda a Europa Ocidental, foi, muito cedo, interrompido em Portugal, principalmente em razão de uma precoce centralização monárquica. Até o final do século XII, quase toda a atividade de registros estava nas mãos do clero, que havia transformado os arquivos episcopais de Coimbra, Lorvão e Alcobaça nos maiores centros documentais do país.⁴

No seu propósito de centralizar ao máximo a atividade administrativa do país, dom Afonso II (1211-1223) deu início a uma série de medidas visando a afastar o clero da administração pública do Reino e substituí-lo por homens nomeados diretamente pelo rei, a ele ligados por um juramento. Coube a dom Afonso II a primeira nomeação que conhecemos de um indivíduo para

2. Jacques Le Goff, *La bourse et la vie* (Paris, Hachette, 1986). Ver ainda, L. Poliakov, *Los banqueros judios y la Santa Sede* (Buenos Aires, Paidós, 1968).

3. A melhor análise das mudanças no caráter da terra e sua relação com o trabalhador direto continua sendo a obra de Marc Bloch, *Seigneurie française et manoir anglais* (Paris, A. Colin, 1960).

4. Sobre o papel dos clérigos como intelectuais, notadamente copistas, ver Jacques Le Goff, *Os intelectuais da Idade Média* (Lisboa, Martins Fontes, 1980). Especificamente sobre Portugal, ver Henrique Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* (Lisboa, Sá da Costa, 1950).

tabelião (em 1218), na condição de "primus et publicus tabellio Domini Regis A. juratus in Ulixbona",⁵ prática que ainda sob o mesmo reinado será ampliada para todo o Reino. Uma-se, assim, o processo de centralização monárquica com a crescente sofisticação da vida econômica peninsular, onde o feudalismo já vinha sendo superado.

Como a atividade do tabelião era remunerada pelas partes e tendia a uma universalização dos seus atributos, a provisão do cargo tornou-se objeto de pressões e interesses que se manifestavam na Corte. O rei soube, bastante bem, manobrar tais interesses, transformando a provisão do cargo ou o direito de prover numa das formas de criar liames de dependência pessoal e política.

Já no século XIII, sob o reinado de Afonso III (1245-1279), deu-se a generalização da intervenção dos tabeliões nos diversos tipos de contratos e registros, tornando-se clara, pela primeira vez, a distinção entre um tabelião do paço ou das notas e um tabelião das audiências ou do judicial. O primeiro deles era assim denominado em virtude de ser obrigado a ter 'casa aberta' e com horário conhecido para receber as partes para registro de documentos e contratos; por sua vez, os tabeliões das audiências ficavam responsáveis pelo registro de crimes e querelas que deveriam ser notificadas aos juízes e/ou corregedores.⁶ Na maioria dos 'concelhos' portugueses e, mais tarde, nas vilas do Brasil Colonial, as funções eram exercidas por um só tabelião, face à pobreza ou rarefação demográfica ou social dessas vilas.

Foi no século XIV, entretanto, que a condição de tabelião apareceu claramente regulamentada, agora sob a influência do Código Justiniano, de 529, cujos princípios eram romanos. A legislação recolhida pelos juristas bizantinos sob a orientação de Triboniano, visava a três aspectos fundamentais:

- a) adaptar o direito romano a uma monarquia absoluta e ancorada na idéia de direito divino do soberano;
- b) organizar o funcionamento da máquina administrativa do Estado;
- c) dar conta de uma sociedade altamente mercantilizada, onde a propriedade privada era a base das atividades econômicas.

A reintrodução do direito romano, seja via os árabes, seja via influência dos mestres franceses, atendia plenamente à fase do desenvolvimento coetâneo do Reino português: a introdução do país no grande circuito mercantil do Ocidente e, de forma concomitante, a centralização monárquica.⁷ Assim, o século XIV assistiu a uma ampla sistematização da prática do tabelionato português, particularmente a partir dos chamados 'regimentos de janeiro'.

5. Rui Abreu Torres, verbete 'Tabeliões', em Joel Serrão, *Dicionário de história de Portugal e do Brasil* (Porto, Iniciativas Editoriais, s/d), pp. 108-111.

6. Ordenações do Senhor Rei dom Afonso V, liv. 1, tit. 35-42, bem como Ordenações Filipinas, liv. 1, tit. 79.

7. M. V. Levchenko, *Byzance des origines a 1453* (Paris, Payot, 1949), p. 59.

de 1305, que estabeleciam uma tabela de emolumentos para os serviços prestados, a obrigatoriedade de se lançar os registros em livros e não em papéis avulsos, o impedimento em advogar e exercer o cargo de juiz, a obrigatoriedade das testemunhas, a necessidade de escrever e datar claramente todos os documentos.

Ao mesmo tempo, a monarquia advertia duramente os tabeliães para não constringer ou humilhar os pobres obrigados a recorrer aos seus serviços. Da mesma forma, os tabeliães das audiências deviam anotar todos os crimes com os mesmos cuidados formais dos tabeliães das notas, para encaminhá-los aos juízes, aos quais, além disso, tinham de servir como escrivães. Em 13 de setembro de 1375, dom Fernando, o Inconstante (1345-1383) acabou por extinguir os notários privados, num forte golpe ao autonomismo da nobreza, estabelecendo que somente "ao rei cabe acrescentar ou fazer tabeliães".

A organização do tabelionato português foi completada quando da sua introdução nas diversas Ordenações do Reino, vigorando assim no Brasil. Poucas alterações deram-se quando desta incorporação, tal qual encontramos nas Ordenações Filipinas, livro 1, título 79, onde o tabelião foi confirmado no ofício de "lavar e autenticar escrituras e testamentos", enquanto o tabelião do judicial ou das audiências transformou-se, na prática, num escrivão de justiça, tornando-se um oficial auxiliar do juízo. Tal situação foi confirmada no Brasil independente pela lei de 11.10.1827, apenas alterada recentemente pela lei n.º 6.015/73 e pela emenda n.º 7, de 1977, que acabou por estabelecer a oficialização do tabelionato e dos serviços auxiliares de Justiça em geral (os cartórios) em caso de vacância do titular, encerrando, assim, séculos de tradição.

Os cartórios no Brasil

Os tabeliães chegaram ao Brasil com o início da própria colonização. Tal fato explica-se com naturalidade a partir do fato básico de que a colonização do Brasil foi em sua origem um sistema de distribuição de terras. Essa distribuição implicava, obviamente, o registro de terras conforme o Regimento das Sesmarias, publicado pelo próprio dom Fernando, o Inconstante. Assim, era necessário ter-se em ordem um livro de registro e um tabelião responsável por tais atribuições. Já em 1530, dom João III enviou uma carta para Martim Afonso de Sousa, dando-lhe poderes para criar tabeliães:

...dou poder... para criar e fazer dois tabeliães que sirvam das notas e judicial que logo daqui vão na dita armada, os quais serão tais pessoas que o bem saibam fazer... e se depois... lhe parecer que para governança dela são necessários mais tabeliães que os sobreditos que assim daqui há de levar, lhe dou poder para os criar e fazer de novo...⁸

No Rio de Janeiro, os tabeliães surgiram com a própria fundação da cidade e a nomeação, por Mem de Sá, em 1565, de Pero da Costa como 'pro-

8. Chancelaria de dom João III, liv. 41, f. 103.

prietário' (título que só foi substituído por serventuário vitalício em 1827, correspondendo hoje a titular) do Primeiro Ofício de Notas. No ano seguinte, Gaspar Rodrigues de Góes torna-se proprietário do Segundo Ofício, surgindo em 1625 o Terceiro Ofício e, em 1657, o Quarto Ofício.⁹

Na maioria dos casos, os tabeliães do Brasil Colonial tratavam exclusivamente das 'notas' (escrituras, contratos, dívidas etc.), ficando a cargo de um dos oficiais da Câmara a tarefa do judicial. Em alguns casos, o tabelião de notas exercia a função 'do crime', dando contas aos juizes ou diretamente ao ouvidor e demais funcionários da Coroa.

A documentação produzida por tais tabeliães não teve muita sorte: o incêndio de 20 de julho de 1790 parece ter destruído boa parte da documentação cartorária referente aos séculos XVI, XVII e XVIII. A detalhada e criteriosa pesquisa de D.L. de Macedo só conseguiu localizar do Primeiro Ofício, no século XVI, dois volumes de Registro de Cartas de Sesmarias e, no século XVII, um Livro de Registros, assinado por Antônio de Andrade, em 1609, além de várias folhas soltas. Já a documentação do Segundo Ofício só nos foi disponível a partir de 1709; o Terceiro Ofício perdeu toda sua documentação anterior a 1800 e o Quarto Ofício não possui qualquer documentação anterior a 1692.¹⁰

A organização dos cartórios

Como vimos, conforme a tradição que nos foi trazida de Portugal, distinguia-se o tabelião 'de notas' do tabelião 'judicial', embora algumas vezes houvesse confusão ou superposição de alçadas entre ambos. Só com o desenvolvimento e complexificação social e econômica foram claramente se definindo os ofícios. Assim, nos primeiros tempos de Salvador ou do Rio de Janeiro, ou ainda hoje em pequenas cidades, as atribuições podem aparecer superpostas. Procuraremos aqui relacionar os diversos ofícios e suas atribuições atuais. Entretanto, o mais importante para nós é dar conta da documentação histórica, mesmo que hoje não seja pertinente ao Ofício em pauta.

Ofício de notas ou tabelionato de notas

Escrituras de compra e venda. Historicamente relacionam-se ao Primeiro Ofício os livros de atas, o livro de termo de audiências, o livro de contratos e os livros de alistamentos.

9. José Honório Rodrigues, em *Pesquisa histórica no Brasil* (São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969), p. 209, dá datas de criação dos ofícios ligeiramente diferentes. Optamos, entretanto, pelos dados oferecidos por D. L. De Macedo, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965). Ver ainda Jonathas Serrano, *O notariado no Brasil* (Rio de Janeiro, s/r, 1917).

10. D. L. De Macedo, op. cit., prefácio.

Registro civil

Livro de nascimentos, óbitos e casamentos. Não há uma documentação anterior ao ano de 1870, quando pela lei n.º 1.829, no seu artigo 2.º, foi criado o registro civil, subordinado a uma Diretoria Geral de Estatística, que enviava periodicamente aos cartórios mapas para serem preenchidos e devolvidos à Corte. Assim, retirava-se da Igreja a atribuição do registro nos chamados 'livros de catolicidade', estabelecidos pelo Concílio de Trento, no século XVI.

Ofício do Cível

Processos cíveis, englobando historicamente cobranças, dívidas, execução de sentença, execução hipotecária, divisões amigáveis, licença para venda de imóveis, demarcações, despejos, depósitos, desquites, protesto, arresto, anulação de contrato, embargo, manutenção de posse, usucapião, separação de bens, reintegração de posses, agravo, investigação de paternidade, libelo cível, divórcio litigioso, inventário, partilha, falência, exame de firma, procurações.

Ofício criminal ou do crime

Processos criminais, englobando as figuras penais.

Registro de imóveis

Livro de registro de escrituras definitivas de compra e venda de imóveis, transferência de imóveis e transmissões.

Registro de pessoas jurídicas

Titulos e documentos, protestos, estatutos, diplomas, certidões, títulos particulares.

Registro de família, órfãos e sucessões

Inventários, partilhas, testamentos, prestações de contas de testamento, tutela, curatela, licenças, separações.

O uso da documentação cartorária pelo historiador

Como afirmamos na introdução deste trabalho, o uso de documentos cartorários é bastante antigo no Brasil, como nas obras de Alcântara Machado, Pedro Calmon ou Melo Moraes. Entretanto, o uso por tais historiadores visava, principalmente, a ilustrar um ponto de vista ou corroborar uma hipótese, tudo em um sentido claramente episódico. A busca de uma metodologia específica para o uso da documentação cartorária iniciou-se a partir da influência da comunicação de Ernest Labrousse, em 1955, no X Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Roma.

Na mesma linha, os historiadores François Furet e Adeline Daumard construíram belas histórias da burguesia parisiense a partir das fontes cartorárias, principalmente os contratos de casamento, os testamentos, os inventários de bens e registros de sucessão. O objetivo dos historiadores fran-

ceses, plenamente alcançado, visava à construção de uma hierarquia sócio-profissional no interior da burguesia parisiense — em suma, uma história das fortunas.¹¹

Algum tempo depois, Marias Yedda Linhares iniciou um projeto de 'Levantamento e análise de fontes para uma história social urbana do Rio de Janeiro (1800-1930)', trabalho em parte interrompido pela repressão dos anos de 1968-1969, mas que resultou na primeira estratificação sócio-profissional do Rio de Janeiro no século XIX.¹²

Este esforço de levantamento de fontes, com identificação e proposição de metodologia, foi um passo decisivo para romper com uma certa tradição ensaística ou bacharelesca da nossa historiografia, onde as fontes (principalmente as primárias) não tinham maior importância. A fundação dos cursos de pós-graduação veio, por fim, criar condições e exigências básicas para trabalhos de história, onde a arguição das fontes e seu uso constitui, às vezes com exagero, parte fundamental da avaliação.

A mais importante contribuição foi, ao nosso ver, a percepção de que a documentação cartorária poderia ser seriada, ano após ano, produzindo séries contínuas sobre, por exemplo, o funcionamento do mercado de escravos ou de terras. Além disso, a documentação produzida em um cartório, guardada as variações dependentes do grau de instrução ou cuidado do notário, é idêntica em todo o país. Tal fato permite-nos a comparação entre diversas regiões, abrindo um caminho até então não trilhado para a história social comparada no Brasil.¹³ Alguns trabalhos recentes, em particular sob a orientação de Maria Yedda Linhares e Ciro Flammarion Cardoso podem nos dar exemplos significativos do uso da documentação cartorária pelo historiador.

João Luís Fragoso, em sua tese de mestrado,¹⁴ desvenda o funcionamento do sistema agrário cafeeiro, no Rio de Janeiro do século XIX, recorrendo basicamente aos inventários *post-mortem* e escrituras. Um dos pontos centrais reside na análise do financiamento e na disponibilidade de capitais da empresa cafeeira. Fragoso explica, de forma quantitativa, o papel do endividamento, recorrendo aos inventários do Primeiro Ofício de Notas de Paraíba do Sul. Também a relação entre o valor das terras, escravos e equipamentos na 'fazenda-padrão', provando a alta participação do item 'escravos' (cerca

11. Adeline Daumard, *Les bourgeois de Paris au XIXe. siècle* (Paris, Flammarion, 1970), e A. Daumard et François Furet, *Structures et relations sociales à Paris au milieu du XVIIIe. siècle* (Paris, Cahiers des Annales, n.º 18, A. Colin, 1961).

12. M. Yedda L. Linhares, *As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX* (Belo Horizonte, RBEP, separata n.º 48, 1979).

13. M. Yedda L. Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da agricultura brasileira* (São Paulo, Brasiliense, 1981).

14. João Luís R. Fragoso, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1983).

de 80% do valor em 1830, caindo para 30%, aproximadamente, em 1885), foi analisada mediante as mesmas fontes.

A escravidão, tão dificultosa de ser analisada a partir de fontes quantificáveis, é ainda um dos pontos mais detalhados dos inventários, permitindo a identificação de cada escravo através de nome, sexo, cor, idade, estado civil, preço, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho e profissão. Obviamente, os dados nem sempre aparecem nessa ordem ou estão todos presentes. Entretanto, como massa documental, os dados são bastante recorrentes e de grande homogeneidade. Ainda uma vez Fragoso nos explica, com seu trabalho, tal cuidado dos tabeliães: o alto valor da participação do item 'escravo' no total do valor da fazenda obrigava a um extremo cuidado no registro deste 'bem'.

O estudo da própria fazenda como empresa econômica é tipificado pela exploração dos inventários. Por unidade, podem-se levantar os seguintes dados:

- a) terras: área e valor
 - culturas
 - matas
 - capoeirões
 - capoeiras
 - pastos
- b) instrumentos de trabalho: tipo e valor
- c) animais: tipo e valor
- d) edificações: tipo e valor
- e) equipamentos: tipo e valor
- f) bens imobiliários:
 - vestuário
 - mobiliário
 - utensílios
 - jóias

Quando alguns desses inventários transformam-se em 'tutelas ou curatelas' passamos a ter, em vez de um 'retrato', um 'filme' com o movimento anual da empresa, permitindo inclusive revelações sobre a relação custos-benefícios. Já Sheila Castro Faria, trabalhando com os Livros de Escrituras dos Ofícios de Notas de Campos, Rio de Janeiro (RJ), nos fornece um quadro de identificação dos arrendatários de terras em Campos, bem como o movimento deste mercado de arrendamentos.¹⁵ Um outro trabalho, sobre Capivari/Silva Jardim, também no Rio de Janeiro, conseguiu identificar o número médio dos escravos nas unidades produtoras, entre 1855 e 1888, através de inventários, além da presença de animais e a qualidade do equipamento.¹⁶ Um estudo ainda em curso sobre Itaperuna identificou e

15. Sheila Castro Faria, *Terra e trabalho em Campos de Goitacazes (1850-1920)*, dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, ICH/UFF, 1986).

16. Hebe M. Mattos de Castro, *À margem da história*, dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, ICH/UFF, 1985).

quantificou o grau de concentração fundiária no município entre 1890 e 1931, concluindo que a superioridade numérica das propriedades com até cem hectares encontra-se em razão inversa à área dessas mesmas propriedades.

Talvez o mais interessante resida no fato de que tais dados, independente dos municípios de origem, possam ser comparados e trabalhados sob a forma de quadros comuns, o que permitiria uma visão de conjunto ainda ausente na historiografia brasileira.

Outros pesquisadores, como Kátia Mattoso, na Bahia, avançaram muito a análise da escravidão no Brasil, com o uso de documentação de base judicial, abrindo novas frentes para a história social no país. Ainda na Bahia, Consuelo Pondé mostrou-nos as amplas possibilidades do uso dos inventários para construir uma codificação social para uma área pobre e marginal.¹⁷

Conclusão e advertência

A exploração sistemática da documentação cartorária mal começou e trabalhos de qualidade, como os acima citados, dão-nos provas da importância desse imenso acervo, espalhado por milhares de pontos do país e cujo estado de conservação é o mais desigual possível. Parte dessa documentação foi recolhida e classificada no Arquivo Nacional, principalmente a documentação datada dos séculos XVII e XVIII. Entretanto, a documentação do século XIX está quase toda nos diversos arquivos cartorários e, muitas vezes, sem qualquer cuidado ou classificação.

Ainda recentemente examinamos a documentação de Cantagalo, centro da produção cafeeira fluminense, no Fórum daquela cidade, e seu estado de conservação e manutenção é extremamente precário. Tal situação complicase ainda mais com a oficialização dos cartórios, em caso de vacância dos seus titulares, como decidiu a reforma do Poder Judiciário. O cuidado que o titular tinha pelo 'seu' acervo é substituído por uma situação híbrida de 'repartição pública', o que nos deixa entrever sérias dificuldades.

Ao mesmo tempo, o uso sistemático da documentação cartorária pode levar o historiador a desvios perigosos na análise de grupos sociais pobres ou relacionados com um lógica diversa da norma legal, de cunho ocidental e burguês. Vimos que no universo das fazendas de café — ou de outro gênero qualquer —, baseado no trabalho do escravo (mercadoria, propriedade privada), a documentação cartorária dá conta de detalhes e movimentos específicos, explicando e tipificando o movimento e as flutuações destas empresas.

17. Everardo Paiva de Andrade, *População, terra e cafezais no antigo município de Itaperuna (1890-1931)* (mimeog., 1986), e Kátia Mattoso, 'A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade de mão-de-obra escrava urbana', em *Moderna história econômica* (Rio de Janeiro, APEC, 1976), bem como 'Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX', em *Revista de história*, n.º 97, (São Paulo, 1974), e Consuelo Pondé, *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano* (Salvador, FCEB, 1979).

Mesmo em áreas periféricas à empresa cafeeira, como aquela descrita por Hebe Mattos de Castro, mas já envolvidas por uma lógica altamente mercantilizada, os inventários e escrituras continuam a deixar no tempo o modo de viver dos homens. Porém, em outras situações, principalmente em relação a grupos sociais dotados de uma regra ou norma diferenciada daquelas dos códigos legais, a inexistência ou existência fictícia de documentação cartorária cria sérios problemas para o investigador. Não falamos de lacunas ou ausências, uma forma banal de enfrentar a questão: trata-se de explicar por que tal documentação não é básica para este grupo social.

Uma explicação geral, formal, válida tanto para o Brasil quanto para a Europa do *ancien régime* nos é dada pelas fábulas de Charles Perrault ou dos Irmãos Grimm, por exemplo, no *Gato de botas*: "...um moleiro pobre havia morrido, deixando o moinho para seu filho mais velho, um asno para o segundo e apenas um gato para o terceiro. Nem um tabelião nem um advogado foram chamados. Eles teriam devorado o pobre patrimônio". Em suma, a pobreza de certos segmentos sociais, em particular a dos camponeses, sempre afastou a presença do notário, vista com temor por sua voracidade revestida de leguleio incompreensível.

Mais grave ainda do que a pobreza dos camponeses era o fato de tais comunidades possuírem sistemas de posse da terra e, principalmente, de herança e sucessão não reconhecidos pela norma jurídica. Assim, no sertão do São Francisco, os livros de escrituras registram apenas uma parcela ínfima de proprietários, todos latifundiários e na maioria dos casos com origem externa à região. A grande massa camponesa local considerava-se proprietária 'em comum' de todas as terras e, numa carta do pároco local, afirma-se desconhecer alguém chamado 'de voluta'. Já Chang Yu nos mostra como no Paraná do início do século XX uma parte da terra é apropriada conforme a norma legal, e outra, fundamental para o cálculo de sobrevivência camponesa, é 'comum a todos'. Margarida Moura, ao desvendar o papel da herança num grupo camponês, nos adverte:

As regras de herança da terra são o resultado... de exigências de reprodução física e social da família camponesa, bem como da capacidade que tem determinado segmento da classe dominante ou, mais difusamente, o sistema envolvente, de absorvê-las ou freá-las em função dos seus próprios interesses.¹⁸

Enfim, cabe ao pesquisador a agudeza de identificar a documentação do seu objeto de trabalho, sem imaginar que tal documentação esteja *a priori* dada.

18. Francisco Carlos Teixeira da Silva, *A formação social da miséria: camponeses e criadores no sertão do São Francisco (1850-1920)*, dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, ICH/UFF, 1981). Ver ainda Chang Man Yu, *O sistema faxinal. Uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*, dissertação de mestrado (Rio de Janeiro, UFRJ, 1985), e Margarida M. Moura, *Camponeses*, (São Paulo, Ática, 1986).

Abstract:

Although Brazilian historians are aware of the importance of notarial archives, it has not yet passed by a complete process of systematization nor possesses a specific methodology for its exploration. It exists in Brazil since the colonial period and it constitutes the only uniform and continuous documentary mass that includes large aspects of Brazilian economic and social life.

Résumé:

Malgré l'importance de les archives notariales pour les historiens brésiliens, elle n'a pas encore subi un procès complet de systématisation ni possède une méthodologie spécifique pour sa exploration. Existente au Brésil dès le période colonial, c'est le seul ensemble des documents homogène et qui n'a été point interrompu embrassant amples aspects de la vie économique et social brésilienne.

Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da arquivologia

Marilena Leite Paes
*Chefe do Arquivo Central da
Fundação Getúlio Vargas*

Em dois momentos no passado recente — em 1975, com a criação do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), e em 1978, com a criação do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) — o governo acionou mecanismos no sentido de racionalizar o trabalho arquivístico. Tais mecanismos, contudo, ficaram praticamente imobilizados no texto de seus respectivos atos legais, devido à dificuldade em harmonizá-los com as diversas fases por que passam os documentos em seu ciclo vital: corrente, intermediário e permanente.

O Sisg, cujo órgão central é o antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), hoje Secretaria de Administração da Presidência da República (Sedap), além da administração de material, transportes, edifícios públicos e imóveis residenciais, atividades que não mantêm qualquer relação com as de arquivo, preocupa-se apenas com os arquivos correntes. O Sinar, por sua vez, coordenado pelo Arquivo Nacional, órgão do Ministério da Justiça, exerce sua ação sobre os intermediários e permanentes.

Em razão da ambigüidade da legislação que rege os dois sistemas, a indispensável interação entre os estádios de evolução dos arquivos torna-se muito complicada, pois exige de seus responsáveis um desempenho que poderíamos chamar de diplomático, uma vez que se fundamenta no entendimento, na colaboração e no acordo mútuo. Entretanto, não se pode negar que a criação de ambos, a despeito das inúmeras dificuldades geradas a partir dessa duplicidade de comandos, despertou o interesse sobre os arquivos, fazendo surgir algumas iniciativas tanto nas instituições públicas quanto nas empresas privadas. Por outro lado, tal interesse, bastante salutar, transformou-se aos poucos em perigoso modismo, dando-se prioridade aos arquivos permanentes.

Inúmeros 'projetos-memória' vêm sendo criados, muitos deles com tecnologia sofisticada e com a absorção de recursos financeiros consideráveis. Ao mesmo tempo, permanecem abandonados, malcuidados e desorganizados os arquivos correntes, erroneamente considerados como o estágio me-

nos nobre do trabalho arquivístico, como se os arquivos correntes e permanentes não fossem fases de um incessante processo de transformação, refletindo estes últimos os resultados da boa ou má organização dos primeiros.

Dentre as inúmeras razões para que se instalasse no Brasil essa visão deformada, com todas as maléficas conseqüências dela advindas, podemos mencionar a criação tardia do Curso Superior de Arquivologia, em 1974. Esse atraso ensejou a ocupação do espaço profissional dos arquivistas por especialistas em outras áreas, tais como historiadores, bibliotecários, sociólogos, cientistas sociais etc., os quais, embora competentes, não dispõem do imprescindível *know-how* específico nas técnicas de arquivo. Assim, pelo fato de a maioria dos arquivos se encontrar, ainda hoje, sob a direção de tais especialistas, compreende-se porque se tem enfatizado tão significativamente seu valor cultural e marginalizado a importante função administrativa dos arquivos correntes.

Entretanto, é nessa fase corrente — quando os arquivos estão se formando — que se deve criar as condições indispensáveis para que a documentação produzida ou recebida em decorrência das atividades de qualquer instituição seja sistematicamente organizada, controlada de forma racional e bem conservada em termos físicos para colocá-la, de maneira rápida e precisa, à disposição do usuário, seja ele uma autoridade com poder decisório, um funcionário burocrático, um técnico, um cientista, ou, enfim, um cidadão comum em busca da comprovação de seus direitos.

Infelizmente, essa contraditória inversão de papéis, isto é, a supervalorização do arquivo permanente em detrimento da importância do arquivo corrente, não é percebida com clareza por aqueles que têm a responsabilidade de estabelecer políticas arquivísticas, já que, na maioria das vezes, desconhecem completamente as funções dos arquivos, o estágio de evolução por que passa a documentação que os integra, as técnicas de tratamento a serem aplicadas desde sua produção até sua avaliação final. Prova disto é, como já foi referido, a existência do Sigs e do Sinar, quando, na verdade, deveria existir apenas um único sistema, destinado a manter coeso o ciclo das três idades dos arquivos. Contudo, pior que o desconhecimento é a convicção arrogante de alguns ao afirmarem que "arquivo é apenas uma questão de bom senso".

Não se pode deixar, ainda, de ressaltar que os arquivos correntes, além de garantir aos administradores segurança na tomada de decisões, cumprem, paralelamente, uma função social da maior relevância — a de humanizar o atendimento aos cidadãos, solucionando com rapidez e fidedignidade questões decorrentes de suas obrigações e direitos. No entanto, devido ao abandono a que estão relegados, transmitem, com raras exceções, uma imagem negativa de inutilidade e ineficiência, uma vez que a qualidade dos serviços prestados não tem condições de melhorar, tendo em vista a escassez de recursos humanos especializados em arquivologia, bem como de recursos materiais e financeiros, que refletem a falta de perspectiva da própria administração, pública ou privada, em mudar o precário desempenho de suas comunicações administrativas.

Os arquivos encontram-se, na verdade, em um círculo vicioso: sua imagem negativa faz com que não obtenham tratamento organizacional adequado;

por outro lado, sem esse tratamento não têm podido assumir o lugar de destaque que lhes cabe numa administração moderna e eficaz. Assim, organizar corretamente um sistema eficiente de arquivos é uma tarefa complexa, que deve ser exercida por arquivistas — profissionais com formação específica na matéria — capazes, portanto, de estabelecer políticas, escolher procedimentos, definir competências e atribuições, delimitar tempos e espaços.

No cumprimento de suas funções, os arquivos correntes, constituídos de documentos em curso ou freqüentemente consultados, quase sempre respondem pelas atividades de protocolo, que incluem o recebimento, o registro, a distribuição, a movimentação e, algumas vezes, a expedição de correspondência e documentos em geral. Tais atividades também são vistas sob uma óptica deformada, transformando-se, quase sempre, em elemento burocratizador e emperrador da vida institucional.

A função de protocolo não é definir responsabilidades no eventual extravio ou perda de documentos. Quando assim compreendido, gera uma infinidade de cadernos, fichas, guias de remessa etc., de validade bastante questionável. Sua verdadeira função é informar rápida e precisamente onde se encontram os documentos que ainda transitam dentro da instituição. Esta é a razão pela qual as atividades de protocolo são incorporadas às do arquivo corrente, que tem a responsabilidade de localizar qualquer documento de uso ainda freqüente, esteja ele onde estiver — no arquivo ou em qualquer unidade organizacional.

Assim, é inestimável para qualquer administração o auxílio que pode prestar um eficiente serviço de protocolo, que deve, para isso, utilizar mecanismos de controle bastante simples. Mais importante ainda é a consciência que todos os funcionários de uma organização — do mensageiro ao presidente — devem exercitar no sentido de manter atualizadas as informações do protocolo.

Além dessas questões, vale ressaltar que, a despeito do inegável desenvolvimento da arquivologia no Brasil, muitos são os que acreditam ser a avaliação de documentos competência dos arquivos permanentes. É verdade que, em virtude do caos em que vivemos, decorrente da ausência de legislação própria, de escassez de profissionais especializados e da falta de recursos de toda natureza, a avaliação, a exemplo de outras operações, vem sendo feita nos arquivos permanentes, como imposição de uma realidade nacional, quando, de fato, a documentação deveria lá chegar devidamente depurada dos documentos sem qualquer valor administrativo, legal, histórico etc. ou com indicação das datas de preservação ou eliminação estabelecidas na fase corrente.

Outro aspecto fundamental da avaliação relaciona-se à ordenação dos documentos, ou seja, à falta ou a variedade de métodos e critérios com que eles são acumulados nos arquivos correntes das repartições de origem, e que dificultam, ou até impedem, a compreensão das séries documentais para emissão de critérios de valor. São muito comuns os arquivos organizados de forma cronológica, numérica ou ainda por espécie documental (cartas, ofícios, memorandos, contratos, projetos etc.). Como se pode verificar, salvo em casos muito especiais, como no de formulários, torna-se quase impossível

uma correta avaliação de conjuntos documentais que têm como elemento de identificação apenas uma data, um número ou suas características formais.

Por este motivo venho me empenhando, há mais de vinte anos, com o entusiasmo e a certeza que a experiência me conferem, numa campanha em prol da adoção de planos de classificação por assuntos nos arquivos correntes. Quando adotados, esses planos proporcionam, em primeiro lugar, rápida e completa recuperação das informações, por estarem reunidas por assunto. Em segundo, facilitam o trabalho de avaliação, considerando-se que o julgamento de valor deve ser emitido sobre o conteúdo dos documentos, de acordo com as informações neles contidas, e jamais em função da espécie documental ou apresentação física, nem pode basear-se simplesmente em datas ou períodos rígidos, ao fim dos quais se possa destruir ou preservar tudo.

Cabe aqui, ainda, um sinal de alerta para aqueles que exercitam a avaliação. É preciso distinguir nitidamente os documentos de real valor histórico daqueles que representam apenas curiosidade histórica, evitando-se, assim, que se acumule muito papel e pouca memória.

Como vimos, se os arquivos correntes cumprirem suas atividades típicas — que vão desde o controle da produção documental até a avaliação final para fins de transferência e/ou recolhimento, passando pelo protocolo, arquivamento adequado e correto, atendimento ao usuário, conservação etc. —, os arquivos permanentes poderão exercer, com plenitude, suas tarefas de arranjo, descrição e divulgação, colocando importantes acervos à disposição dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, sem desviar seus recursos para atividades que deveriam ter sido desempenhadas na fase corrente da documentação.

Em conclusão, com a criação do Grupo de Trabalho, instituído pela portaria n.º 1.395, de 21.7.86, para apresentar proposta para elaboração de uma política sobre gestão de documentos no serviço público federal, o governo mostrou sinais evidentes de ter compreendido que, para agilizar e elevar o nível de eficiência da máquina administrativa do Estado, deve dar especial atenção não só aos arquivos responsáveis pela preservação da memória dos diversos segmentos da sociedade, mas também àqueles que têm o papel de ferramenta de trabalho no processo decisório, tornando-os acessíveis ao próprio governo e, principalmente, aos cidadãos que precisam comprovar direitos, solucionar pleitos administrativos ou judiciais, e, ainda, para a realização de pesquisas científicas e culturais.

Abstract

This article pictures the present situation of the Brazil's current records, which are wrongly considered as the less deserving stage of the archival work whereas the archives are treated as a priority subject. It stresses the actual importance of current records and the role they play as a tool in the process of decision-making for any organization. The work shows that, thanks to current records, the documents become available to administrators, to technicians and, above all, to common citizens who need them in order to aver their rights.

Résumé:

Cet article décrit la situation actuelle des archives courantes au Brésil, qui sont erronément considérés comme le stage moins noble du travail archivistique, tandis que les archives permanents perçoivent un traitement prioritaire. Il relève l'importance réelle des archives courantes et le rôle qu'elles jouent comme instrument de travail dans le procès de décision de chaque organisation. L'article montre que, grâce à les archives courantes, les documents deviennent accessibles aux administrateurs, aux experts et, surtout, aux citoyens communs que ont besoin d'eux pour prouver leurs droits.

Entre a enxada e o voto

José Murilo de Carvalho e
Eduardo Silva
Pesquisadores da Fundação
Casa de Rui Barbosa

Elemento central para a compreensão do sistema político brasileiro, o *coronelismo*, longe de ser uma questão morta e resolvida, tem alimentado um debate bastante criativo e, por vezes, emocional. O fato é compreensível dada a importância do tema e as possíveis repercussões de sua abordagem para o grau de autoconsciência nacional.

Nas linhas que se seguem, procuramos resumir o estado atual do conhecimento sobre o tema, ressaltando, como é necessário, os principais pontos de divergência, 'a face obscura' que acompanha qualquer objeto de estudo. As obras analisadas encontram-se arroladas, na mesma ordem em que aparecem no texto, ao final do artigo.

A obra fundamental, espinha dorsal para os debates, continua a ser *Coronelismo, enxada e voto*, de Vítor Nunes Leal, publicada em 1949. Nunes Leal caracterizou o fenômeno como "um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras". Trata-se, portanto, de uma complexa rede de relações que perpassa todos os níveis de atuação política e que não pode ser confundida, sem mais, com seus aspectos secundários, tais como o *mandonismo*, o *clientelismo*, o *filhotismo*, a *fraude eleitoral*, a *desorganização dos serviços públicos locais* etc.

A origem do coronelismo, para Nunes Leal, encontra-se na decadência da agricultura. Relativamente debilitados em termos econômicos, os coronéis procuram, junto ao poder público, o apoio que os mantenha como classe dominante. Trata-se, como se vê, de um compromisso mutuamente vantajoso: o coronel, de um lado, conseguiria favores, poder e prestígio, enquanto o governo estadual obteria legitimação através dos votos ferreamente controlados — o cabresto — pelas lideranças locais.

A idéia da decadência dos proprietários rurais durante a Primeira República, ponto de partida para a argumentação de Nunes Leal, não parece, realmente, sustentável. Mas isso não invalida em absoluto sua tese, já que a solução de alguns problemas fundamentais que se colocam para a sociedade

brasileira desde o final do século XIX — o da mão-de-obra, o da integração da agricultura aos mercados nacional e internacional — extrapolam o nível local e igualmente colocam, para o outrora todo-poderoso coronel, a necessidade de firmar compromissos nas instâncias superiores do poder político.

Mandonismo e clientelismo, que em Vitor Nunes Leal eram apenas aspectos secundários do coronelismo, passam a constituir o próprio eixo de muitas análises posteriores. O fato se explica, talvez, pela extrema visibilidade destes fenômenos quando se deixa o nível de análise mais geral, a visão de conjunto característica de *Coronelismo, enxada e voto*, para as pesquisas mais concretas, baseadas em amplos levantamentos empíricos sobre objetos mais restritos. Toda essa produção mais recente tem contribuído para matizar e aprofundar nossa compreensão do mandonismo local em seus aspectos não apenas políticos, mas econômicos, sociais e mesmo psicológicos. A visão simplificadora do coronel da roça isolado em seu latifúndio, senhor de gado e gente, acrescenta-se — com Eul-Soo Pang e Maria Isaura Pereira de Queiróz, por exemplo — um quadro muito mais rico, em que se consideram os diferentes 'tipos' de coronelismo.

O mandonismo local não se esgota no estudo dos grandes proprietários rurais, mas pode incluir 'coronéis' cuja base de poder se localiza nas atividades comerciais, industriais e mesmo no exercício das profissões liberais e do sacerdócio. A truculência pode ser substituída por métodos mais sutis e civilizados de controle político, sem que nada se perca em substância. Ao lado de rudes chefões como Horácio de Matos, da Chapada Velha, ou o coronel Franklin, de Pilão Arcado, na Bahia, encontramos figuras como a de Vere-mundo Soares, de Salgueiro, em Pernambuco, prático de medicina, parteiro, botânico amador e feliz proprietário de uma biblioteca. Ver, neste sentido, Eul-Soo Pang, Zahidé Machado Neto, M. Auxiliadora Ferraz de Sá, Celson José da Silva, Marcos Vinícius Vilaça e Francisco Itami Campos.

Enquanto na obra de Nunes Leal o coronelismo é, como vimos, um conceito historicamente determinado — "corresponde a uma quadra da evolução de nosso povo", como se expressa ele —, as abordagens que identificam coronelismo com *mandonismo* têm a desvantagem de retirar qualquer precisão histórica ao conceito que cresce a ponto de abarcar, no limite, os quatro séculos de nossa história. Teríamos, então, um fenômeno político-social que se estenderia de dom Manuel I, o Venturoso, aos dias atuais. Estão nesse caso as análises de Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queiróz. Da mesma forma, o acoplamento do conceito de coronelismo ao de clientelismo — 'empreguismo' ou 'Estado cartorial' em muitas análises — tem garantido ao primeiro longa sobrevivência, muito além da chamada República Velha. Clientelismo e coronelismo são, contudo, fenômenos distintos, podendo perfeitamente ocorrer o primeiro (sobretudo nas grandes cidades) sem que se possa falar, com propriedade, no segundo. Basta lembrar o recente fenômeno do 'chaguismo' no Rio de Janeiro.

A insistência na definição de coronelismo a partir de seus traços secundários tem obrigado alguns autores a falar em 'neocoronelismo', espichando indefinidamente seus objetos de análise. Assim, Geert A. Bank encontra na política de Vila Velha, Espírito Santo, um coronelismo sem coronéis; Ronald

H. Chilcote analisa como, depois de 1945, no Nordeste, algumas famílias, como os Coelho, adaptaram o velho coronelismo às novas condições de desenvolvimento urbano, industrialização e migração; Paul Cammack vê a época áurea do clientelismo surgir exatamente após o golpe de 1964; e, por fim, Tereza Cristina Leal de Serejo encontra em Petrolina, município do Alto Sertão pernambucano, entre 1947 e 1976, seus "coronéis sem patente". Uma primeira grande ruptura com o esquema clássico proposto, há mais de três décadas, por Nunes Leal tem sido aventada, recentemente, pelo historiador inglês Paul Cammack. Este autor critica duramente a hipótese do 'compromisso coronelista' — que identifica, aliás, como a tentativa mais acabada de compreensão do sistema político oligárquico a partir da noção de 'clientelismo' — e propõe, em troca, uma abordagem que privilegia a idéia de representação dos interesses das classes dominantes. A ação política durante a República Velha se explicaria, para ele, não em termos de clientelismo e patronagem, mas em função dos interesses comuns — eventualmente conflitantes — dos "proprietários de terras e seus aliados".

Na medida em que se apegue à idéia do 'compromisso' entre diferentes níveis administrativos, Vítor Nunes Leal teria, segundo Cammack, esquecido o papel do coronel como produtor, o seu conteúdo sócio-econômico. A análise apresentaria, portanto, o imperdoável defeito de separar — artificialmente, é claro — a enxada, o fator econômico, do voto, o fator político, com ênfase neste último.

Essas críticas atingem, como se vê, as próprias premissas do 'compromisso': a dependência do governo estadual em relação ao coronel para a produção de votos. Nunes Leal teria, em síntese, exagerado a importância do eleitorado rural, onde boa parte da população economicamente ativa — mulheres e crianças — não tinha, simplesmente, direito ao voto. Tal população estava, por outro lado, com a grande mobilidade resultante da abolição da escravatura e da expansão da economia cafeeira, muito menos dependente dos fazendeiros do que sugere o esquema coronelista.

A idéia de que a República teria fortalecido o poder local também é criticada. A luta das facções rivais pelo controle dos municípios diluía sensivelmente o poder de barganha dos coronéis; o sistema eleitoral era controlado, em última instância, pelo centro político e, por fim, havia todo um processo de centralização do poder junto aos governos estaduais. Não existiam, assim, condições necessárias à formulação de qualquer compromisso de corte clientelístico entre um poder local fraco e um governo estadual que controlava inteiramente o quadro político.

O esquema proposto por Cammack tem merecido, mais recentemente, profundas e por vezes apaixonadas contestações. José Murilo de Carvalho, por exemplo, concorda que a análise coronelista tenha exagerado o valor do voto na República Velha. Lembra-nos que, ao contrário de tudo o que se possa imaginar, a proclamação de 1889 não ampliou o número de brasileiros considerados aptos ao uso do voto. A participação eleitoral não excedeu, durante todo o período, uns míseros e, dada a própria natureza do regime, escandalosos 5,6% da população. O nível de participação existente,

por exemplo, em 1872 — uma das eleições indiretas do Império —, só foi superado na redemocratização de 1945, após o Estado Novo. Acresce, como argumento final, a pouca importância assumida pelo voto em eleições que eram reconhecida e desinibidamente fraudadas.

Mas a ideia de compromisso pode ser perfeitamente conservada sem que se dê ao voto um peso que ele efetivamente não tinha:

Se era verdade que os governadores podiam prescindir de cooperação dos coronéis tomados isoladamente — argumenta ele —, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto. A estabilidade do sistema como um todo exigia que pelo menos boa parte dos coronéis apoiasse o governo, embora esta parte pudesse ser eventualmente trocada. As fraudes resultavam sempre em benefício de um grupo contra outro e tinham um custo político. Quando entravam em conflito com grupos importantes de coronéis, os governadores se viam em posição insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso. São conhecidos também os casos de duplicatas de assembleias estaduais, e até mesmo de governadores. Tais situações eram no mínimo embaraçosas para os executivos estaduais e tendiam a provocar a intervenção federal. Para um mínimo de estabilidade do sistema era indispensável que houvesse algum tipo de entendimento com os coronéis, ou parte deles, sendo de importância secundária que a contrapartida do coronel se exprimisse em voto.

Quanto à crítica de que Nunes Leal restringiu o compromisso coronelista ao nível político, negligenciando os aspectos econômicos, contra-argumenta mostrando que se trata de uma falha apenas formal, já que o controle pelos coronéis de cargos públicos, como delegados de polícia, coletores de impostos e professoras públicas, ultrapassava o sentido meramente político e tinha a ver, claramente, com a sustentação dos interesses econômicos dominantes. "Ignorar este aspecto dos cargos públicos — sustenta ele — é que seria separar artificialmente o político do econômico."

As ideias de Cammack foram contestadas, ainda, por Amílcar Martins Filho. Trata-se, aqui, de uma crítica apaixonada que, além de seguir — no tocante à questão do 'compromisso coronelista' — os mesmos pontos que acabamos de ver com Murilo de Carvalho, aprofunda a contestação no que diz respeito tanto ao arcabouço teórico, quanto às conclusões de Cammack sobre a política mineira.

Martins Filho nega, de saída, qualquer originalidade ao trabalho de Cammack, mostrando que mesmo sua hipótese central — a ênfase na apresentação dos interesses econômicos dominantes como definidores do coronelismo — tem "uma longa tradição na historiografia brasileira". Sob o ponto de vista metodológico, procura desvendar a identificação — que na obra estaria apenas implícita — entre clientelismo e coronelismo. Este *pecado original* da teoria acabou por expulsar o historiador inglês do paraíso.

Em conclusão, o conceito de coronelismo parece mais útil se limitado ao período da República Velha, quando se dá o equilíbrio precário gerado pelas tentativas do Estado, expandido na diástole federalista, de processar a incorporação, num sistema nacional de poder, dos donos de terra que ainda têm em sua força econômica e no controle social sobre a população rural os elementos capazes de afetar a estabilidade do regime. A Revolução de 1930 veio

desequilibrar a situação em favor do Estado. O coronelismo teve sua morte simbólica na prisão dos coronéis baianos em 1930 e com o assassinato de Horácio de Matos, em 1931. Com a queda de Flores da Cunha e o advento do Estado Novo, ambos em 1937, pode-se dizer que o coronelismo como sistema estava morto, restando apenas sobrevivências isoladas, tornadas objetos mais de curiosidade histórica do que de relevância política.

O clientelismo, ao contrário, é uma realidade presente, sobretudo nas grandes cidades, e os trabalhos acadêmicos mais modernos deverão seguir-lhe a trilha. Ressalte-se a importância da chamada 'interpretação patrimonialista', corrente de origem weberiana que teve sua primeira versão na obra clássica de Raimundo Faoro. Consulte-se, ainda, para uma abordagem mais recente, nesta mesma perspectiva, a obra de Simon Schwartzman. O clientelismo se explica, aqui, a partir do processo de concentração do poder no Estado e do correspondente esmagamento da iniciativa privada. O empreguismo aparece, então, como uma "vocação de todos", na feliz expressão de Joaquim Nabuco.

O clientelismo já não surge mais — como no modelo de Vitor Nunes Leal — como resultado de um compromisso entre a *ordem privada* (o coronel) e o setor público (os governos estadual e federal), mas como um compromisso entre duas esferas do próprio setor público — um governo estadual forte e uma liderança local enfraquecida — baseado na manipulação política — e privada — dos bens públicos.

Obras analisadas

- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- . 'O coronelismo e o coronelismo de cada um' em *Dados*, 32, 1, 11-14.
- CARVALHO, José Murilo de. 'Coronelismo', em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- EUL-SOO Pang. *Bahia in the first Brazilian Republic. Coronelismo and oligarchies, 1889-1933*. Gainesville, University Presses of Florida, 1979.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, I.E.B., 1969.
- NETO, Zahidé Machado et. al. *O coronelismo na Bahia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1972.
- SÁ, M. Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1974.
- SILVA, Celso José da. *Marchas e contramarchas do mandonismo local*. Belo Horizonte, Ed. da Revista Brasileira de Ciência Política, 1975.
- VILAÇA, Marcos Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em estado periférico, Goiás na 1ª República*. Tese de mestrado. Belo Horizonte, U.F.M.G., 1975.

- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939.
- BANK, Geert A. 'The dynamics of the local political system in the state of Espírito Santo, Brazil', em *Boletim de estudos latino-americanos y del Caribe*, 17, 69-77.
- CHILCOTE, Ronald H. *Capitalism transition and rulers in Northeast Brazil*, s.l., s.ed., mimeo., 1984.
- CAMMACK, Paul. 'O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica', em *Cadernos DCP*, n. 5, 1979, pp. 1-20.
- . *State and federal politics in Minas Gerais, Brazil*. Dissertação de doutorado, Universidade de Oxford, 1980.
- SEREJO, Tereza Cristina Leal de. *Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano*. Dissertação de mestrado, Niterói, U.F.F., 1979.
- MARTINS FILHO, Amílcar. 'Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack', em *Dados*, Rio de Janeiro, 27, 2, 1984, pp. 175-197.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1958.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel, 1975.
- , 'Representação e cooptação política no Brasil', em *Dados*, n. 7, 1970, pp. 9-41.

Abstract:

This article presents the *coronelismo* theme in Brazil, essential to the understanding of the political system of the country. Thus, it analyses several existing conceptions and also the main oppositions to the theme.

Résumé:

Cet article présente la question du *coronelismo* au Brésil, thème essentiel pour la compréhension du système politique du pays. Donc, il analyse les plusieurs conceptions existantes, aussi bien que les plus importants points de divergence sur la matière.

Arranjo e descrição: uma experiência de trabalho

Maria Vilma Marques Soares,
Mariza Ferreira de Sant'Ana e
Paulo Roberto Elian dos Santos
*Técnicos do Grupo de Arranjo
e Descrição dos Fundos da Presidência da
República, do Arquivo Nacional*

Introdução

Este artigo encerra a dupla preocupação de sistematizar os procedimentos técnicos e transmitir algumas reflexões acerca da organização dos fundos da Presidência da República existentes no Arquivo Nacional.¹ Neste sentido, não é nosso objetivo descrever com minúcias o tratamento técnico adotado, tampouco estabelecer normas absolutas para as atividades de arranjo e descrição de documentos públicos.

Desenvolvidos dentro da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional, os trabalhos de arranjo e descrição desses fundos tiveram início em setembro de 1980, com a participação de funcionários da instituição e pessoal contratado mediante convênios com a Uni-Rio e com a Fundação Mudes. Em julho de 1981, foram incrementados com a inclusão de auxiliares de pesquisa e consultores, através de convênio com o Ministério da Justiça. Formou-se, então, o Grupo de Arranjo dos Fundos da Presidência da República, unidade integrante do Programa de Modernização Institucional-Administrativa do Arquivo Nacional.

Com este artigo, pretendemos divulgar esses trabalhos, relatando os problemas com que nos deparamos na organização dos fundos, e trazer, ao mesmo tempo, algumas informações sobre o acervo de documentos escritos que abrange o período republicano mais recente. Tal acervo possui um conjunto de fontes que representam, no nosso entender, um potencial ainda inexplorado — porque pouco conhecido — pelas pesquisas voltadas ao estudo do funcionamento de uma parcela da máquina estatal e de algumas de suas políticas durante os anos 1930 a 1960, aproximadamente.

1. Estes fundos totalizam 7.219 caixas e vinte códices, abrangendo o período 1911-1972.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 1	p. 1-106	jan.-jun. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

Definição dos fundos

A entrada dos fundos da Presidência da República no Arquivo Nacional não foi resultado de uma efetiva e sistemática política de recolhimento de documentos públicos. Ao contrário, os recolhimentos foram realizados nas mais diversas formas e sem qualquer regularidade.² Esses fundos, abaixo relacionados, correspondem aos acervos documentais de alguns dos órgãos que estiveram ou ainda estão vinculados à Presidência da República, ao longo dos últimos cinquenta anos:³

- Agência Nacional (A.N.);
- Comissão Especial das Faixas de Fronteiras (C.E.F.F.);
- Comissão Executiva de Armazéns e Silos (C.E.A.S.);
- Conselho Coordenador do Abastecimento (C.C.A.);
- Conselho Nacional de Economia (C.N.E.);
- Conselho Nacional de Petróleo (C.N.P.);
- Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp);
- Estado-Maior das Forças Armadas (E.M.F.A.);
- Secretaria da Presidência da República (S.C.);

A Secretaria da Presidência merece destaque em função das dúvidas ainda presentes sempre que nos voltamos ao estudo desse 'órgão' — se assim podemos chamá-lo. A legislação pesquisada não nos indicou qualquer ato de criação formal da Secretaria. Tomando-se como base um estudo elaborado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, visando a resgatar a estrutura administrativa do Poder Executivo na Primeira República, podemos concluir que havia apenas um conjunto de cargos que atuava como corpo auxiliar do presidente. Dessa forma, a Presidência da República não se configurou, administrativamente, como órgão no período da 'República Velha'.⁴

Em 1895, a Secretaria era citada em decreto, embora a legislação fizesse sempre menção ao cargo de secretário. Em 1934, foram reorganizados os serviços da Secretaria da Presidência e, a partir de 1938, o órgão desapareceu dos textos legais, com a criação dos Gabinetes Civil e Militar, através do decreto-lei n.º 920, de 1.º de dezembro desse ano. No entanto, manteve-se a figura do secretário da Presidência da República, que acumulava suas funções com as de chefe do Gabinete Civil. A documentação, por outro lado, na sua totalidade, aponta-nos para a existência da Secretaria pelo menos até o período trabalhado, ou seja, o ano de 1945.

2. Ver livro de Registro de Recolhimento, da Seção do Poder Executivo, e a documentação do fundo Arquivo do Arquivo Nacional, Série: Acervo. Subsérie: Entrada Realizada.
3. Um estudo elaborado pela Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (Cepa), em 1952, encomendado pela Presidência da República, mostrava a existência de "29 órgãos avulsos, desintegrados, flutuantes, vinculados diretamente à PR". De acordo com o mesmo estudo, apenas cinco compunham, de fato, a PR: Gabinete Civil, Gabinete Militar, Conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas e Departamento Administrativo do Serviço Público.
4. *O governo presidencial do Brasil, 1889-1930* (Brasília, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, Pró-Memória, 1985), pp. 14, 25 e 26.

A perspectiva de retomada dos trabalhos de arranjo do fundo Secretaria da Presidência, com uma reformulação conceitual e metodológica, torna imperativa a busca de soluções para alguns problemas. Dentre eles, podemos citar a necessidade de uma reavaliação do quadro de arranjo provisório, o aproveitamento dos fichários de protocolo que cobrem o período de 1935 a 1945 — uma análise dos documentos do período Juscelino Kubitschek (1955-1960) e de Luís Vianna Filho, quando chefe do Gabinete Civil da P.R. no governo Castelo Branco. Ambos os casos apresentam dúvidas quanto ao caráter público ou privado da documentação.

Gabaria, ainda, apresentar uma questão terminológica que julgamos importante. Os primeiros relatórios definiam a Presidência da República como um grande fundo, enquanto os órgãos a ela vinculados denominavam-se séries. Com o andamento dos trabalhos, a discussão conceitual ganhou corpo no Grupo e na própria Divisão de Documentação Escrita, particularmente após a leitura do texto *El respeto de los fondos en archivística. Principios teóricos y problemas prácticos*, de Michel Duchein. O elenco de critérios levantados pelo autor para definir um organismo produtor de fundo e a noção de hierarquia de fundos deu-nos a medida exata da necessidade de uma reformulação terminológica. Com isso, os *fundos da Presidência* — como reflexo de uma estrutura com órgãos singulares — passaram a ser independentes entre si, de vinculação e existência transitória e com atribuições bastante diferentes.

Ainda em relação à definição dos fundos, um problema de difícil solução diz respeito à herança de fundos. A abordagem desta questão torna-se bastante complexa, na medida em que envolve o processo de formação e acumulação dos conjuntos documentais, que de certa maneira caracteriza a instabilidade do processo administrativo brasileiro. Um exemplo concreto é o do fundo Agência Nacional.⁵ Este órgão, precursor da atual Empresa Brasileira de Notícias (E.B.N.) e responsável pela divulgação das atividades governamentais, teve sua existência, desde 1934, ligada a diversos órgãos de natureza semelhante, como podemos ver no quadro abaixo:

ÓRGÃOS ANTECESSORES E SUBORDINAÇÃO

PERÍODO	ÓRGÃO	SUBORDINAÇÃO
1934-1939	Dept. ^o de Propaganda e Difusão Cultural	Min. da Justiça
1939-1945	Dept. ^o de Imprensa e Propaganda	Pres. da República
1945-1946	Dept. ^o Nacional de Informações	Min. da Justiça
1946-1967	Agência Nacional	Min. da Justiça
1967-1979	Agência Nacional	Pres. da República (Gab. Civil)
1979	Agência Nacional	Pres. da República (Secom)
1979	Empresa Brasileira de Notícias	Pres. da República (Secom)
1979	Empresa Brasileira de Notícias	Min. da Justiça

5. Este fundo cobre o período 1935-1972 e possui 524 caixas.

Em função das transformações ocorridas na trajetória executiva desses mesmos órgãos, a Agência Nacional foi acumulando um conjunto de acervos documentais das mais variadas proveniências e conteúdo, que ultrapassavam os limites de suas atribuições específicas e se misturavam com a própria documentação gerada por ela. Ao que parece, deve-se sempre buscar o reconhecimento da proveniência e da procedência. O primeiro conceito vincula-se à produção dos documentos; o segundo, à acumulação. É fundamental estabelecer um critério para a definição do fundo e, nesse caso, a procedência deve servir de base, sem se perder de vista a necessidade de se recuperar a proveniência no corpo do instrumento das pesquisas.

A metodologia

A metodologia utilizada no arranjo e descrição dos fundos da Presidência da República constou das seguintes etapas:

a) análise das relações de recolhimento, quando existentes, ou qualquer outro instrumento, tais como fichários, listagens etc.;

b) pesquisa em fontes legislativas e bibliográficas para levantamento de dados e informações sobre a estrutura do órgão, suas competências, subordinação etc., com a perspectiva de reconstrução histórico-administrativa;

c) exame da documentação através de amostragem.⁶ Nessa etapa, gostaríamos de mencionar a questão da 'ordem original' dos fundos, que muitas vezes se configurou mais como uma 'desordem'. Devemos ressaltar que tais fundos não passaram por um tratamento em arquivo intermediário, e em sua fase corrente sofreram quase sempre um tratamento inadequado. No entanto, em alguns fundos pudemos presenciar a existência de um determinado nível de organização, mantido sempre que julgado viável;

d) montagem do quadro de arranjo, com base nas etapas anteriores. Nesta etapa, determinaram-se as séries, subséries, grupos etc., procurando cobrir todo o universo documental do fundo. No entanto, cabe tecer uma consideração importante: o quadro de arranjo pode estar sujeito a modificações ao longo do trabalho. O fundo Dasp, em fase final de arranjo, experimentou, em cerca de dois anos, quatro versões diferentes até se chegar à definitiva;

e) separação física e guarda dos documentos, de acordo com o quadro de arranjo estabelecido. Utilizaram-se os procedimentos técnicos assim descritos:

— aos documentos foi dada uma rigorosa ordem cronológica dentro das séries e subséries, na maioria das vezes baseada nos números de protocolo, sempre datados. No caso de documentos ou processos não protocolados, tomou-se como data do documento a mais antiga, ou seja, aquela que deu origem ao processo;

6. A amostragem constitui a abertura de um determinado número de caixas com o objetivo de checar a informação do instrumento com os documentos, além de examiná-los a fim de esboçar um quadro de arranjo.

— os documentos sem data (S/D) foram assim identificados e colocados na frente de todos os demais, dentro da série ou subsérie correspondente;

— no caso da documentação de pessoal, seguiu-se invariavelmente uma ordem alfabética, quando existiam as chamadas pastas de assentamento individual;

— os documentos receberam um tratamento visando à sua conservação, com a retirada de grampos, cliques ou qualquer material que levasse à progressiva deterioração dos mesmos;

— as séries e suas possíveis subséries, dentro de cada fundo, foram ordenadas alfabeticamente, objetivando sua guarda nas latas numeradas de 1 a infinito;

f) descrição sumária da documentação, visando à elaboração de um inventário sumário.

O arranjo

A experiência no tratamento técnico dos fundos da Presidência da República mostrou-nos que o arranjo a ser adotado nem sempre se enquadra nos tipos mais tradicionais, ou seja, o estrutural e o funcional. Resulta normalmente da combinação de ambos, somado a uma série de particularidades existentes em cada fundo a ser organizado.

A rigidez e simplificação do confronto entre o estrutural e o funcional não deram conta de alguns problemas, tais como informalização da estrutura, legislação confusa e pouco esclarecedora sobre a organização e funcionamento de determinados órgãos, alterações de competências, falta de subsídios na própria documentação, contribuindo para a opção por um quadro de arranjo que apresentasse um mosaico de alternativas que ultrapassasse os dois modelos citados. Neste sentido, houve ocasiões em que nos deparamos com casos de documentos que poderiam compor duas séries ao mesmo tempo ou até sugeriam a aglutinação de ambas.

Os fatores que normalmente respaldam a criação das séries documentais são as seguintes: o volume documental, sua relação com a estrutura, assunto ou atividade, a procedência e, finalmente, o tipo dos documentos. Um exemplo de arranjo no qual surgiram situações que extrapolavam os modelos estrutural e funcional foi o fundo Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Mostramos a seguir, com mais detalhes, a formação das séries que compõem o quadro.

Série: Presidência da C.E.F.F.

A formação desta série representou muito mais um artifício do que respeito à estrutura do órgão. Os documentos que dela fazem parte têm como traço de união o fato de não se enquadrarem nas demais séries e serem relevantes sob o ponto de vista da formação, existência e extinção do órgão. Dessa forma, optou-se por assim denominá-la, tendo como alternativa a possível criação da série 'generalidades'.

Séries: Operações sobre Terras, Exploração de Negócios na Fronteira e Regularização de Terras

Formadas em função das atribuições específicas da C.E.F.F., a saber: conceder autorizações para o estabelecimento de atividades econômicas e operar negócios com terras, dentro da faixa de fronteiras.

Séries: Conselho de Segurança Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministérios e Governos Estaduais

Reúnem documentos pela procedência, volume documental e relevância do órgão dentro do fundo.

Série: Correspondência Geral

Constituída em função do tipo, ou seja, telegramas, cartas, ofícios, requerimentos etc., e por não possuir outras características unificadoras. Cabe esclarecer que diante de um grande volume documental e para se ter melhor controle e recuperação da informação as séries Ministérios, Governos Estaduais, Exploração de Negócios na Fronteira e Operações sobre Terras foram separadas em subséries:

Quadro de Arranjo Fundo C.E.F.F.

Conselho de Segurança Nacional

Correspondência Geral

Exploração de Negócios na Fronteira

Agricultura e Pecuária

Colonização

Comércio

Indústria

Profissionais liberais

Serviços

Governos Estaduais (Amapá, Amazonas, Mato Grosso etc.)

I.B.G.E.

Ministérios (Agricultura, Fazenda, Guerra etc.)

Movimentação de Pessoal

Operações sobre Terras (Públicas e Privadas)

Presidência da C.E.F.F.

Regularização de Terras

Os instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisa resultantes dos trabalhos de arranjo dos fundos da Presidência da República são, normalmente, inventários sumários colocados à disposição do pesquisador na Sala de Consultas. Tais instrumentos têm níveis diferentes de descrição, em função do volume do acervo e de algumas características intrínsecas à documentação. O inventário sumário compõe-se de uma introdução, um histórico do fundo e uma descrição do conteúdo das séries e subséries.

Na introdução foram colocadas informações gerais sobre o órgão ou órgãos que deram origem ao fundo, suas finalidades, o período abrangido, o número de caixas, as séries e subséries, os critérios que determinaram a formação das mesmas e, inclusive, alguns procedimentos técnicos, quando era o caso.

O histórico, por sua vez, procurou recuperar a trajetória do órgão ou órgãos que compunham o fundo. O fio condutor de elaboração desse histórico foram os atos legais básicos, somados a outras informações, obtidas quando do levantamento de dados para o conhecimento da estrutura, atribuições, mudanças de subordinação, condições de criação ou transformação, extinção etc.

A terceira e última parte trata da descrição do fundo propriamente dito. Possui, em geral, um formato padrão, que consiste na descrição do conteúdo das unidades documentárias integrantes das séries e subséries, na delimitação do período abrangido pelos documentos e na indicação da localização física dos mesmos.

A elaboração dos inventários sumários — instrumentos adequados para acervos de grande volume — não exclui, no entanto, a possibilidade de elaborarmos outros instrumentos, quando necessários, durante ou após os trabalhos de arranjo. Temos como exemplo a experiência de arranjo do fundo Agência Nacional, quando se verificou a existência de um grande volume de livros de ponto dos servidores da Agência Nacional e do pessoal por ela absorvido à época da extinção dos órgãos antecessores. Tais livros encontravam-se separados por setores e/ou categorias funcionais. Contudo, as constantes mudanças administrativas, principalmente no que diz respeito à lotação dos funcionários, exigiram um trabalho lento e minucioso de consultas a portarias, boletins de frequência, regimentos e até mesmo conferência das assinaturas para uma identificação mais precisa dos volumes e sua seqüência. Trata-se de documentos de caráter probatório, que exigem uma organização e descrição facilitadoras da recuperação da informação. O inventário analítico dos livros de ponto da Agência Nacional foi produzido paralelamente ao inventário sumário do fundo e recuperou com precisão livro por livro.

Os instrumentos produzidos pelo Grupo de Arranjo dos Fundos da Presidência da República constituem o fruto de uma experiência que visa — como não poderia deixar de ser — a tornar mais acessível e ágil a informação. A própria demanda da consulta, através da pesquisa acadêmica, administrativa ou de caráter probatório, nos proporciona os elementos para uma permanente reflexão, objetivando a montagem de instrumentos cada vez mais eficazes.

Podemos citar o trabalho realizado sobre uma relação de recolhimento do Conselho Federal de Comércio Exterior (C.F.C.E.), órgão antecessor do C.N.E., que descreve processo por processo, além de apresentar um índice de assuntos. A partir da relação, elaboramos um inventário analítico que cobriu apenas uma parcela do fundo, porém de forma detalhada.⁷

7. Ver Inventário Analítico das Séries Comissões Especiais, Intercâmbio Comercial e Produção e Distribuição, no Arquivo Nacional, Sala de Consultas.

Mais recentemente, nos trabalhos de arranjo do fundo Dasp, que teve como uma de suas atribuições elaborar o orçamento do governo,⁸ foram encontrados diversos volumes de Justificações das Propostas Orçamentárias Anuais, feitas por todos os órgãos da administração pública federal. Diante de um grande volume de documentos, optou-se pela elaboração de um índice que recuperasse órgão por órgão, com seu respectivo ministério. Trata-se, portanto, de um instrumento que dá conta apenas de uma parcela da série orçamento, dentro do fundo Dasp, mas necessário em função das características dos documentos.

Considerações finais

Vale tecer algumas considerações de ordem técnica, decorrentes de observações registradas durante o arranjo destes fundos:

- em alguns casos, a constatação da existência de alguma organização original no fundo a ser tratado facilita sobremaneira o arranjo;
- a existência de instrumentos (citados na primeira etapa da metodologia), no momento do arranjo, não deve ser ignorada. Eles podem atender — reformulados ou não — ao objetivo de se ter acesso, com eficiência, à documentação;
- cada fundo tratado apresenta uma singularidade de problemas que exige soluções específicas;
- a documentação, em especial a de caráter administrativo, é extremamente padronizada, apresenta-se em grande volume e muitas vezes com diversas cópias;⁹
- não há relação direta entre o volume documental de cada fundo e o grau de dificuldade ou facilidade encontrado no tratamento do mesmo;
- o quadro de arranjo pode estar sujeito a reformulações impostas pelo andamento dos trabalhos, particularmente quando se trata de grandes fundos;
- é fundamental a aplicação da idéia de herança de fundos ao nos depararmos com uma documentação pertencente a diferentes órgãos, que exerceram a mesma atividade ao longo do tempo;
- é imprescindível ao trabalho de arranjo a pesquisa voltada para a compreensão da evolução histórica do órgão e até mesmo os aspectos conjunturais de sua criação, subordinação, transformação, extinção etc.

8. Ver Beatriz M. Wahrlich, *Reforma administrativa na era Vargas* (Rio de Janeiro, F.G.V., 1985), pp. 237-238.

9. A existência de grande número de cópias nesses acervos deve-se ao fato de os mesmos não terem passado por uma avaliação em arquivo intermediário, antes do recolhimento ao arquivo permanente. Para se ter uma idéia, o Conselho Coordenador do Abastecimento (C.C.A.), com 87 latas, possui mais 52 latas de cópias, destinadas a descarte.

Abstract:

As from the experience of organizing the archives of the Republic Presidency, part of the National Archives holdings, the Arrangement and Description Group describes the methodology used and the problems that had to be faced, besides some technical considerations related to the documents.

Résumé:

À partir de l'expérience acquise en la organisation des fonds de la Présidence de la République, appartenant aux Archives Nationales du Brésil, le Groupe d'Arranger et Description rapporte la méthode employée et les problèmes qu'il a dû affronter, aussi bien que d'autres considérations d'ordre technique par rapport à ces documents.

Resumo:

A partir da experiência adquirida na organização dos fundos da Presidência da República, pertencentes às Arquivos Nacionais do Brasil, o Grupo de Arranjar e Descrição descreve a metodologia utilizada e os problemas que teve de enfrentar, além de algumas considerações técnicas relacionadas aos documentos.

Desde a criação do Serviço de Arquivos, em 1934, a organização dos arquivos tem sido uma das principais atividades das instituições de arquivos. No Brasil, a organização dos arquivos tem sido uma das principais atividades das instituições de arquivos. No Brasil, a organização dos arquivos tem sido uma das principais atividades das instituições de arquivos.

A partir da experiência adquirida na organização dos fundos da Presidência da República, pertencentes às Arquivos Nacionais do Brasil, o Grupo de Arranjar e Descrição descreve a metodologia utilizada e os problemas que teve de enfrentar, além de algumas considerações técnicas relacionadas aos documentos.

Desde a criação do Serviço de Arquivos, em 1934, a organização dos arquivos tem sido uma das principais atividades das instituições de arquivos. No Brasil, a organização dos arquivos tem sido uma das principais atividades das instituições de arquivos.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc*

Lúcia Lahmeyer Lobo,
Ana Maria de Lima Brandão e
Maurício Lissovsky
*Pesquisadores do Cpdoc, da
Fundação Getúlio Vargas*

Fotografia e história

Ainda hoje se encontra pouco difundida a utilização da fotografia como fonte histórica. Nas ciências sociais é bastante reduzido o número de trabalhos dedicados à tarefa de explorar seu caráter documental e, no que se refere particularmente à história, a pesquisa voltada para as fontes escritas tornou-se uma tradição cujas origens remontam às definições clássicas acerca dos limites dos objetos de estudo desta disciplina.

Não se trata aqui de examinar em profundidade as razões pelas quais a história raramente considera a fotografia como fonte documental, mais de um século após a sua descoberta. Sem dúvida, a presente análise exigiria uma avaliação criteriosa da historiografia e das definições sobre história, seus métodos de pesquisa, objetos de estudo e fontes utilizadas, além das fronteiras existentes entre a história e outras disciplinas das ciências sociais.

Contudo, cabe ressaltar que a delimitação do campo da pesquisa histórica às sociedades possuidoras de registros escritos estabeleceu um critério classificatório baseado na natureza das fontes, o que redundou na aceitação de que documentos escritos constituem as fontes históricas por excelência. A valorização da escrita determinou, em grande parte, que os estudiosos relegassem a fotografia à mera ilustração de seus trabalhos. Esse hábito, que se tornou arraigado entre os historiadores, só recentemente vem sendo discutido e apontado como uma restrição ao próprio estudo da história.

De início timidamente, a fotografia passou a ocupar de forma gradativa espaços importantes na vida cotidiana. Ao longo do século XX, conquistou uma posição relevante através de sua divulgação nos meios de comunicação

* Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1982.

com fins informativos ou propagandísticos, a ponto de ser hoje difícil dissociá-la da fisionomia da sociedade contemporânea. Mas apesar do papel preponderante atualmente desempenhado pela imagem, a fotografia continua sendo empregada como ilustração nos trabalhos acadêmicos. Elimina-se, assim, sua autonomia e reduz-se sua capacidade de transmitir informações específicas.

O desenvolvimento da fotografia

A atividade fotográfica no Brasil expandiu-se a partir das descobertas realizadas na Europa e nos Estados Unidos. Foi introduzida na primeira metade do século XIX nos principais centros urbanos do país e profissionalmente exercida sobretudo por fotógrafos estrangeiros. Durante todo o século XIX o retrato constituiu o registro mais freqüente do trabalho fotográfico devido às suas possibilidades inesgotáveis de comercialização. Uma clientela receptiva encontrou no retrato um meio mais acessível do que a pintura de perpetuação da imagem do indivíduo. O registro de paisagens, expedições científicas e inúmeras outras atividades — militares, de engenharia etc. — envolvia dificuldades muito maiores do que os retratos de estúdio. Quanto mais longo o deslocamento, maior o esforço exigido do fotógrafo no transporte do volumoso equipamento característico da época, bem como a câmara escura improvisada pelo fotógrafo. Além disso, a precariedade dos equipamentos, o preparo das chapas, o longo tempo de exposição requerido para fixar a imagem e a necessidade de revelar imediatamente após a exposição impediam flexibilidade do registro.

Essas limitações, que reduziam as possibilidades de fotografar cenas de ação, foram parcialmente superadas pelo domínio de novas técnicas a partir de fins do século XIX. A utilização de novos processos conferiu maior agilidade ao fotógrafo. Por outro lado, o fotoamadorismo popularizou-se com a invenção da câmara portátil, em 1888, pela Kodak, e de um sistema pelo qual o filme passou a ser revelado comercialmente. No início do século XX criou-se o sistema de reprodução fotomecânica que permitiu a impressão da fotografia em publicações e cartões postais. Até então a imagem fotográfica servia de ilustração em publicações impressas por meio da litografia, obtida a partir da fotografia. A importância do novo sistema para a fotografia consistiu na viabilidade de ampliar sua divulgação através de publicações e de estimular sua atividade através da maior demanda de registros fotográficos.¹ O novo mercado de trabalho surgido com a reprodução fotomecânica deu origem ao fotojornalismo.

Sob o ponto de vista da pesquisa histórica, as possibilidades de estudo através da fotografia tendem a aumentar na proporção em que se desenvolvem a técnica fotográfica e os processos de impressão. A pesquisa realizada com os

1. Boris Kossov, *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX* (Rio de Janeiro, Funarte, 1980), 128 p.

documentos da fase inicial da fotografia é dificultada pelo caráter estático dos registros produzidos no período e agravada pelos problemas inerentes à sua preservação.

Com o passar do tempo, as inovações tecnológicas e seus reflexos sobre a atividade propiciaram um universo de estudo muito mais amplo e desenvolveram as condições para sua conservação através dos sistemas de impressão. O estímulo à atuação do fotógrafo amador e do fotojornalismo, desencadeado pelo domínio de novas técnicas, passou a garantir não só o aumento do número de registros, como também a diversificação dos assuntos fotografados. Quando impressa, a fotografia é preservada na medida em que o suporte-papel não emulsionado possui uma durabilidade superior à do papel fotográfico. Mesmo no caso do jornal, cujo processo de impressão não favorece a nitidez, a utilização da fotografia leva à constituição de um acervo que, se não for destruído, consistirá numa valiosa fonte de pesquisa do passado.

O fotojornalismo

As primeiras fotografias utilizadas como fonte de informação jornalística no Brasil foram difundidas em revistas ilustradas do início do século XX. Tais ilustrações diferiam muito do que se conhece hoje por fotojornalismo, visto que o flagrante ainda era pouco freqüente. Até a década de 1930 os jornais praticamente não empregavam a fotografia, apesar de alguns deles possuírem suplementos ilustrados, como é o caso do suplemento em rotogravura de *O Estado de São Paulo*, lançado em 1927. Concorriam, para tanto, problemas de ordem técnica, cultural e financeira. Além de envolver custos mais elevados, o sistema de impressão do jornal, ainda muito rudimentar, dificultava a utilização da fotografia, comprometendo sua nitidez. Esse obstáculo técnico provavelmente reforçou a relutância em se encarar a fotografia como fonte de informação jornalística — tanto assim que o fotógrafo de imprensa enfrentaria grande dificuldade para impor a profissionalização de seu trabalho, habituado a ver a omissão de seu nome junto às suas fotografias publicadas.²

Ocupados quase exclusivamente com reportagens escritas, os jornais do início do século destacavam as principais notícias apenas através do tamanho das manchetes ou pelos desenhos. Hoje, a fotografia acompanha, com freqüência, os assuntos mais importantes do noticiário, como uma espécie de chamada ao leitor. Contudo, a fotografia não trata apenas de ilustrar os temas considerados mais relevantes. O flagrante fotográfico constitui uma informação única sobre o tema. Fornece um 'depoimento vivo' sobre o fato, possuindo a capacidade de libertar o leitor de seu cotidiano palpável e transportá-lo até o local onde se desenrola a ação. Através da fotografia, o leitor transforma-se em testemunha de situações fora do alcance de sua vista.³

2. *Idem*, p. 85.

3. Gisèle Freund, *La fotografia como documento social* (Barcelona, Gustavo Gili, 1976), 207 p.

No Brasil, um exemplo da importância do fotojornalismo do século é sua utilização pela imprensa paulista no início da década de 1930. A campanha de oposição promovida por São Paulo contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1931, contou com o apoio dos principais jornais paulistas, cujos diretores se confundiam com a liderança do movimento. À medida que a crise se intensificava, a fotografia ia conquistando as páginas dos jornais e operando uma mudança inédita na imprensa brasileira. A conscientização de que a fotografia poderia desempenhar um importante papel na mobilização da população paulista fez com que se contornassem os problemas relativos à impressão e, pela primeira vez, a fotografia tornou-se freqüente nos jornais.

Em pleno desenrolar da Revolução Constitucionalista de 1932, *A gazeta* passou a usar um papel de qualidade superior, com o objetivo de garantir a melhor impressão dos registros da luta contra o Governo Provisório. Esse jornal revolucionou as formas de utilização da fotografia na imprensa do país, explorando profundamente o potencial informativo e propagandístico ao publicar, em suas quatro páginas, duas inteiramente dedicadas à fotografia.

Com o objetivo de atingir maior penetração junto aos leitores e mobilizá-los em torno da guerra, *A gazeta* procurou novas alternativas jornalísticas que rompessem com a monotonia dos relatos distantes do teatro de operações. Assim, o jornal enviou ao *front* o repórter Armando Brussolo e o fotógrafo Miguel Falleti, incumbidos de realizar uma 'cobertura viva' dos acontecimentos.⁴ Mesmo considerando-se as dificuldades que o equipamento, ainda precário, poderia trazer a uma cobertura realista, certamente havia essa intenção nos registros visuais realizados sobre a revolução.

Durante o período da guerra a fotografia foi amplamente utilizada como instrumento de propaganda política, pois as imagens divulgadas procuravam transmitir a convicção da vitória e o grau de mobilização e coesão dos paulistas em torno da causa revolucionária. As cenas da cidade revelam o entusiasmo e o empenho da população nas campanhas promovidas com o objetivo de fornecer os subsídios necessários à luta. A marcha dos batalhões de voluntários para o *front* é festejada nas ruas com uma alegria que dificilmente lembra a partida de soldados para a guerra. Nas trincheiras, os soldados posam para o fotógrafo. As fotografias então divulgadas distinguem-se das duras imagens que atualmente se conhecem da guerra. A ausência do caráter de foto-denúncia indica claramente a preocupação propagandística que a fotografia assumiu em São Paulo durante o movimento revolucionário.

Cabe acentuar, contudo, que o espírito norteador da realização dos registros fotográficos não resulta obrigatoriamente de uma posição ideológica definida *a priori* pelo editor. Tais registros podem ser fruto de uma convergência de expectativas — do leitor, do fotógrafo, do editor — de verem tra-

4. Armando Brussolo, pseudônimo Stopinsky, *Tudo pelo Brasil!* (São Paulo, Paulista, 1932), 297 p.

duzidas nas imagens as esperanças do sucesso da campanha. Neste sentido, a fotografia divulgada pela imprensa em 1932 não só corrobora um discurso verbal que pretende assegurar a vitória mas, principalmente, estabelece vínculos, aproxima e identifica os paulistas.

Devido às infinitas possibilidades de utilização da fotografia, ela merece ser analisada sob a perspectiva do impacto provocado no contexto específico de sua produção e divulgação. Além de conter elementos que informam acerca da realidade passada e presente, a fotografia pode ser manipulada de inúmeras maneiras por órgãos de imprensa, agências governamentais e outras instituições com os mais diversos propósitos informativos e propagandísticos.

A análise do impacto da fotografia num contexto determinado remete à própria história da fotografia; porém deve, mais especificamente, considerar as reações de caráter coletivo suscitadas pela imagem divulgada, seja pelo seu conteúdo, seja pela forma com que foi veiculada ao público. A simples observação de muitas dessas reações, exemplificadas na história, sugere a importância do estudo sobre o papel político e social desempenhado pela fotografia numa situação específica. São bastante conhecidas as reações de comoção e repúdio, bem como a incorporação de novos hábitos e desejos a partir de apelos e estímulos contidos no processo de comunicação através da fotografia. A importância desse estudo configura-se na capacidade de a fotografia, utilizada como veículo informativo ou como propaganda comercial e política, mobilizar a opinião pública e conformar o padrão de comportamento em geral.

A fotografia como fonte histórica

O pesquisador encontra grande dificuldade ao pretender realizar trabalhos que utilizem a fotografia como fonte de estudo. Essas dificuldades advêm, principalmente, da dispersão das fontes, da ausência de instrumentos de pesquisa que informem sobre sua localização e do reduzido número de estudos sobre a história da fotografia, afora as péssimas condições de preservação em que se encontram tais documentos, na maior parte das vezes fadados ao desaparecimento.

Como se afirmou acima, a fotografia é uma fonte histórica cuja autonomia tem sido pouco explorada. Com frequência traduz relações pessoais ou políticas omitidas, relegadas ou mesmo negadas pelos indivíduos envolvidos ou pela historiografia. As fontes visuais permitem, sobretudo, a observação de determinados elementos que compõem a realidade do homem e da sua época através dos trajés, posturas, expressão, cenários e ambientes registrados. Neste sentido, o registro fotográfico possibilita um redirecionamento dos estudos históricos para objetos que podem fornecer uma dimensão da realidade raras vezes consideradas pelos historiadores que permanecem, segundo Marc Ferro, "prisioneiros de uma visão do Estado".⁵

5. Marc Ferro, 'L'histoire est partout', em *Le monde dimanche*, de 25 de abril de 1982. A facilidade de acesso aos documentos oficiais preservados em arquivos públicos, ao contrário das fontes de caráter privado, provavelmente condicionou o predomínio desse tipo de estudo histórico.

A fotografia é um fragmento do passado, e com o decorrer do tempo torna-se imprecisa e abstrata, propicia a diferentes leituras e a se combinar com outras fotografias e/ou textos. A leitura da fotografia é um processo de aprendizagem similar ao da gramática, é uma ética do ver, posto que ensina um novo código visual e reproduz o real, reciclando-o. Transforma-se de acordo com o contexto em que é visto, já que contém múltiplos significados. A leitura da fotografia implica o aprofundamento de suas revelações explícitas, mas também implícitas. É um convite à pesquisa, à dedução e à especulação.

Como qualquer fonte de informação histórica, a fotografia possui limitações, na medida em que apresenta uma versão dos fatos que depende do enfoque dado pelo seu autor — o fotógrafo. Possui ainda limitações que lhe são inerentes, as quais não raro dificultam seu uso. Em geral, a fotografia necessita de identificações escritas que esclareçam seu conteúdo. Os dados mínimos necessários para sua utilização como fonte são principalmente tempo e espaço, além de autoria, o que nem sempre é obtido ou detectado com facilidade pelo pesquisador.

O conhecimento sobre a história da fotografia é fundamental para que se possa entender o conteúdo do material pesquisado. São essenciais para a compreensão da fotografia os traços característicos dos registros de uma época, como a postura do fotografado e a tecnologia empregada, a qual determina a disponibilidade de recursos do fotógrafo. Além disso, a pesquisa com fontes visuais desenvolve-se a partir de um cotejo com as fontes escritas e orais. O prévio conhecimento obtido em outras fontes sobre o assunto pesquisado permite a análise mais profunda das informações contidas na fotografia. A articulação dessas informações possibilitará por sua vez, como afirma Boris Kossoy, o acréscimo de novos conhecimentos à própria história.⁶

De maneira geral, encara-se a fotografia como um reflexo objetivo da realidade. Encontra-se ainda bastante arraigada a idéia de que ela capta uma fração da realidade, descartando-se a intervenção do fotógrafo na realização do registro. A crença na neutralidade do registro fotográfico desenvolveu-se a partir da idéia de que resulta de um processo exclusivamente mecânico. Contudo, esse processo não consiste apenas na inscrição aleatória da luz sobre uma película virgem de celulóide. A fotografia envolve uma série de gestos relativos à angulação, iluminação, tempo de exposição, sejam ou não conscientes. Assim como a escrita, a fotografia é dotada de um sujeito que a executa, imprimindo suas marcas, ou seja, seus interesses pessoais ou de grupos, sistemas de crenças e valores etc.

O fundamental na utilização da fotografia como fonte não é exatamente 'ver as coisas conforme estavam na realidade'. Para a compreensão de seu conteúdo informativo, a imagem fotográfica deve ser submetida a uma crítica que leve em consideração a interação entre máquina, fotógrafo e objeto registrado.

6. Boris Kossoy, *A fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado* (São Paulo, Museu da Ind. Com. e Tec., 1980), p. 42.

A identificação precisa do sujeito que executa a fotografia constitui um aspecto fundamental da pesquisa com essa fonte. A partir da investigação de autoria tornam-se mais claras as relações do fotógrafo com o objeto fotografado. Não são poucas as dificuldades encontradas na realização dessa tarefa. Frequentemente não há indicações a tal respeito e quanto mais se recua no tempo mais grave é a situação de omissão da autoria. A identidade do fotógrafo, os motivos que o levaram a fotografar determinado assunto e seus vínculos institucionais constituem informações vitais para a avaliação do conteúdo da imagem. Esses dados podem explicar ao pesquisador o caráter contraditório de registros sobre o mesmo tema.

Neste sentido, torna-se importante definir se o fotógrafo é profissional ou amador. A característica da autoria remete o pesquisador à determinação das razões que motivaram a realização do registro. No caso do fotógrafo profissional, ele pode ser autônomo ou vinculado a instituições e agências governamentais e privadas ou, ainda, a órgãos de imprensa. O vínculo certamente influi na produção do registro, subordinando-o de alguma forma aos objetivos do empregador ou contratante. Nas situações em que se constata uma subordinação da produção do fotógrafo, deve-se considerar a posição do contratante, seus interesses e comprometimentos políticos ou sociais, e com relação ao jornal, qual a sua orientação política e o espaço que comumente reserva para a fotografia na sua economia editorial. No caso de uma agência ou instituição governamental, é importante verificar se os registros são realizados com o objetivo de divulgar pessoas, fatos e objetos de acordo com uma orientação previamente estabelecida, ou de preencher uma função documental ou de controle social. Todas as formulações sugeridas podem ser elucidadas pela análise do conjunto da produção do fotógrafo ou mesmo de uma fase de sua vida.

A experiência do Cpdoc

A criação do Subsetor de Audiovisual

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas, foi criado em 1973 com a finalidade de desenvolver atividades de documentação e pesquisa. Desde sua criação vem reunindo arquivos privados de homens públicos com o objetivo de preservar, organizar e divulgar um acervo histórico-documental relativo à história contemporânea do Brasil.

De início não se previu a existência de um setor especializado em preservar e organizar documentos fotográficos devido ao reduzido volume dessas fontes; só de forma excepcional tais documentos constavam dos arquivos doados ao Cpdoc. As fotografias eventualmente localizadas encontravam-se, na maior parte das vezes, anexas aos documentos escritos, ora com função informativa, ora afetiva, ora com caráter de prova conclusiva sobre os fatos narrados: o 'ver para crer'.

Os documentos textuais sob forma manuscrita, datilografada e/ou impressa, em especial os recortes de jornais recebidos junto com os arquivos, alu-

diam à existência de fotografias sobre determinados eventos e pessoas. Havia a certeza de que os registros tinham sido feitos e talvez ainda existissem. Tal possibilidade levou a se indagar aos doadores sobre a localização desses registros e a se insistir para que fossem doados, uma vez que complementavam as demais fontes de seu arquivo.

As fotografias encerravam-se em álbuns de família ou em baús, sem constituir documentos, mas lembranças afetivas. Conservá-las significava para as famílias reter suas lembranças; doá-las, assumir a ausência das pessoas por elas evocadas. A fotografia representa uma espécie de apropriação da coisa fotografada. Isto explica por que os momentos marcantes ou felizes, como as festas e as cerimônias de família, são fotografados e preservados. E, em contrapartida, por que é excluído o que não se deseja perpetuar, a exemplo dos danos parciais verificados em certas imagens (rostos, locais, objetos etc.) ou da destruição de registros sobre um período.

Com maior ou menor dificuldade as famílias doaram ao Cpdoc suas fotografias, em alguns casos negativos e cópias de primeira geração. Outras emprestaram suas cópias e, a partir delas, fizeram-se novos negativos e cópias de segunda geração, conservando em seu poder os originais. As doações e empréstimos de fotografias constituíram um acervo considerável de imagens, a ponto de justificar a criação, em 1978, do Subsetor de Audiovisual com o objetivo de preservar, tratar e divulgar os registros de forma adequada.

O rápido processo de deterioração a que estão sujeitos esses documentos e a própria característica múltipla inerente à sua produção fazem com que o critério de unicidade do documento de arquivo não se aplique aos acervos fotográficos. O procedimento adotado pelo Cpdoc é reproduzir as fotografias em função da importância do conteúdo e da qualidade técnica. Procura-se, também, reproduzir qualquer fotografia que esteja em vias de se deteriorar, mesmo que se possua o original. A reprodução implica a preservação da informação de modo menos oneroso do que a restauração dos originais.

A partir do momento em que as fotografias são recebidas, cumpre desempenhar as etapas essenciais para seu arranjo e descrição, com o objetivo de torná-las acessíveis à pesquisa.⁷ Essa rotina de trabalho consiste em:

- recepção;
- identificação e pesquisa de datas, lugares, eventos, pessoas retratadas e autoria;
- elaboração de legendas;
- reprodução;
- arranjo e codificação;
- catalogação e indexação;
- arquivamento dos originais, reproduções e negativos.

A identificação de pessoas é a etapa de maior importância para o trabalho, pois constitui um aspecto crucial das pesquisas para datar e determinar os

7. Para maiores esclarecimentos sobre as etapas de trabalho com fotografias realizadas no Cpdoc, ver *Procedimentos técnicos adotados pelo Cpdoc na organização de arquivos privados contemporâneos* (Rio de Janeiro, FGV, 1985).

assuntos das fotos. Tal identificação pressupõe a inserção dos documentos em envelopes de papel que permitam a silhueta das pessoas retratadas, para que seus familiares e contemporâneos procedam à primeira identificação.

Esse trabalho é realizado da forma mais imediata possível, com a finalidade de não se perder as fontes de informação. Às vezes o subjetivismo do 'identificador' interfere na tarefa, levando-o a fornecer informações ora supérfluas ou marcadas por uma visão pessoal do passado, outras vezes orientadas por sentimentos de vaidade ou, ainda, por antagonismo perante algumas pessoas retratadas. A fim de superar as limitações da fonte oral, recorre-se a vários identificadores para as mesmas fotografias, bem como a documentos de arquivo e à bibliografia do período a que se referem.

Concluída a fase de identificação de pessoas e lugares, inicia-se a pesquisa de assunto e data. Para tanto, recorre-se a biografias⁸ e à bibliografia geral, de modo a detectar todos esses itens. Cruzando-se as informações obtidas, finalmente atribuem-se o assunto e a data provável.

A questão da autoria da fotografia é altamente complexa, sendo que, na maior parte dos casos, não se consegue identificá-la. Várias são as razões que contribuem para essa dificuldade, dentre as quais pode-se mencionar: as fotografias não são assinadas; quando utilizadas na imprensa raramente têm o nome do fotógrafo; o reduzido conhecimento sobre a história da fotografia no país dificulta a distinção de quais fotógrafos atuaram em determinado período numa cidade, o que poderia constituir um ponto de partida para o trabalho. Outro aspecto diz respeito ao fato de constarem do acervo fotográfico do Cpdoc fotografias feitas por familiares e amadores. Apesar da importância da identificação da autoria para os estudos da história da fotografia no Brasil,⁹ esta pesquisa não é levada a efeito de maneira prioritária pela instituição.

A possibilidade de identificação de autoria reveste-se de grande importância porque permite, em muitos casos, localizar o conjunto ou parte expressiva da produção de um fotógrafo, às vezes perdida, reconstituir seu arquivo e colocá-lo à disposição da comunidade. Exemplo disso foi a divulgação, pelo Cpdoc, de uma fotografia sobre a Revolução de 1930 sem autoria identificada. O fotógrafo, Haroldo Pereira, que fora revolucionário em Minas Gerais, procurou o Centro para doar o arquivo fotográfico que produziu sobre o evento, inclusive os negativos, em seguida integrados ao acervo.

Outro motivo importante, relativo à identificação de autoria, é a questão de direitos autorais. A publicação de fotografias sem o respectivo pagamento

8. Para a pesquisa biográfica utiliza-se com frequência o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983* (Rio de Janeiro, Forense, 1984), 4 v., ilust.

9. Boris Kossov, por exemplo, dedica-se a este tema, tendo publicado trabalhos como: *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX*, editado pela Funarte em 1980; *Hércules Florence 1833: a descoberta volada da fotografia no Brasil*, editado pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1977; *Militão Augusto de Azevedo e a documentação fotográfica de São Paulo (1862-1887): recuperação da cena paulistana através da fotografia*, editado pela Fundação Escola Sociologia e Política, 1972.

dos direitos autorais envolve um problema jurídico. Assim, na impossibilidade de descobrir os autores, o Cpdoc, ao publicar fotografias, dispõe-se a pagar pelo seu uso caso os autores e/ou seus legítimos sucessores se pronunciem.

A questão das legendas — o que para muitos equivale a um título atribuído — é mais um ponto passível de especulações. Para o Cpdoc, uma fotografia que apresente dados considerados essenciais, como data, evento e identificação de pessoas, dispensa, por si só, outras informações. Qualquer dado acrescido implica a subordinação da imagem ao texto, cerceia sua leitura e leva a uma interpretação restrita da fotografia.

Por esses motivos, a catalogação de fotografias a partir de dados, tais como indicação de autor, título (existente ou atribuído), local, data, dimensões etc., podem consistir num cerceamento à pesquisa, em particular no que se refere ao título. Qual o significado de um título atribuído pelo catalogador a uma fotografia? Este não induziria o pesquisador a selecionar fotos cujas imagens não correspondem precisamente ao registro do catalogador? Não poderia também omitir possibilidades diferenciais de leituras? Sua complementação através de cópia por contato fotográfico não seria muitas vezes mais útil ao pesquisador familiarizado ou não com a leitura de imagens?

Estas questões estão sendo objeto de estudo, discussões e trocas de experiências, conforme se poderá verificar nos trabalhos realizados pelo Cpdoc, que utilizam a fotografia como fonte histórica.

O Subsetor de Audiovisual e a utilização da fotografia como fonte histórica

Os documentos fotográficos confiados ao Subsetor de Audiovisual, na medida em que provinham dos mesmos arquivos que os documentos escritos, apresentavam comprovada relação de complementariedade com as fontes textuais do acervo, confirmando-as algumas vezes, contradizendo-as em outras. A constatação da importância da fotografia como fonte histórica e da sua reduzida utilização nos meios acadêmicos evidenciaram a necessidade de se realizar, simultaneamente ao trabalho de preservação e organização do acervo, pesquisas que divulgassem seu caráter documental. Contudo, a pouca familiaridade com a fonte e sua linguagem, bem como a insuficiência de recursos humanos e financeiros, retardaram o desenvolvimento dessas pesquisas pelo Cpdoc.

Em 1979 foi possível dar início a um projeto de pesquisa iconográfica sobre a Revolução de 1930. A existência, no arquivo fotográfico do Centro, de um acervo considerável sobre o tema e a proximidade do cinquentenário da revolução possibilitaram a elaboração de um álbum utilizando a fotografia como fonte histórica. Essa publicação abrangeu o período desde 1922 até a eclosão da revolução.¹⁰

10. Ana Maria Brandão Murakami, *A Revolução de 1930 e seus antecedentes* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980), 216 p. Paralelamente ao seu lançamento, o Cpdoc realizou com o mesmo material uma exposição sobre o tema na galeria de fotografia da Funarte, de 10 de outubro a 5 de novembro de 1980.

O acervo fotográfico existente no Cpdoc, constituído de doações, mostrou-se insuficiente por ser demasiadamente centrado na elite política. As fotografias posadas dos vitoriosos refletiam apenas a versão oficial da história. Cumpria, portanto, suprir das lacunas do acervo, buscando-se documentos que revelassem a participação popular, dimensionando o movimento. Com esse objetivo, ampliou-se a pesquisa iconográfica a 21 instituições, bem como a arquivos de imprensa. Semelhante prospeção, realizada em seis estados brasileiros, apresentou sérios problemas. Os jornais dispunham de escasso material, parcela ínfima do que haviam publicado, resultante de razões que vão desde a perecibilidade do suporte fotográfico devido a agentes físicos e químicos até a procedimentos arbitrários de avaliação e descarte de documentos. As poucas fotografias preservadas nos arquivos de imprensa, assim como as acumuladas nas demais instituições pesquisadas, não apresentavam informações suficientes que permitissem sua utilização.

Com o objetivo de solucionar tal problema e aumentar as possibilidades de pesquisa, o Cpdoc lançou uma campanha nacional, através da imprensa escrita e televisiva, solicitando ao público que emprestasse ou doasse ao Centro o material iconográfico referente à revolução. Em resposta ao apelo veiculado, recebeu-se de todo o país um expressivo número de documentos que, em muitos casos, revelavam aspectos novos dos episódios pesquisados. Inicialmente cogitou-se utilizar apenas fotografias originais. Entretanto, logo concluiu-se que não se justificava abdicar da riqueza dos registros fotográficos publicados em algumas revistas de época, principalmente os flagrantes de rua. Assim, foram reproduzidos documentos da *Revista da semana*, *O malho*, *Careta* e *Eu vi*. O trabalho, que envolveu uma pesquisa exaustiva em fontes visuais, foi ampliado a fontes escritas e orais, a exemplo de documentos textuais de arquivos, livros, jornais e depoimentos orais de personalidades políticas, seus familiares e contemporâneos, que esclareceram situações, locais e datas, auxiliando na identificação de pessoas e fotógrafos.

O segundo trabalho com fontes visuais realizado pelo Subsetor de Audio-visual do Cpdoc foi sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. O projeto de pesquisa previa a utilização não apenas de fotografias, mas também de outros documentos visuais, como cartazes, cartões postais, cédulas, objetos emblemáticos etc., produzidos em São Paulo durante o movimento revolucionário. A pesquisa voltada para esses documentos justificava-se pela existência de farto material propagandístico e pela importância por ele desempenhada, juntamente com as fotografias, na mobilização da população paulista em torno da guerra.

Assim como no trabalho anterior, partiu-se do acervo existente no Centro sobre o movimento, expandindo-se a pesquisa iconográfica a outras fontes. As fotografias retratavam apenas as tropas legalistas e as autoridades comprometidas com o Governo Provisório na luta contra São Paulo. Faltavam os registros sobre os revolucionários paulistas nas frentes de batalha e nas manifestações de rua promovidas no estado. Quanto ao material propagandístico, o Centro possuía valiosa documentação doada pelo revolucionário paulista Roberto Costa.

Dessa forma, a pesquisa concentrou-se na prospecção de fotografias sobre o movimento revolucionário em São Paulo e, secundariamente, de outros tipos de documentos visuais. Com este objetivo foram consultados, na capital paulistana, inúmeros arquivos de imprensa e de instituições. Através de uma campanha divulgada pela televisão e pelos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Centro recebeu doações e empréstimos de fotografias e outros documentos sobre a revolução. Graças a esses apelos tornou-se possível o acesso às fontes que se encontravam em mãos dos revolucionários e seus familiares e de colecionadores particulares.

Após o levantamento e seleção final do material a ser utilizado, teve início a pesquisa de textos de época. De livros, panfletos, jornais e revistas do período foram extraídos depoimentos que servissem de ilustração aos documentos visuais e complementassem a reconstituição do ambiente revolucionário em São Paulo. As legendas elaboradas situaram apenas tempo, espaço e, eventualmente, pessoas, obedecendo-se ao procedimento adotado pela equipe de não fornecer informações redundantes com o conteúdo das imagens, visando a estimular sua leitura.

A maior parte das fotografias pesquisadas referia-se a paulistas, assim como as fontes orais que poderiam auxiliar no trabalho de identificação das pessoas fotografadas localizavam-se em São Paulo. As dificuldades acarretadas pela distância levaram a equipe a abandonar a idéia de proceder à identificação exaustiva de pessoas, como havia sido feito com o trabalho sobre a Revolução de 1930. Além disso, começavam a realizar-se em São Paulo trabalhos que utilizavam fontes semelhantes sobre o mesmo tema, para serem lançados no cinquentenário da Revolução de 1932. Por essas razões, buscou-se uma nova abordagem do material pesquisado, pretendendo demonstrar as múltiplas possibilidades de enfoques e leituras proporcionadas pelo mesmo universo documental. Assim, o trabalho preocupou-se menos com a identificação exaustiva de pessoas e mais com o objetivo e ideologia que nortearam a produção dos documentos e registros fotográficos durante a Revolução de 1932.¹¹

Os trabalhos realizados pelo Subsetor de Audiovisual têm procurado estimular o uso da fotografia como fonte histórica, e não apenas como ilustração, incentivar a leitura de imagens, seu potencial didático, bem como a preservação e organização adequadas desses documentos. Ao ser divulgada em exposições e publicações, a fotografia é preservada, na medida em que é reproduzida e impressa em suporte mais resistente do que o papel fotográfico, o que garante maior durabilidade. Além disso, esses trabalhos pretendem reunir fontes que se encontram dispersas em arquivos e em mãos de particulares e suprir, em parte, a ausência de instrumentos de pesquisa que informem sua localização. A realização de trabalhos desse tipo implica a aceitação

11. *Revolução de 32. A fotografia e a política* (Rio de Janeiro, Funarte, 1982), 60 p. Esse catálogo acompanhou a exposição, com o mesmo título, realizada pelo Cpdoc na galeria de fotografia da Funarte, de 4 de agosto a 1º de setembro de 1982.

de que o arquivo não é necessariamente um organismo passivo, apenas objeto de demanda, mas possui uma dinâmica própria, capaz de gerar e estimular a pesquisa.

Conclusão

A utilização da fotografia como fonte histórica depende fundamentalmente da maior familiaridade dos pesquisadores com esses registros e com suas múltiplas possibilidades de pesquisa. Neste sentido, a divulgação da fotografia através de trabalhos de pesquisa histórica e o processo de aprendizagem da leitura de fotografia são cruciais para que seu uso se torne mais difundido e seja explorado todo o seu potencial informativo. Assim, é extremamente importante que essa fonte seja preservada e organizada de maneira conveniente e sejam elaborados inventários e repertórios de fotografia (cronológicos ou temáticos), assim como guias dos acervos fotográficos existentes nos estados e municípios em arquivos públicos, instituições privadas e em mãos de colecionadores.¹² Da mesma forma, é essencial que se desenvolvam trabalhos na área de história da fotografia, com o objetivo de fornecer informações indispensáveis à pesquisa com essa fonte.

Procurou-se aqui relatar a experiência do Cpdoc na criação do Subsetor de Audiovisual devido à especificidade com que se constituiu esse acervo fotográfico: o envolvimento afetivo do doador de arquivo particular com os álbuns de família e sua dificuldade de encarar a fotografia como documento. Pensou-se ainda na utilidade que poderia ter o esclarecimento sobre a rotina de trabalho desenvolvida. E, finalmente, a descrição das pesquisas realizadas visou não apenas a informar a respeito dos procedimentos de trabalho da equipe, mas sobretudo a ampliar a discussão entre instituições e especialistas de diversas áreas sobre as possibilidades de utilização da fotografia como fonte.

12. Iniciativas como o II Seminário sobre Arquivos Fotográficos, promovido pela Funarte, em novembro de 1981, com a participação de representantes de arquivos de imprensa, centros de documentação, arquivos e instituições públicas, devem ser apoiadas e disseminadas para que esses problemas possam ser solucionados. O Cpdoc participou do seminário, colaborando com dois trabalhos: projeto de cadastro dos arquivos fotográficos existentes na cidade do Rio de Janeiro com particulares, instituições privadas e governamentais; e avaliação e seleção de fotografias.

Bibliografia

- BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona, Labor, 1937.
- BRUSSOLO, Armando. *Tudo pelo Brasil! (diário de um repórter sobre o movimento constitucionalista)*. São Paulo, Paulista, 1932.
- FERRO, Marc. 'L'histoire est partout', em *Le monde dimanche*, de 25 de abril de 1982.
- FREUND, Gisèle. *La fotografia como documento social*. Barcelona, Gustavo Gili, 1976.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Procedimentos técnicos adotados pelo Cpdoc na organização de arquivos privados contemporâneos*. Rio de Janeiro, 1985.
- FUNARTE. *Revolução de 32. A fotografia e a política*. Rio de Janeiro, 1982.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo, Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980.
- _____. *A expansão da fotografia no Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Funarte, 1980.
- MURAKAMI, Ana Maria Brandão. Entrevista sobre arquivos fotográficos, em *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, 6 (3): 19-22, dez. 1978.
- _____. (coord). *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. São Paulo, Arbor, 1980.

Abstract:

The article shows the experience of Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), of Fundação Getúlio Vargas, on the use of photographs as a historical source since revolutionary movements between 1922 and 1932.

Résumé:

L'article décrit l'expérience du Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), de la Fundação Getúlio Vargas, à travers des travaux de réflexion sur l'utilisation de la photographie comme source historique, à partir des mouvements révolutionnaires entre 1922 et 1932.

Reconstituição de famílias: instrumento de análise demográfica

Altiva Pilatti Balhana
Professora titular de História
da América, da Universidade
Federal do Paraná

Introdução

Os cursos de história da Universidade Federal do Paraná, desenvolvidos em nível de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), têm observado linhas de pesquisa direcionadas para o estudo das estruturas demográficas e sócio-econômicas regionais. A escolha da variável demográfica significou, por um lado, a preocupação em consolidar pesquisas sobre a população paranaense, proporcionando-lhes suporte teórico e metodológico, bem como melhores condições técnicas de realização; por outro, representou um esforço no propósito de formar pesquisadores nesse novo campo, ainda pouco presente na historiografia brasileira.

Seus resultados têm sido animadores tanto no plano didático quanto no científico. Atualmente, a produção nesta área compreende mais de cinquenta trabalhos, incluindo teses de doutoramento, dissertações de mestrado, comunicações em congressos e colóquios realizados no Brasil e no exterior, além de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Lançou-se também um manual especializado, *Técnicas de análise em demografia histórica*, de autoria de Louis Henry, editado pela Universidade Federal do Paraná, em 1977, para ampliar a aplicação dessa metodologia no Brasil.

Metodologia e fontes

O procedimento metodológico básico em demografia histórica consiste na aplicação dos métodos de análise da demografia científica moderna aos dados demográficos contidos em documentos cifrados ou não do passado. Na etapa inicial do levantamento de dados, o historiador demógrafo emprega as mesmas técnicas e instrumentos utilizados pelos agentes censitários, com a diferença que, em lugar de inquirir as pessoas, ele deve consultar documentos escritos. Assim, em vez de perguntar, ouvir e transpor as informações

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n 1	p. 1-106	jan.-jun. 1987
--------	----------------	------	-----	----------	----------------

para o boletim censitário, obtém respostas para os quesitos dos seus formulários lendo principalmente duas categorias de documentos: as listas nominais de habitantes (censos antigos) e o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos ou o seu equivalente religioso — o registro paroquial dos batismos, casamentos e sepultamentos.

De modo semelhante, o estudo dos fenômenos demográficos contemporâneos vem sendo realizado, em grande parte, pela combinação de dados extraídos do registro civil e fornecidos pelos recenseamentos, resultando daí o emprego de métodos que se aproximam bastante daqueles utilizados em demografia histórica.

Por outro lado, um recenseamento é sempre um documento histórico, pois no momento em que o indivíduo recenseado declara, por exemplo, sua idade, dizendo "eu tenho cinquenta anos", na realidade está afirmando "já vivi cinquenta anos". Considerando-se que para compreender os fenômenos coletivos em demografia é sempre necessário remontar ao indivíduo seguindo sua linha de vida, a adoção de uma perspectiva histórica torna-se indispensável. É através da adição de linhas de vida individuais que se obtém as gerações e as coortes formadas por estas gerações.

Os estudos longitudinais constituíram, durante algum tempo, campo específico da demografia histórica, porém a demografia contemporânea volta-se cada vez mais para o comportamento das gerações, entendendo que a temporalidade é necessária para a melhor compreensão dos fenômenos demográficos. Assim, o interesse pela aplicação das técnicas de demografia histórica aos dados contemporâneos é uma preocupação muito pertinente e promissora na atualidade.

Entre os documentos de base para a demografia histórica, os registros paroquiais de batismo, casamento e sepultamento, melhor conservados e mais acessíveis, constituem a fonte principal dos trabalhos já realizados ou em curso, no que diz respeito ao Paraná. Além dos registros católicos, existem os registros luteranos, com características semelhantes, apenas mais lacônicos, e também de outras religiões, relativos a outros grupos de imigrantes.

O arrolamento e exploração desses dados foram realizados conforme as técnicas propostas por Louis Henry. Após sua edição em português, desenvolveu-se melhor sistematização na exploração desses dados, uma vez que a publicação foi elaborada com vistas às fontes brasileiras. Outro *corpus* de dados populacionais é formado pelas listas nominativas e mapas parciais e gerais de habitantes existentes na capitania de São Paulo, abrangendo o Paraná, a partir de 1765, confeccionadas até meados do século XIX.

Como o conjunto de fontes manuscritas desse tipo sobre os habitantes das vilas paranaenses faz parte do acervo conservado no Arquivo do Estado de São Paulo, sua exploração não foi ainda realizada de modo exaustivo. Atualmente encontra-se em andamento um programa para a utilização intensiva e sistemática de todo o *corpus* referente ao Paraná. Assim, estão sendo desenvolvidos vários projetos que têm as listas nominativas como base, alguns deles com experimentação de novas fichas que possibilitem o levantamento

ordenado das informações. Em todos esses projetos existe a preocupação de explorar os dados sócio-econômicos oferecidos pelas listas nominativas.

Outras fontes têm sido utilizadas nos trabalhos de demografia histórica desenvolvidos no Paraná, compreendendo listas eleitorais, matrículas de escravos, listas de escravos para emancipação, listas da Guarda Nacional, listas de imigrantes, listas de *Status animarum*, dados do registro civil, censos, dados sanitários relacionados com a saúde e a doença e, ainda, com dados paleodemográficos, com base em estudos de sambaquis e outros sítios arqueológicos, permitindo estudos sobre a população pré-histórica.

A primeira fase deste programa de pesquisa foi consagrada ao inventário e arrolamento sistemático de fontes, com o objetivo de constituir um banco de dados para os pesquisadores. Apesar de esta etapa preliminar ainda não ter sido completada, com os dados já colocados em evidência foi possível passar à etapa de sua utilização. As informações sobre a população nos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII são, para o Brasil de modo geral, raras, fragmentárias e mal conservadas. A partir da segunda metade do século XVIII, os dados são mais abundantes, permitindo estudos demográficos melhor elaborados e resultados representativos.

As etapas iniciais da pesquisa no Paraná foram conduzidas em duas direções principais. A primeira refere-se à população tradicional, nos séculos XVIII e XIX, compreendendo análises do efetivo populacional, sua evolução, composição, distribuição geográfica, estruturas etárias e ocupacional, organização e dimensão da família, além de outras variáveis. A segunda é relativa às transformações ocorridas após a entrada de novos contingentes étnicos que alteraram o quadro demográfico do Paraná, abrangendo o estudo dos primeiros grupos de alemães, poloneses, italianos, ucranianos e outros grupos de imigrantes estabelecidos no território paranaense.

Esse enquadramento regional foi ampliado na medida em que alunos de diversas regiões brasileiras ingressaram nos cursos de pós-graduação em história, desenvolvendo pesquisas sobre a população do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraíba e Pará. Nos trabalhos já elaborados, como dissertações de mestrado, na sua maioria monografias de caráter regional, houve predominância da exploração sumária de dados. Nesses estudos, de modo geral, foram tratados os seguintes tópicos: movimento anual de batismos, casamentos e falecimentos, mortalidade infantil, movimentos sazonais de nascimentos (concepções), casamentos, óbitos, idade e estado civil dos falecidos, idade média dos recém-casados, frequência de nascimentos de crianças ilegítimas e de expostos, de recasamentos, de nomes e sobrenomes, profissões e outras características.

Contudo, nos resultados obtidos nem sempre houve uniformidade quanto à presença de todos os itens acima referidos, pois muitas dessas informações não constavam em boa parte dos registros. Sua qualidade esteve em grande parte na dependência da qualidade das fontes utilizadas e, também, do maior zelo e aplicação dos pesquisadores. É certo que as análises limitadas à exploração sumária dos dados proporcionaram, fundamentalmente, a iniciação de jovens mestrands que, em etapas posteriores, aprofundaram seus estudos.

Tais resultados abrangem, portanto, uma população composta por índios, luso-brasileiros, negros e, mais tarde, imigrantes e seus descendentes. Em relação aos primeiros, com dados coletados em sítios arqueológicos localizados em cinco municípios do litoral paranaense, foi possível avaliar seus efetivos numéricos, distribuição por sexo e grandes grupos de idades, bem como alguns indicadores referentes à mortalidade e à depopulação.

Da população tradicional foram estudados os habitantes das antigas vilas de Paranaguá, Curitiba, São José dos Pinhais, Lapa, Ponta Grossa e Castro, com ênfase na dimensão e estrutura dos domicílios segundo a presença de escravos e agregados, além de outras variáveis já mencionadas. Também as condições sanitárias da população, sobretudo do período provincial, têm sido analisadas.

A ampliação e enriquecimento dos produtos oriundos dessa primeira fase de exploração dos dados demográficos pôde ser feita, de um lado, com melhor sistematização das análises, e, de outro, procurando-se maior identificação da história demográfica com a história social. Assim, têm sido elaborados estudos mais completos das comunidades observadas a partir da variável população, abrangendo os aspectos sócio-econômico e sócio-cultural das mesmas. Sob o ponto de vista metodológico, o passo mais importante deu-se com a realização de quatro estudos pioneiros na historiografia brasileira, com base na reconstituição das famílias, que não só demonstraram sua viabilidade, como apresentaram resultados significativos.

Reconstituição de famílias

A diferença fundamental dos estudos realizados em demografia histórica não está propriamente no seu objeto — as populações do passado —, mas na necessidade que ela apresenta de elaborar seus próprios dados, de construir suas séries estatísticas.

As técnicas para extrair da documentação histórica as enumerações, ou seja, as informações transformadas em algarismos, com os quais são construídos seus dados de base e, posteriormente, preparadas as tabulações e quadros, compreendem a utilização de uma série de fichas destinadas a apresentar, de modo ordenado, as anotações constantes das atas do registro religioso ou civil.

Considerando-se que todo indivíduo passa os momentos essenciais de sua vida, isto é, o nascimento, o casamento e a morte diante do sacerdote de sua paróquia ou do cartorário de sua cidade, o princípio básico da metodologia consiste no agrupamento em fichas especiais de todas as informações relativas aos eventos que dizem respeito à mesma família conjugal. Acompanhando os indivíduos através de toda a sua existência, a demografia histórica permite recompor uma imagem bem mais precisa da família e da sociedade.

A base para tais estudos é a reconstituição das famílias. Reconstituir famílias consiste em reagrupar sobre uma ficha nominal padronizada — a ficha de família — todas as referências individuais arroladas nos arquivos paroquiais ou cartorários. A estas referências sobre os indivíduos que constituem cada uni-

dade familiar podem e devem ser acrescentadas todas as informações relativas à família ou aos seus membros, obtidas em documentos diversos, tais como listas nominais de habitantes por domicílio, róis de paroquianos, listas de milícias, listas eleitorais, contratos, testamentos, inventários, entre outros.

Trata-se, portanto, de um procedimento que permite a acoplagem de dados e referências não circunscritos apenas ao puro interesse demográfico. Desse modo, o método de reconstituição de famílias, concebido inicialmente para a análise da fecundidade, tornou-se hoje um instrumento precioso que propicia maior abrangência aos estudos de história social. Através dessa reconstituição, é possível conhecer a vida cotidiana de amplas camadas sociais ignoradas pela genealogia clássica. Nesse caso, as fichas de família passam a formar a base e o ponto de partida para as genealogias sociais.

Tais genealogias, que constituem um dos instrumentos de análise quantitativa e comparativa da história social, permitem conhecer a mobilidade geográfica e social dos diversos membros de uma família e das famílias no seu conjunto; possibilitam, igualmente, a comparação entre as gerações, mostrando a significação e os limites do papel da herança, bem como de fatores circunstanciais. Enfim, tornam executível conhecer o destino diverso de ramos familiares oriundos de situações semelhantes sob os pontos de vista geográfico, econômico e social.

Entre as dificuldades mais comumente assinaladas para a reconstituição de famílias no que se refere à sociedade brasileira tradicional, está o problema da manutenção dos nomes de família, pois é necessário que os nomes e sobrenomes dos pais sejam mencionados nas atas de batismo e casamento. Porém, não há maiores inconvenientes quando, ao se tornar adulto, o filho adota um nome de família diferente daquele de seu pai, já que a referência constante à filiação nos documentos possibilita sempre sua identificação. Quando são freqüentes as mudanças de nomes ou a ocorrência de homônimos, é interessante arrolar nas fichas todas as informações suplementares sobre os laços de parentesco encontrados nos registros, tais como avós, tios, tias, irmãos, irmãs, primos, filhos, filhas, genros, noras e outros.

À medida que a população se 'moderniza' tal dificuldade deve desaparecer, mas essa transformação, por outro lado, apresenta um problema de outra natureza, isto é, a maior mobilidade da população. Nas sociedades chamadas tradicionais, a identificação com uma determinada região, onde se desenvolve parte ou todo o ciclo vital das pessoas, é característica relativamente constante. Contudo, nas populações urbanas é preciso escolher um grupo para ser analisado, que permita uma boa rentabilidade na reconstituição de famílias. Assim, tanto nas populações mais antigas, quanto nas contemporâneas, o método aplicado deve ser essencialmente monográfico. Caso contrário, haverá sempre o risco da inexecutibilidade da reconstituição de famílias ou de o rendimento de seus resultados ser considerado irrelevante.

Outra dificuldade relaciona-se ao tempo requerido. Reconstituir famílias é uma tarefa de paciência que, seguramente, representa a parte mais laboriosa dos trabalhos de arrolamento e preparo dos resultados nas pesquisas

de demografia retrospectiva. É, porém, a base mais sólida para os estudos da fecundidade e tem como ponto de partida a família conjugal. A seleção e organização manual das fichas de família, concluída a reconstituição, demanda, por sua vez, um tempo considerável. Para resolver esse problema é possível a utilização de recursos propiciados pelas técnicas da informática já utilizadas em centros avançados.

Considerando-se que o casamento constitui o ponto de partida da família conjugal, o primeiro trabalho a ser realizado consiste em 'abrir' uma ficha de família para cada casamento celebrado na paróquia, seja para aqueles que permaneceram comprovadamente toda a sua vida na mesma localidade, seja para aqueles que emigraram, saindo, portanto, de observação logo após o casamento ou mais tarde. Os dados relativos aos casamentos — data da cerimônia, nome dos cônjuges, suas idades, filiação, origem, residência, profissão e outros — são anotados na parte superior da ficha.

Existem, porém, numerosas famílias residentes em determinada paróquia, cujo casamento foi realizado em outra, por motivos diversos. Para essas famílias também são abertas fichas, na medida em que sua presença na paróquia é manifestada pelo batizado de um filho, sepultamento de um dos cônjuges ou de um filho ou qualquer outra ocorrência. Da mesma forma que as famílias formadas na comunidade, estas podem ter existência passageira, não deixando outros vestígios na paróquia em estudo, ou podem ter existência comprovada na paróquia por um certo espaço de tempo, ou até serem dissolvidas devido à morte de um dos cônjuges. Em geral, nas comunidades de imigrantes, boa parte das famílias já vem formada no lugar de origem.

No estudo realizado em Santa Felicidade abriu-se um grande número de fichas nessas condições, sobretudo para os primeiros decênios, uma vez que a colônia foi estabelecida por grupos de famílias constituídas na Itália ou por aquelas que se casaram no Brasil, em outras paróquias, até que fosse organizada a sua própria, em 1888.

Em todas essas situações, os dados relativos aos filhos são transcritos na parte inferior das fichas, onde se anotam as datas dos nascimentos, óbitos e casamentos, nomes dos cônjuges, além de referências a idade e sexo.

Como cada pessoa pertence ao mesmo tempo a várias famílias, isto é, aquela na qual nasceu e a que fundou pelo casamento ou 'recasamento', as informações relativas à mesma vão sendo anotadas em várias fichas de família, mas em partes diferentes, conforme a posição que a pessoa ocupa em cada uma delas, ora como cônjuge, ora como filho, ora como pai e assim por diante.

Todavia, como nem todos os casais permanecem durante toda a sua vida na mesma localidade, é evidente que muitas informações se perdem. Considera-se, assim, que as famílias para as quais se conseguiu determinar um final de observação representam amostra das famílias estáveis da comunidade estudada. Portanto, quanto maior o rendimento de fichas MF, ou seja, de famílias estáveis, melhor é a amostra.

Via de regra, o início de um período para o qual é realizado o trabalho de reconstituição de famílias pode ser determinado por uma data significativa na história do grupo ou pelo início da existência de séries homogêneas. Nada

impede, no entanto, principalmente no caso de populações contemporâneas, que a reconstituição seja feita às avessas — do presente para o passado. Sem dúvida, para esta alternativa seria necessário estabelecer adaptações às regras normalmente utilizadas em reconstituições que objetivam estudos da demografia histórica.

Um problema a ser considerado é que, em geral, ocorre um certo número de nascimentos que não constam, por diversas razões, nas atas de batismo. Alguns motivos de perdas dos nascimentos são a ausência temporária de famílias que retornam com filhos nascidos durante o afastamento ou quando o batizado se realiza fora da paróquia, naquela dos padrinhos, por exemplo. Estes nascimentos, denominados perdidos, são reencontrados através das atas de casamento ou óbito dos indivíduos, entre outras informações. Uma vez reencontrados, são arrolados nas fichas de família em vermelho e computados nos cálculos de taxas de fecundidade corrigida.

É bastante comum, também, quando utilizados registros de natureza religiosa, um intervalo significativo entre o nascimento e o batismo. Como os registros religiosos de óbitos não são perfeitos, é impossível avaliar os falecimentos ocorridos antes do batismo. Torna-se necessária, portanto, uma segunda correção, fundamentada na avaliação das crianças falecidas e que nunca foram registradas pelo grupo. A seguir, são feitas verificações que objetivam não só eliminar as famílias fictícias ou em duplicata, mas também aproximar as fichas de casamentos sucessivos de uma mesma pessoa.

A etapa seguinte é a classificação das fichas, obedecendo a certos critérios. Duas datas representam papel fundamental na subdivisão das fichas para as análises posteriores: a do casamento e a de fim de observação, as quais podem estar presentes ou não.

De início, as fichas são classificadas em dois grandes grupos: as denominadas tipo M, decorrentes de um matrimônio realizado na paróquia, nas quais consta a data, e as do tipo E, onde não se conhece a data do casamento, pois foi realizado no exterior, isto é, fora da paróquia. Cada um desses tipos comporta uma nova classificação: as fichas com data de fim de observação são denominadas F, isto é, fechadas; as que não têm essa data são denominadas O, pois permanecem em aberto. Pela combinação de tais características obtêm-se quatro grandes categorias de fichas:

- MF: data de casamento e fim de observação conhecidas;
- MO: data de casamento conhecida, sem data de fim de observação;
- EF: data de casamento desconhecida e fim de observação conhecida;
- EO: ambas as datas desconhecidas.

Em seguida, as fichas MF e MO são subdivididas segundo o conhecimento ou não da data de nascimento da mulher. Quando essa data é sabida, as fichas são MF₁ e MO₁; quando é conhecida aproximadamente pela idade da noiva mencionada pelo registro de casamento, as fichas são MF_{2a} e MO_{2a}; se for discriminada a partir da idade mencionada no registro de sepultamento, as fichas são MF_{2b} e MO_{2b}; e, finalmente, no caso de não haver condições de se saber a idade da mulher, as fichas são MF₃ e MO₃. Para as do tipo E é procedida igual classificação. Observados todos esses critérios, forma-se um conjunto de 16 tipos.

As fichas MF têm papel preponderante no estudo da fecundidade, sendo que o rendimento da reconstituição de famílias é medido pela relação das fichas MF sobre o total de fichas M. Por outro lado, as fichas EF, por representarem famílias menos estáveis do que as famílias M, são também objeto de análise, o que permite comparações com as estáveis, desde que estas últimas sejam tratadas da mesma forma que as famílias E, ou seja, separando-se as não fecundas.

A exploração das fichas de família comporta vários cálculos preliminares, realizados com base nas datas mencionadas nas mesmas e anotadas nos locais convenientes da própria ficha. Tais cálculos, embora não possam ser efetuados em todos os tipos de fichas, referem-se a:

- idade ao casar e quando do falecimento dos cônjuges e filhos em anos completos, salvo para as crianças falecidas antes de um ano;
- idade da mãe em anos e duração do casamento ao nascimento de cada um dos filhos em anos;
- intervalos entre os nascimentos em meses;
- número total de filhos nascidos e parciais por sexo;
- idade ao fim da observação, calculada com base na data da morte de um dos cônjuges, da imigração, da presença do casal atestada por uma lista nominal ou por outra fonte similar;
- duração da viuvez, isto é, intervalo entre o fim da união e o recasamento do cônjuge viúvo.

A fecundidade é verificada mediante a relação entre o número de nascimentos e um número de anos-presença, durante o qual se realiza a observação. O início da observação é assinalado, de modo geral, pela constituição da família conjugal, ou seja, pelo casamento ou por outras indicações referidas acima.

O fim da observação é normalmente conhecido pelo falecimento de um dos cônjuges, o que assinala o fim da união matrimonial. Na falta dessa informação, o fim da união pode ser estabelecido para todos os casais relacionados como vivos e presentes em uma lista cuja data passa a ser considerada provisoriamente como data de fim de observação.

Levando-se em conta que parte das fichas de família são estabelecidas a partir de alguma manifestação da presença do casal que não o registro de casamento, entre elas o nascimento e/ou o batismo de uma criança, e que nem todos os nascimentos são oriundos de famílias legalmente constituídas, a utilização desses dados permite, desde que haja informações suficientes nas fontes de base ou nos documentos complementares, estabelecer a frequência das uniões consensuais. É possível, ainda, determinar a proporção dos casais que legitimam sua situação perante a sociedade pelo casamento e, para estes, a duração ou o tempo de ilegitimidade (espaço de tempo entre o nascimento ilegítimo, ou entre o primeiro nascimento ilegítimo, e o casamento). Esse estudo da ilegitimidade pode ser completado pela identificação das mães solteiras, individualizadas provisoriamente em fichas de família quando do arrolamento dos dados de nascimento ou batismo de seus filhos.

Teoricamente, todas as variáveis apresentadas por uma coleção de fichas de família podem ser cruzadas, para fins de análise. Sem dúvida, tais proce-

dimentos dependerão da problemática a ser estudada e da imaginação do pesquisador. Ressalte-se, porém, a possibilidade de análise dos temas citados em função dos grupos, subgrupos, 'classes', existentes no interior de uma determinada sociedade. Por exemplo, é possível seguir a mobilidade social e profissional das famílias.

Em especial a partir dos registros religiosos, existe a viabilidade de seguir, ao longo do ciclo vital, as relações entre o indivíduo, sua família, seus parentes mais próximos ou longínquos e sua comunidade, por meio da escolha dos padrinhos, em dois níveis — no batismo e no casamento.

De outro lado, a reconstituição de famílias oferece amplas possibilidades de aplicação não só aos dados do passado, mas também aos contemporâneos, pois enseja o conhecimento de uma cronologia da vida familiar, uma vez que cada filho agrega informações concernentes à família-conjugal com as datas que dizem respeito à história dessa família. Datas e lugares de nascimento, de casamento e óbitos dos pais e filhos e a descendência final de cada família são analisadas. Reúnem-se também dados que permitam conhecer a idade dos cônjuges ao casar e ao nascimento de cada filho, a repartição dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento, entre o primeiro nascimento e segundo, e sucessivamente os intervalos subseqüentes, a idade da mãe ao último nascimento, o cálculo da fecundidade legítima em função da idade ao casar, bem como a proporção de mulheres estéreis. Além disso, é possível estabelecer o momento do ciclo familiar em que o primeiro e o último filho do casal contraem matrimônio — enfim, verificar o destino da família e de seus membros.

Resultados e novas direções de pesquisa

Alguns resultados já obtidos por meio da reconstituição de famílias no meio paranaense apresentam perspectivas promissoras para o desenvolvimento das pesquisas na área da demografia histórica. Eles permitem identificar certas peculiaridades de grupos de famílias da sociedade tradicional, bem como de famílias de imigrantes e seus descendentes.

Assim, no que diz respeito aos habitantes do primeiro e segundo planaltos, isto é, regiões de Curitiba e Campos Gerais, a observação da população por intermédio da reconstituição de famílias tem apresentado resultados interessantes e algumas características similares. Por exemplo, as idades médias dos noivos ao primeiro casamento foram baixas, sobretudo em relação às mulheres. Na vila de Curitiba, entre 1731 e 1798, a idade média das mulheres foi de 19,7 e a dos homens 25,9, enquanto na vila da Lapa, de 1770 a 1829, a idade das mulheres foi de 18,9 e a dos homens 24,5.

O início do processo de procriação ocorreu muito cedo, correspondendo às mães de 10-14 e 15-19 anos, para ambas as vilas. É preciso lembrar que o direito canônico adotado pelas *Ordenações* filipinas fixava em 12 anos a idade mínima para o casamento da mulher. Por outro lado, nas duas vilas referidas, a idade média das mães ao nascimento do último filho apresentou nível

elevado, ou seja, 39 anos para as mulheres de Curitiba e quarenta anos para as da Lapa.

A combinação desses fatores — nupcialidade precoce em relação às mulheres, início precoce da procriação e idade tardia das mães ao último nascimento — repercutiu na dimensão da família. Assim, o número de filhos para a vila da Lapa, no período observado, que corresponde ao final do século XVIII e início do XIX, foi da ordem de 8,2 filhos por família, consideradas apenas as famílias completas, e de 7,26 no século XVIII, para as de Curitiba.

Os estudos referentes às famílias de alemães e italianos também apresentaram resultados expressivos e análogos sob alguns aspectos. O ciclo da família, típico do grupo italiano, compreende nupcialidade precoce, início da procriação também precoce e descendência numerosa.

As idades médias dos noivos ao primeiro casamento do grupo italiano, entre 1888 e 1959, mantiveram-se situadas em níveis baixos, tanto para as mulheres quanto para os homens, sendo que em ambos os casos experimentaram ligeira elevação no decorrer do período. No que se refere às mulheres, as idades passaram de 20,7 para 21,5 anos e as dos homens subiram de 23,7 para 24,5, do início ao final da observação. Em todo o tempo decorrido, a idade média das mulheres ao casar foi de 21,5 e dos homens de 24,5, enquanto que a idade modal situou-se aos vinte anos para as mulheres e aos 22 e 23 para os homens. Estes níveis podem ser considerados bastante baixos e assinalam nupcialidade precoce para ambos os sexos.

No que diz respeito ao grupo dos alemães, observado no período de 1870 a 1969, a idade média ao primeiro casamento das mulheres apresentou níveis semelhantes aos obtidos para o grupo italiano, ou seja, situou-se em torno de 20,7 no início da observação, até 1895, aumentando para 21,6 anos até 1919. Entretanto, no final do período, de 1920 a 1969, acentou-se o aumento, passando a idade média das mulheres ao casar para 23,1 anos.

Em relação aos homens, os níveis são mais altos em todo o tempo da observação. Assim, até 1895, a idade média dos homens ao casar era de 26,9 anos, experimentando ligeiro decréscimo para 25,3 anos entre 1895 e 1919 e novamente aumentando para 26,4 anos ao final do período, de 1920 a 1969.

Para os cem anos observados, a idade média das mulheres ao casar foi da ordem de 22,2 e a dos homens ficou em torno dos 26,4, enquanto a concentração da idade modal para ambos os sexos situou-se entre os vinte e 24 anos, caracterizando igualmente nupcialidade precoce como comportamento geral do grupo alemão.

Em consonância com esse tipo de ciclo vital, as famílias de italianos e de alemães apresentaram níveis de fecundidade elevados nos grupos de idade correspondente ao início da vida conjugal, declinando lentamente nos grupos etários subsequentes. Esta observação é particularmente válida para o grupo italiano, assinalando que o início do processo de procriação também ocorria cedo, ou seja, correspondia às mães dos grupos etários de 15, 19 e 20-24 anos.

De modo semelhante, em ambos os grupos a idade média da mãe ao nascimento do último filho apresentou nível elevado, ou seja, aos quarenta anos

para as mulheres do grupo italiano, casadas entre 1888-1909, e em torno dos 38 anos para as mulheres do grupo alemão, casadas no período anterior a 1895. Os resultados para os períodos posteriores, ainda em elaboração, evidenciam tendências ao declínio da idade média das mães ao nascimento do último filho em ambos os grupos estudados.

A combinação dos diversos fatores apontados — nupcialidade e início da procriação precoces e idade tardia das mães ao último nascimento — repercute na dimensão das famílias. Assim, o número médio de filhos para o grupo italiano no período 1888-1909 foi de 9,92 filhos por família, consideradas apenas as famílias completas, isto é, as que não sofreram qualquer tipo de ruptura antes de a mulher atingir cinquenta anos de idade. Nas mesmas condições, o número médio de filhos para o grupo alemão foi da ordem de sete filhos por família, correspondente aos casamentos no período anterior a 1895.

Quanto aos períodos posteriores ainda não há dados elaborados. Contudo, como foi observado em relação à idade média das mães ao nascimento do último filho, também nesse caso evidencia-se uma tendência para o declínio do número de filhos. As mudanças no modelo típico do ciclo de vida familiar desses grupos são objeto dos estudos em andamento em diversos projetos de pesquisa.

Conclusão

Apesar da relativa abundância e variedade de fontes, que por si só constituem um bom estimulante para a multiplicação de pesquisas sobre as populações brasileiras do passado, observa-se que são ainda poucos os estudiosos dedicados à demografia histórica no Brasil. Entretanto, embora já não seja possível afirmar que essas pesquisas inexistem, diversos obstáculos continuam a retardar uma atividade mais ampla nesta área de estudos. De um lado, porque são mal conhecidos ou mal definidos os acervos documentais que apresentam dados de interesse demográfico e, de outro, porque são considerados de acesso difícil ou de má qualidade.

É certo que etapas essenciais, como a do inventário de fontes, estão longe de terminar e devem prosseguir de maneira tão exaustiva quanto possível. A crítica das fontes também se faz necessária em maior escala e o melhor modo de superar as dificuldades acima apontadas é explorar e analisar os dados existentes, em lugar de reclamar ausências, lacunas e erros.

Os exemplos escolhidos e apresentados neste artigo evidenciam a viabilidade de tais pesquisas, que podem ser multiplicadas mediante abordagem de temas relativos a migrações e distribuição espacial da população, estruturas demográficas e sócio-econômicas, mortalidade e epidemiologia, entre tantos outros.

Os estudos já realizados e em andamento, com base nos registros paroquiais, permitem agregações e comparações significativas de grupos étnicos e sócio-culturais diversos, de regiões e períodos distintos. A reconstituição de

famílias possibilita a análise de fenômenos em nível local e até mesmo individual, bem como a efetivação de estudos comparativos de grupos populacionais distintos e períodos seculares.

Bibliografia

- BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba, J. Haupt, 1958.
- BALHANA, Altiva Pilati & NADALIN, Sérgio Odilon. 'Análise do ciclo vital a partir da reconstituição de famílias: estudos em demografia histórica' em Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2, São Paulo, 1981. *Anais* (São Paulo, ABEP, 1981), pp. 645-663.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *Population de Curitiba au XVIII^e siècle*. Montréal, 1981.
- DAUMARD, Adeline et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.
- HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, EHESS/Tese de doutorado, 1978 [mecanografado].
- VALLE, Marília Souza do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829*. São Paulo, 1983.

Abstract:

Studies dedicated to historical demography are still very rare in Brazil, despite the relative variety of sources. The main obstacles to the enlargement of this field are access difficulties and lack of knowledge and indefinición of document collections that may contain demographic interest. This article presents the methodology followed by the research program on historical demography developed in Paraná, showing the possibility of researches in this new field, still very little studied in Brazilian historiography.

Résumé:

Les études dirigés vers la démographie historique sont encore insuffisants au Brésil, malgré la relative variété de sources. Les principaux obstacles à leur agrandissement sont la difficulté d'accès, la méconnaissance et l'indéfinition des documents que possèdent informations d'intérêt démographique. Cet article expose la méthodologie adoptée dans le programme de recherches sur la démographie historique développé au Paraná, démontrant la viabilité des recherches dans ce nouveau sujet, encore peu présent dans l'historiographie brésilienne.

Parati, memória documental em risco

Flávia Roncarati Gomes
*Pesquisadora da Divisão de
Documentação Escrita do
Arquivo Nacional*

Introdução

Em abril de 1981, em função de contrato firmado com a Fundação Roberto Marinho, foram designados um pesquisador em história e um auxiliar de pesquisa para examinar preliminarmente o acervo existente na Câmara Municipal de Parati, de grande valor para o estudo da história local e do Brasil Colônia, em um contexto mais amplo. Apesar do curto espaço de tempo — cerca de 15 dias —, conseguiu-se arrolar essa documentação, além de se fazer um breve levantamento dos documentos localizados no Fórum Sílvio Romero, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e na Santa Casa de Misericórdia.

O povoado de Parati foi elevado à categoria de vila pela carta régia de 28 de fevereiro de 1667, com autorização do governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benavides. Até meados do século XVIII, verificou-se um acentuado desenvolvimento econômico por ser ponto de passagem obrigatório no caminho para as Minas Gerais. A partir de 1725, com a abertura do caminho novo, que excluía a vila do roteiro para as Minas Gerais, Parati ficou à margem das principais correntes de tráfego, tendo o seu comércio se reduzido bastante. Este fato, no entanto, contribuiu muito para a preservação de sua arquitetura. Atualmente, a cidade é tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O acervo do município

O acervo da Câmara Municipal de Parati constitui-se, principalmente, de encadernados manuscritos e impressos a partir do século XVIII, documentos avulsos manuscritos e impressos, bem como jornais dos séculos XIX e XX. Foram identificados os encadernados manuscritos dos séculos XVIII e XIX; os encadernados impressos dos séculos XIX e início do XX; os docu-

Acervo	Rio de Janeiro	v. 2	n. 1	p. 1-106	jan.-jun. 1987
--------	----------------	------	------	----------	----------------

mentos avulsos, tanto manuscritos quanto impressos; e jornais dos séculos XIX e XX.

A identificação sumária de parte do acervo foi feita em fichas (título, anos-limites, datas dos termos de abertura e encerramento e observações quanto ao estado de conservação), as quais encontram-se guardadas em um armário localizado no 2º andar do prédio da Câmara Municipal. Tentou-se também identificar as folhas soltas dos livros do século XIX e se realizou, quando possível, a reconstituição manual das folhas esparsas e fragmentadas para leitura de texto, sem passar por processo de restauração. Há encadernados identificados como manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX, que perfazem um total de 75 livros, e encadernados impressos dos séculos XIX e início do XX (ver anexos 1 e 2).

Os avulsos manuscritos e impressos referem-se, em sua maioria, ao município de Parati e tratam de assuntos diversos, sendo datados dos séculos XIX e início do XX. Essa documentação avulsa foi separada por séculos e agrupada em maços com cem documentos, como forma de ser empacotada. Os avulsos manuscritos perfazem um total de aproximadamente 3.600 documentos, ao passo que os avulsos impressos não são em número considerável — cerca de duzentos documentos. Os jornais dos séculos XIX e XX são os seguintes: *A verdade*, *A razão*, *Correio de Parati*, *Gazeta de Angra*, *Correio mercantil* (Rio de Janeiro), *A voz do sul* e *O sul fluminense* (ambos de Mangaratiba).

De maneira geral, a maior parte da documentação encontra-se em razoável estado de conservação. No entanto, há livros sem capas e consumidos pela ação da umidade e dos insetos, com folhas rasgadas e extraviadas, com fitas adesivas, dobras, tinta oxidada e folhas riscadas a caneta esferográfica. O restante da documentação que compõe este acervo encontra-se disperso em vãos das paredes, logo abaixo do teto, do prédio da Câmara Municipal, e lançado em um forro de telhado do prédio anexo à Câmara. Tais documentos estão em péssimo estado de conservação, pois tanto esses espaços ociosos como o forro de telhado são extremamente úmidos, sendo que não houve condições de identificá-los.

Apesar da importância dos documentos existentes na Câmara Municipal de Parati, observou-se que estes são, em sua maioria, dos séculos XIX e XX. A partir desta constatação, foi necessário localizar a documentação mais antiga, referente aos séculos XVII e XVIII. Para isso, visitou-se as seguintes instituições: Fórum Sílvio Romero, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Santa Casa de Misericórdia, Instituto Histórico e Artístico, Forte Defensor Perpétuo, Museu de Arte Sacra e Cemitério Municipal São Francisco de Assis. Além disso, entrou-se em contato com os particulares Maria Lulsa Costa Machado e José Cláudio de Araújo — o primeiro possui documentos do século XIX, entre eles um testamento de escravo, e jornais do início do século XX, mas sem uma relação dos documentos; o segundo dispõe de uma coleção do *Diário oficial* do século XIX e uma caixa com documentos originários da Prefeitura e da Câmara Municipal de Parati.

O Instituto Histórico e Artístico possui apenas alguns encadernados manuscritos do século XIX (atas de sessões da Câmara Municipal de Parati, receita e despesa da Câmara Municipal de Parati e óbitos da cidade de Parati) e

jornais do início do século XX (*O pharol, O município e Correio de Parati*). O Forte Defensor Perpétuo, o Museu de Arte Sacra e o Cemitério Municipal São Francisco de Assis não contém documentação relevante.

Por outro lado, de grande interesse para a história local, o acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que faz parte da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, é composto de encadernados manuscritos dos séculos XIX e XX. A documentação examinada consta de livros de registro de batismos, casamentos, óbitos, receita e despesa, inscrição de irmãos (concordatas e eleições). Estão identificados os livros de registro de batismos e casamentos, acondicionados em um armário de aço, a saber:

a) Registro de batismos:

- livro n.º 1 (1811-1819)
- livro n.º 2 (1820-1829)
- livro n.º 3 (1830-1839)
- livro n.º 4 (1840-1843)
- livro n.º 5 (1844-1867)
- faltam os livros n.ºs 6 a 14
- livros n.º 15 até n.º 23 (1911-1938)

b) Registro de casamentos:

- livro n.º 1 (1813-1844)
- livro n.º 2 (1844-1858)
- livro n.º 3 (1858-1877)
- livro n.º 4 (1877-1896)
- livro n.º 5 (1899-1928)
- livro n.º 6 (1928-1938)

O acervo da Santa Casa de Misericórdia é formado por encadernados manuscritos dos séculos XIX e XX. A documentação examinada consta de livros de registro de internos, receita e despesa, receiptuário e atas de reuniões. Possui também o seu estatuto, datado de 1832 e guardado em um cofre. Por sua vez, o acervo do Fórum Silvio Romero, também de grande importância, compõe-se de encadernados e avulsos manuscritos da primeira metade do século XVIII, séculos XIX e XX. A documentação examinada consiste em processos cíveis e crimes, escrituras, notas, procurações e cartas de alforria; está acondicionada em três compartimentos e parte dela identificada:

a) compartimento à esquerda da entrada do Fórum (documentação identificada e acondicionada em um armário de aço, tendo como referência as prateleiras):

Primeira prateleira:

Primeiro ofício

- livro n.º 23 (1850)
- livro n.º 28 (1871)
- livro n.º 30 (1876)
- livro n.º 31 (1879)
- livro n.º 29 (1874)
- livro n.º 25 (1861)
- livro n.º 27 (1865)

— livro n.º 24 (1855)

— livro n.º 26 (1861)

— livro n.º 32 (1881)

Segunda prateleira:

— livros de notas do primeiro ofício e ofício único (livro n.º 40, ano de 1892, a livro n.º 93, ano de 1975)

Terceira prateleira:

— livros de notas do primeiro ofício (livro n.º 1, ano de 1723, a livro n.º 22, ano de 1846)

— livros de notas do primeiro ofício (livro n.º 33, ano de 1883, a livro n.º 39, ano de 1891)

Quarta prateleira:

— livros de notas do segundo ofício (livro n.º 1, ano de 1873, a livro n.º 60, ano de 1974)

Quinta prateleira:

— livro de procurações do primeiro ofício (livro n.º 1, ano de 1911, a livro n.º 16, ano de 1969)

— livro de procurações do segundo ofício (livro n.º 1, ano de 1928, a livro n.º 19, ano de 1975)

— livro de procurações do segundo ofício (livro n.º 1, ano de 1954, a livro n.º 4, ano de 1970)

— livro de procurações do primeiro ofício (livro n.º 1, ano de 1951, a livro n.º 2, ano de 1968).

b) compartimento denominado 'Arquivo do Cartório' (sala n.º 12): processos cíveis e crimes, desde 1723 até a presente data. Esta documentação está acondicionada em prateleiras de madeira, perfazendo uma média de trezentos volumes de processos. Cada volume possui cerca de três mil processos.

c) compartimento à direita da entrada do Fórum: autos de nascimentos, casamentos e óbitos, desde 1889 até a presente data. Esta documentação está acondicionada em prateleiras de madeira e compõe os três cartórios de registro civil de Parati (1.º, 2.º e 3.º distritos).

Depois desse primeiro levantamento, tornou-se necessário reavaliar a situação do acervo, o que foi realizado em dezembro de 1986. Viu-se que a documentação da Câmara Municipal e do Fórum permanecia em condições idênticas às de 1981, sendo que corre sério risco de ser perdida, devido ao seu acondicionamento precário, ação de insetos e umidade.

Tais fatos chamam a atenção para a documentação existente nos arquivos dos municípios, em geral, e das câmaras municipais, em particular, uma vez que é de grande importância para o estudo da história local. Como se sabe, as câmaras eram órgãos administrativos locais, que acumulavam atribuições judiciárias e as de caráter genuinamente administrativo. Desde o período colonial, por meios das posturas — preceitos municipais escritos que obrigavam os municípios a cumprir certos deveres de ordem pública — as câmaras atuavam diretamente na vida civil, na lavoura, no comércio, nos ofícios e nos resgates de escravos.

Os arquivos municipais, portanto, dada a riqueza de informações que contém, deveriam ser resgatados da depredação, da negligência e do esqueci-

mento a que se vêem submetidos. Ainda não existem normas e princípios formais para a preservação e tratamento de sua documentação, o que limita notadamente as possibilidades de seu arranjo efetivo. É necessário, assim, dispor-se de estudos sobre os arquivos municipais do país, além de se definir as modalidades e linhas de ação a serem seguidas no futuro, para a sua organização, manutenção e uso.

Apesar do empreendimento de ações específicas em matéria de documentação feito pelo Sistema Nacional de Arquivos, deve-se levar em conta que a delimitação dos campos de ação é bem clara: cada nível de governo é responsável pela custódia da documentação que gera. Assim, o desenvolvimento dos arquivos não constitui compromisso de uma dependência federal em particular, mas, ao contrário, compete a cada administração. Por fim, torna-se importante frisar que o problema de modernização dos sistemas de arquivo não é só de caráter técnico, nem unicamente uma questão de ordem administrativa, mas sobretudo da consciência política que se tem acerca do papel desempenhado pela gestão pública.

Anexo 1

LIVRO DE REGISTRO DE EDITAIS E CARTAS DA VILA DE PARATI (1777)
Mau estado de conservação; apenas oito folhas (239 a 246)

LIVRO DE ARREMATACÃO E AFORAMENTO DAS TERRAS E PROPRIEDADES;
PARATI (1802)

T.A. 1787

Bom estado de conservação; 46 folhas. Em branco e partir da f. 38

LIVRO DE REGISTRO DAS LICENÇAS DE VENDAS E FIANÇAS DA CÂMARA DA
VILA DE PARATI (1789-1806)

T.A. 1789

T.E. 1789

Mau estado de conservação; 144 folhas. Em branco a partir da f. 125.
Faltam a f. 48 e desde a f. 129 até a f. 143

LIVRO DE TRANSCRIÇÃO DAS ATAS DA 3ª SEÇÃO DE PARATI (1892-1893)

T.A. 1892

T.E. 1892

Bom estado de conservação; 48 folhas. Em branco a partir da f. 39

LIVRO DE ALISTAMENTO DE ELEITORES DA 2ª SEÇÃO DO DISTRITO DOS RE-
MÉDIOS, MUNICÍPIO DE PARATI (1893-1895)

T.A. 1893

T.E. f. extraviada

Razoável estado de conservação; 46 folhas, estando extraviadas a partir da f. 30

LIVRO DE ATAS DA ELEIÇÃO PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHO-
RA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1842-1844)

T.A. 1842

T.E. 1842

Bom estado de conservação; 24 folhas

LIVRO DE NOTAS DO ESCRIVÃO DO JUIZ DE PAZ DA PARÓQUIA DE NOSSA SE-
NHORA DOS REMÉDIOS, MUNICÍPIO DE PARATI (1890-1897)

T.A. 1890

T.E. 1890

Bom estado de conservação; 99 folhas. Em branco a partir da f. 47

LIVRO DE ATA DA INSTALAÇÃO DE ALISTAMENTO DA COMISSÃO ELEITORAL
DA 1ª SEÇÃO DO DISTRITO DOS REMÉDIOS DE PARATI (1892-1895)

T.A. 1892

T.E. 1892

Bom estado de conservação; cinquenta folhas. Em branco a partir da f. 37. As
ff. 49 e 50 estão rasgadas na parte superior

LIVRO DE ATA DA APURAÇÃO DOS VOTOS PARA DEPUTADOS DA ASSEM-
BLEIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, A QUE PERTENCE O COLEGIO ELEI-
TORAL DA VILA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1834-1840)

Bom estado de conservação; livro não numerado

LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA 2ª SEÇÃO ELEITORAL DO DISTRITO DOS REMÉDIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1894-1906)

T.A. 1894

T.E. 1894

Razoável estado de conservação; 48 folhas, estando extraviadas as ff. de nº 2 a 9 e 16 a 47. As ff. 16, 17 e 48 estão em branco

LIVRO DE TERMO DE ASSINATURAS DOS ELEITORES DA 3ª SEÇÃO ELEITORAL DA PAROQUIA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1891-1894)

T.E. 1894

Bom estado de conservação; 48 folhas, estando extraviadas as ff. 1 e de 20 a 47

LIVRO DE ATA DA ELEIÇÃO DE MEMBROS À ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; PROCEDIDA NA 2ª SEÇÃO DA PAROQUIA DE PARATIMIRIM (1892)

T.A. 1892

T.E. 1892

Bom estado de conservação; 48 folhas. Em branco a partir da f. 4

LIVRO DE ATA DA CONSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DA MESA DA 2ª SEÇÃO ELEITORAL DO DISTRITO DE PAZ DA PAROQUIA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1890-1900)

T.A. 1890

T.E. 1890

Bom estado de conservação; cem folhas, estando extraviadas as ff. 43 a 99

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1833-1840)

T.A. 1833

T.E. 1833

Bom estado de conservação; 286 folhas

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1843-1851)

T.A. 1843

T.E. 1843

Bom estado de conservação; trezentas folhas. Em branco as ff. 298 e 299

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1829-1833)

T.A. 1829

Bom estado de conservação; 270 folhas, estando as finais extraviadas

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1899-1904)

Razoável estado de conservação; 127 folhas, estando extraviadas as ff. 1 e as finais

LIVRO DE ATAS DA ORGANIZAÇÃO DAS MESAS PAROQUIAIS E DAS ELEIÇÕES DE ELEITORES DA FREGUESIA DA CIDADE DE PARATI (1847-1878)

T.A. 1847

T.E. 1847

Bom estado de conservação; cem folhas. Em branco a partir da f. 63

LIVRO DE TERMO DE JURAMENTO DE NATURALIZAÇÃO COMO CIDADÃOS BRASILEIROS (1835-1878)

T.A. 1834

T.E. 1834

Bom estado de conservação; 149 folhas. Em branco a partir da f. 3

LIVRO DE QUALIFICAÇÃO DOS VOTANTES DO TERMO DE PARATI ORGANIZADA PELA RESPECTIVA JUNTA COMERCIAL (1876-1880)

T.A. 1876

T.E. 1876

Bom estado de conservação; noventa folhas. Em branco a partir da f. 67

LIVRO DE ATAS DA ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1847-1849)

T.A. 1847

T.E. 1847

Bom estado de conservação; 26 folhas. Em branco a partir da f. 12

LIVRO DE REGISTRO DAS AFERIÇÕES DA CÂMARA DE PARATI (1827-1828)

T.A. 1827

T.E. 1827

Bom estado de conservação; 198 folhas. Em branco a partir da f. 17

LIVRO DE ATAS DA ELEIÇÃO DE VEREADORES E JUIZES DE PAZ PROCEDIDA NA 1.ª SEÇÃO ELEITORAL DA PAROQUIA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1892-1904)

T.A. 1892

T.E. 1892

Mau estado de conservação; 48 folhas, estando as folhas finais em branco e a parte superior das mesmas danificadas

LIVRO DE REVISTA E MATRÍCULA DOS EXPOSTOS DA VILÁ DE PARATI (1841-1859)

T.A. 1841

T.E. 1841

Bom estado de conservação; 198 folhas, estando em branco a partir da f. 88

LIVRO DE MATRÍCULA DOS GUARDAS NACIONAIS DO SERVIÇO ATIVO ALISTADOS PELO CONSELHO DE QUALIFICAÇÃO DA PAROQUIA DOS REMÉDIOS E PELO CONSELHO DE REVISTA DO MUNICÍPIO DE PARATI (1870-1873)

T.A. 1870

Bom estado de conservação; duzentas folhas. Em branco a partir da f. 177

LIVROS DE ATAS DA JUNTA PAROQUIAL DA CIDADE DE PARATI (1876-1880)

T.A. 1876

T.E. 1876

Bom estado de conservação; 49 folhas. Em branco a partir da f. 34

LIVRO DE REGISTRO E PORTARIAS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PARATI (1890)

Bom estado de conservação; duzentas folhas. Em branco a partir da f. 21

LIVRO DE ESCRITURAÇÃO DE RECEITA E DESPESA DA BARREIRA DE PARATI (1872)

T.A. 1871

T.E. 1871

Bom estado de conservação; quarenta folhas. Em branco a partir da f. 16

LIVRO DE ATAS DAS ELEIÇÕES DE DEPUTADOS ÀS ASSEMBLÉIAS GERAL E PROVINCIAL E SENADORES PELA PROVÍNCIA DE PARATI (1847-1870)

T.A. 1847

T.E. 1847

Bom estado de conservação; duzentas folhas.

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA BARREIRA DE PARATI (1875)

T.A. 1874

T.E. 1874

Bom estado de conservação; cinquenta folhas. Em branco a partir da f. 16, estando extraviada as ff. 31 a 49

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA BARREIRA DE PARATI (1874)

T.A. 1873

T.E. 1873

Bom estado de conservação; cinquenta folhas. Em branco a partir da f. 16

LIVRO DE ATAS DE SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1883-1890)
AUTORIZAÇÃO DE T.A. 1883

T.E. 1883

Bom estado de conservação; 210 folhas. Em branco a partir da f. 126

LIVRO DE ASSINATURAS DOS ELEITORES QUE VOTARAM NAS ELEIÇÕES PROCEDIDAS NA PAROQUIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DO MUNICÍPIO DE PARATI (1881-1894)

T.A. 1881

T.E. f. extraviada

Bom estado de conservação; 88 folhas, estando as finais extraviadas

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA BARREIRA DA CIDADE DE PARATI (1876-1879)

T.A. 1875

T.E. 1875

Bom estado de conservação; cinquenta folhas. Em branco a partir da f. 1

LIVRO DE CLASSIFICAÇÃO DE ESCRAVOS PARA SEREM LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO NO MUNICÍPIO DA CIDADE DE PARATI (1873-1876)

T.A. 1873

T.E. 1873

Bom estado de conservação; 149 folhas

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI – DIVERSOS (1863-1872)

Bom estado de conservação; livro não numerado

LIVRO DE ATA DA ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NA 5ª LEGISLATURA DA VILA DE PARATI (1843-1850)

T.E. f. extraviada

Bom estado de conservação; 143 folhas. As folhas finais estão extraviadas

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1837-1842)

T.A. 1839

T.E. 1839

Bom estado de conservação; 86 folhas

LIVRO DE ESCRITURAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS ARRECADADOS E DESPENDIDOS PELA COLETORIA DO MUNICÍPIO DE PARATI (1897-1898)

T.A. 1897

T.A. 1897

Bom estado de conservação; trinta folhas, estando extraviadas as ff. 22 a 30.

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1839-1841)

Razoável estado de conservação; 286 folhas, estando extraviadas as ff. 1, 2, 3, 7 e as finais

LIVRO 1º DE REGISTRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1829-1833)

T.A. f. extraviada

T.E. 1829

Razoável estado de conservação; 208 folhas

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1890-1894)

Bom estado de conservação; 194 folhas. As primeiras 37 folhas e as finais estão extraviadas

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1870-1879)

Bom estado de conservação; 151 folhas

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATI (1852-1866)

Razoável estado de conservação; 250 folhas. Falta a parte superior da f. 1

LIVRO DE ATAS DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1867-1873)

Bom estado de conservação; 86 folhas, estando extraviadas as finais

LIVRO DE ATAS DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS DE PARATI (1829-1830)

Razoável estado de conservação; livro não numerado, faltando as folhas iniciais e finais

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS NOTAS DA VILA DE PARATI (1818-1823)

T.A. 1818

T.E. f. extraviada

Razoável estado de conservação; 18 folhas, estando extraviadas as finais

LIVRO DE CÓPIA DE OFÍCIOS, CARTAS E PROVISÕES - VILAS DE PARATI, SÃO LUIS DE PARAITINGA, TAUBATÉ, PINDAMONHANGABA, GUARATINGUETA, LORENA E CUNHA (1817-1818)

T.A. f. extraviada

T.E. 1817

Bom estado de conservação; 92 folhas, estando extraviadas as ff. 1 a 3 e em branco a partir da f. 38

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS NOVAS DA VILA DE PARATI (1826-1828)

T.A. 1828 (Vila da Ilha Grande)

T.E. 1828 (Vila da Ilha Grande)

Bom estado de conservação; 137 folhas, estando extraviadas as ff. 68 a 99 e em branco as ff. 66, 67, 100 e a partir da f. 121

LIVRO DE REGISTRO DE PORTARIAS E OFÍCIOS (1824-1844)

Mau estado de conservação; 174 folhas

LIVRO DE TERMO DE AFIRMAÇÃO E POSSE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATI (1895-1941)

Bom estado de conservação; 102 folhas. Em branco a partir da f. 46

LIVRO DE LANÇAMENTO DAS FÉRIAS DA DESPESA APRESENTADA PELO DIRETOR DO CONSERTO E FATURA DA ESTRADA GERAL DA SERRA DA VILA DE PARATI (1825)

T.A. s.d.

T.E. 1824

Razoável estado de conservação; 143 folhas, estando extraviadas as ff. 1 e 2, 4 a 7, 13 a 140 e em branco a partir da f. 12

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1880-1885)

Razoável estado de conservação; 128 folhas, estando a f. 128 rasgada na parte superior e em branco; as primeiras 18 folhas estão extraviadas

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS (1833-1836)

Bom estado de conservação; 238 folhas, faltando as oito folhas iniciais, as ff. 10 a 17 e as finais

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DO SUBSÍDIO PROVINCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1882-1889)

T.A. 1882

T.E. f. extraviada

Bom estado de conservação; 98 folhas. Em branco a partir da f. 24, estando extraviadas as ff. 27 em diante

LIVRO DO QUARTEL DO COMANDO INTERINO DO 28º BATALHÃO DE G.G.N.N. DAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO (1854-1859)

Bom estado de conservação. As folhas iniciais e as finais estão extraviadas. Só estão numeradas as ff. 16 a 23

LIVRO DE ESCRITURAÇÃO DA COLETORIA MUNICIPAL DE PARATI (1889-1900)

T.A. 1889

T.E. 1889

Bom estado de conservação; 41 folhas. Em branco as ff. 40 e 41

LIVRO DE TERMO DE JURAMENTO E POSSE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PARATI (1846-1863)

Bom estado de conservação; oitenta folhas, estando extraviadas as primeiras 29 folhas e as finais

LIVRO DE TERMOS DE ARREMATACÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1847-1890)

Bom estado de conservação; 147 folhas, estando extraviadas as primeiras 77 folhas e as ff. 79 a 87, 100 a 108 e as finais

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1859-1860)

T.A. f. extraviada

T.E. 1851

Bom estado de conservação; cem folhas, estando extraviadas as 92 folhas finais

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1850-1856)

Bom estado de conservação; 79 folhas, estando extraviadas as primeiras 29 folhas, as ff. 48 a 69 e as finais

LIVRO DE ATA DA NOMEAÇÃO DOS ELEITORES DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS DE PARATI (1840)

Bom estado de conservação; 16 folhas, estando extraviadas as primeiras oito folhas e as finais. Em branco a partir da f. 14

LIVRO DE TERMO DE ASSINATURA DE ELEITORES DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATIMIRIM DO MUNICÍPIO DE PARATI (1881-1893)

Bom estado de conservação; 25 folhas, estando extraviadas as ff. 14 e 15 e as finais. Em branco a partir da f. 24

LIVRO DE ÓBITOS DA CIDADE DE PARATI (1864-1865)

Bom estado de conservação; folhas danificadas no local da numeração

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1857)

Razoável estado de conservação; 149 folhas, estando extraviadas as primeiras 143 folhas e as finais

LIVRO DE TERMO DA REVISÃO DA LISTA DOS JURADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1836-1842)

Bom estado de conservação; 29 folhas, estando extraviadas as primeiras sete folhas e as finais. Em branco a partir da f. 25

LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, CARTAS RÉGIAS, ALVARÁS E PROVISÕES DA VILA DE PARATI (1816-1817)

Bom estado de conservação; 25 folhas, estando extraviadas as primeiras 15 folhas e as finais

LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA VILA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE PARATI (1815)

Bom estado de conservação; 16 folhas, estando extraviadas as primeiras quatro folhas e as finais

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1840-1843)

T.A. 1840

T.E. 1840

Bom estado de conservação; 288 folhas

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1830-1831)

Bom estado de conservação; 107 folhas, estando extraviadas as primeiras 37 folhas e as finais

LIVRO DE ATA DA APURAÇÃO DOS VOTOS PARA VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DAS CIDADES DE ANGRA DOS REIS E PARATI E PARA JUIZES DE PAZ DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE MANBUCABA (1864-1886)

Bom estado de conservação; 88 páginas, estando extraviadas as primeiras 22 páginas e as finais

LIVRO DE ATAS DO PODER LEGISLATIVO GERAL E EXECUTIVO QUE DEBAIXO DO TÍTULO DE COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL FORAM REMETIDOS À CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (1838-1839)

T.A. 1839

T.E. f. extraviada

Bom estado de conservação; as folhas finais estão extraviadas

LIVRO DE ATAS DA FORMAÇÃO DAS MESAS PAROQUIAIS DA CIDADE DE PARATI E DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATI-MIRIM (1856-1882)

Razoável estado de conservação; 43 folhas, estando extraviadas as ff. 1 e 2, 4 a 11 e as finais

LIVRO DE TRANSCRIÇÃO DAS ATAS DA ELEIÇÃO DA 4ª SEÇÃO DA CIDADE DE PARATI (1892)

T.A. 1892

T.E. 1892

Bom estado de conservação; 48 folhas, em branco a partir da f. 4, estando extraviasadas as ff. 42 a 47

LIVRO DE ATAS DA APURAÇÃO DOS VOTOS DE VEREADORES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE PARATI (1829-1872)

T.A. 1829

T.E. 1829

Bom estado de conservação; 28 folhas

Anexo 2

LIVROS DE RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (séc. XIX)

LIVROS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA MADALENA, PETRÓPOLIS E RIO DE JANEIRO (início séc. XX)

LIVROS DE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE (início séc. XX)

LIVRO DE CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATI (início séc. XX)

Abstract:

This article is a survey of the documents found in the municipality of Parati, at Câmara Municipal, Fórum Silvio Romero, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito and Santa Casa de Misericórdia. The documents include bound and loose-leaf manuscripts and printed texts from the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries. It is the duty of municipal archives to hold on to their documents, preserve them and protect them, for they are invaluable for the study of local history.

Résumé:

Cet article traite de l'enquête préliminaire de la documentation existant à la municipalité de Parati, réalisée au Conseil Municipal, Fórum Silvio Romero, Église de Nossa Senhora do Rosário et São Benedito et Santa Casa de Misericórdia. Cette documentation est composée par reliés et détachés manuscrits et imprimés relatifs aux XVIII^{ème} et XX^{ème} siècles. La garde, le traitement et la préservation de la documentation, très importante pour l'étude de l'histoire local, reste sur la responsabilité des archives municipales.

Perfil institucional

Notícia histórica sobre o C.I.A.*

O Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), criado em 1950 como uma organização mundial da profissão arquivística, tem por objetivo promover a conservação e a utilização dos recursos arquivísticos de todas as nações. Os membros do C.I.A. representam 121 países e compreendem 141 autoridades em arquivo e arquivos nacionais, 405 outras instituições arquivísticas, 25 associações nacionais de arquivistas e 180 arquivistas individuais.

A direção do C.I.A. é responsabilidade última da Assembléia-Geral, cujos membros, grupados em delegações nacionais, reúnem-se uma vez, a cada quatro anos, para eleger funcionários e votar quanto aos maiores problemas que afetam a organização. Nos intervalos das sessões da Assembléia-Geral, o Comitê Executivo fixa os estatutos do C.I.A. O Comitê Executivo compõe-se de um presidente, dois vice-presidentes e de 14 outros membros, eleitos pela Assembléia-Geral, além de diversos membros *ex-officio*. As decisões referentes à aplicação dos estatutos são tomadas pelos funcionários eleitos do C.I.A., coletivamente conhecidos como *Bureau*. A gestão de assuntos de rotina é levada a efeito na sede do C.I.A., em Paris, pelo secretariado, que é dirigido por um secretário executivo.

A fim de atender aos objetivos da profissão arquivística em escala mundial, o C.I.A. organiza reuniões internacionais de arquivistas. O congresso quadrienal do C.I.A. reúne arquivistas de inúmeros países, oferecendo-lhes, desse modo, uma oportunidade para trocar informações profissionais a título oficial, quando dos debates dos trabalhos técnicos apresentados nas sessões plenárias, ou de maneira informal, nas conversações com seus colegas (...). Nos intervalos dos congressos, o C.I.A. realiza, anualmente, uma conferência denominada Mesa-redonda. Os arquivistas que ocupam cargos de direção profissional em seus respectivos países comparecem à conferência para discutir problemas comuns e, se possível, chegar a soluções mutuamente aceitáveis.

Além da organização de reuniões internacionais de arquivistas, o C.I.A. presta assistência técnica às instituições arquivísticas dos países em vias de desenvolvimento. Graças aos fundos fornecidos pela Unesco, por outros organismos públicos e por instituições privadas, o C.I.A. pode enviar especialistas aos países em desenvolvimento, cujos governos desejam criar arquivos nacionais ou aperfeiçoar os já existentes.

* Extraído de *International Journal of Archives* 1 (1980): 61-63.

Após realizar uma enquete, em escala nacional, sobre o estado de conservação dos documentos, o especialista designado para determinado país formula recomendações adaptadas às necessidades financeiras e profissionais desse país. O C.I.A. ajuda igualmente os países em vias de desenvolvimento a estabelecerem centros regionais de formação arquivística, bem como promove conferências sobre técnicas aplicáveis à documentação de arquivos, tais como microfilmagem e informatização.

No que respeita ao programa da Unesco de assistência aos países em vias de desenvolvimento para criação de sistemas de informação, o C.I.A. faz pesquisas no campo da teoria e dos procedimentos arquivísticos. Entre os projetos recentes de pesquisa da Unesco, dos quais o C.I.A. participou, encontram-se a compilação de um glossário multilíngüe de terminologia arquivística e a elaboração de um modelo para coleta de dados estatísticos na área de arquivos. Entre os projetos de pesquisa correntes do C.I.A., no esquema da Unesco, estão a redação de acordos multilaterais para a transferência de material arquivístico de depósito a depósito; um estudo sobre a aplicação de técnicas, como o tratamento informático, às fontes históricas de um país em particular, que se encontram num depósito de outro país; e um estudo sobre as possibilidades de criação de um fundo internacional de microfimes.

O C.I.A., que está engajado num programa ativo de publicações, edita três periódicos profissionais. *Archivum*, anuário do C.I.A., contém as atas dos congressos que realiza. Volumes individuais de *Archivum* são, em geral, consagrados a um só assunto e abrangem uma bibliografia internacional básica sobre gestão arquivística, uma descrição dos grandes depósitos de arquivos do mundo e uma compilação da legislação arquivística de países diversos. O *Journal international des archives*, publicação bianual, contém artigos variados, de interesse profissional. O *Bulletin du C.I.A.*, também editado duas vezes por ano, descreve as atividades desenvolvidas pelo organismo.

Além desses três periódicos, o C.I.A. colabora com a Unesco na elaboração de obras de referência sobre construção de prédios para arquivos, trabalhos sobre microfilmagem, restauração de documentos, regras de acesso aos arquivos e formação de novos profissionais. O C.I.A. e a Unesco também trabalham em conjunto numa série de volumes, intitulada *Guia de fontes para a história das nações*, que tem por objetivo facilitar a pesquisa sobre os países cujas fontes históricas se encontram, pelo menos em parte, em arquivos de outros países.

Para encorajar a formação e a administração de arquivos em todo o mundo, o C.I.A. recorre à implantação de ramos regionais, bem como à de comitês e seções. Cada ramo regional do C.I.A. abrange uma série de países de uma região geográfica específica. Existem ramos regionais na América Latina, no Caribe, na África do Norte, no Oriente-Médio, na África Oriental e Central, na África Ocidental, no Sudeste Asiático e na Ásia do Sul e do Oeste. Com o apoio da organização central do C.I.A., os membros dos ramos regionais esforçam-se para formar profissionais de ar-

quivo, bem como para conscientizar as autoridades oficiais e o grande público da utilidade dos arquivos.

Os comitês e seções do C.I.A. defendem os interesses particulares da profissão. Os comitês ocupam-se do desenvolvimento da arquivística, da formação profissional, da informática, da conservação, da microfilmagem, da sigilografia (selos lacres), dos arquivos empresariais e dos arquivos literários e artísticos. Uma seção do C.I.A. liga-se às associações profissionais de arquivistas e uma outra ocupa-se dos problemas próprios dos arquivistas pertencentes a organismos internacionais. Graças aos comitês conjuntos, o C.I.A. assegura a ligação com as organizações internacionais da área. Os projetos do C.I.A., da Federação Internacional de Documentação (F.I.D.), e da Federação Internacional das Associações de Bibliotecas (Ifia) são empreendidos por comitês conjuntos, da mesma forma que os empreendimentos cooperativos entre o C.I.A./I.R.M.F. (Comitê Preparatório Conjunto sobre Gestão de Documentos).

É devido à implementação de todos esses programas, à organização de reuniões internacionais de arquivistas, à assistência técnica aos países em vias de desenvolvimento, às pesquisas no campo da teoria e práticas arquivísticas, à difusão de documentação profissional e ao apoio aos ramos e comitês regionais que o C.I.A. assegura a preservação dos recursos arquivísticos mundiais e a manutenção do nível internacional da administração arquivística.

Bibliografias

ACESSO AOS ARQUIVOS

A partir deste número, a revista *Acervo* passará a publicar uma bibliografia seletiva e retrospectiva sobre temas relevantes da arquivologia, assinalando as instituições nas quais as referências poderão ser obtidas. Com este trabalho esperamos estar contribuindo para a disseminação das informações bibliográficas da área entre a comunidade arquivística.

A bibliografia sobre acesso aos arquivos, aqui desenvolvida, inclui referências existentes no acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional (AN), nos catálogos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (F.G.V.), e as incluídas no *Boletín de información*, editado pelo Centro de Información Documental (C.I.D.), da Espanha.¹

A questão do acesso aos arquivos foi abordada sob os aspectos da legislação, liberdade de informação, privacidade e no que diz respeito à automação. Nos casos em que uma revista dedicou um número especial a determinado tema, foi feita a referência da mesma no todo, omitindo-se a indexação de cada artigo. Finalmente, foram listadas algumas bibliografias especializadas sobre acesso, com o objetivo de divulgar referências que talvez possam ser obtidas em outras bibliotecas do país.

1. O C.I.D. — à av. Juan de Herrera, 2. 28040 Madri — Fornece cópias e traduções para o espanhol de artigos em linguas eslavas e em alemão.

Livros e artigos de periódicos

- ACCESS to local-government documentation: Capital Planning Information. London, British Library, 1981. vii + 73 p. (The British Library Research & Development Reports ; 5619). CID
- ARCHIVES NATIONALES (França). *Guide du lecteur*. 4ème. éd. Paris, Archives Nationales. 1985, p. 16-17. AN
- ARCHIVUM. Archival legislation = législation archivistique. Paris, v. 28, 1981. AN
- _____. La législation archivistique, I. Europe. Paris, v. 19, 1969. AN
- _____. La législation archivistique, III. Amérique, Océanie. Paris, v. 21, 1971. AN
- ARNAUDOVA, Maria. El control interno en el trabajo con los documentos en las empresas e instituciones. *Arjived pregled*, Sofia, (3): 47-50, 1981. AN
- BAUMANN, Roland M. The administration of access to confidential records in State archives: common practices and the need for a model law. *The American Archivist*, Chicago, 49 (4): 349-369, Fall 1986. CID
- BAUTIER, Robert-Henri. Problèmes concrets posés aux directions d'archives par les projets de libéralisation en matière de communication de documents. In: CONFERENCE INTERNATIONALE DE LA TABLE RONDE DES ARCHIVES (10.ème : 1967. Copenhague). *Actes...* Paris, Imprimerie Municipale, 1969. p. 11-39. FGV
- _____. Les problèmes posés par une libéralisation brutale de l'accès aux documents. Appel à la prudence. *Archivum*, Paris, 16: 47-53, 1966. AN
- BAZILLION, Richard J. Access to departmental records, cabinet documents, and ministerial papers in Canada. *The American Archivist*, Chicago, 43 (2): 151-160, Spring 1980. AN
- _____. Access to government information in Canada: some recent developments. *The American Archivist*, Chicago, 44 (2): 151-153, Spring 1981. AN
- BÈGUE, Jean. Le cadre législatif français en matière de communicabilité des statistiques. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 230-232, 3./4. trim. 1985. AN

- BEIN, Alexandre. Israel's contribution and suggestions for the betterment of access to archives. *Archivum*, Paris, 16: 207-210, 1966. AN
- BLAQUIÈRE, Henri. La Commission de coordination de la documentation administrative et les Archives de France. *La Gazette des Archives*, Paris, (104): 42-44, 1. trim. 1979. FGV
- _____ ; DUCHEIN, M.; MAHIN, B. Les recherches, communication et délivrances de copies. In: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique...* Paris, SEVPEN, 1970. p. 295-341. AN
- BOBERACH, Heinz. *El progreso en la tecnología y la expansión del acceso*. Washington, ICA, 1976. 23 p. [Congreso Internacional de Archivos, 8.º, 1976]. AN
- BRAVER, Carl M. The researcher evaluation of reference services. *The American Archivist*, Chicago, 43 (1): 77-79, Winter 1980. AN
- BREMER, John. Perils of history soviet style. *Archives and manuscripts: the journal of the Australian Society of Archivists*, O'Connor, 10 (1): 36-41, May 1982. AN
- BRICENO PEROZO, Mario. Liberalidad de Venezuela en el régimen de consulta de sus archivos y moción en favor de la liberalización. *Archivum*, Paris, 18: 78-79, 1968. AN
- BROOKS, Philip C. Limitations on access and use. In: _____. *Research in archives: the use of unpublished primary sources*. Chicago, The University of Chicago Press, 1969. p. 49-73. AN
- CAMP, Anne Van. Access policies for corporate archives. *The American Archivist*, Chicago, 45 (3): 296-298, Summer 1982. AN
- CANADÁ. Ministère des Approvisionnements et Services. *Règlements régissant la consultation des documents d'archives et des microfilms*. s. l., 1979. 4+4 p. CID
- CARUCCI, Paola. Alcune osservazioni su la consultabilità dei documenti. In: ANTOLOGIA di scritti archivistici. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1985. p. 257-267 (Pubblicazioni degli Archivi di Stato : Saggi ; 3). AN
- CHALOU, George. Reference. In: A MODERN Archives Reader: basic readings on archival theory and practice. Washington, NARS, 1984. p. 257-263. AN

- CHARPY, Jacques. La loi de 3 janvier 1979 et la communication des documents. *La Gazette des Archives*, Paris (107): 241-257, 1979. FGV
- COKER, Kathy Roe. Confidentiality of records and access: a survey of state and archival institutions. *ARMA: Records Management Quarterly*, Kansas, 16 (3): 22-31, 1982. CID
- COMMISSION D'ACCÈS AUX DOCUMENTS ADMINISTRATIFS (Paris). *L'accès aux documents administratifs: deuxième rapport d'activité de la Commission... 1981-1982*. Paris, La Documentation Française, 1982. 198 p. CID
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. *Ouverture au public des Archives Historiques des Communautés Européennes*. Luxembourg, 1983, 119 p. AN
- CONGRÈS INTERNATIONAL EXTRAORDINAIRE DES ARCHIVES (1966: Washington). Actes... *Archivum*, Paris, 16, 1966. AN
- DADZIE, M.E.W. La libéralisation des archives dans les pays ayant accédé récemment à l'indépendance. *Archivum*, Paris, 16: 53-54, 1966. AN
- D'ANGIOLINI, Pietro. La consultabilità dei documenti d'archivio. *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, 35 (1-2-3): 198-249, gen./dic. 1975. AN
- DERECHO de información, derecho de secreto. (El acceso a los archivos modernos). *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 261-262, 3./4. trim. 1985. AN
- DUCHEIN, Michel. Access to archives in France. *Archives: the journal of the British Records Association*, London, 15, (65): 26-27, Apr. 1981. FGV
- _____. Les innovations apportées par la loi du 3 janvier 1979. *La Gazette des Archives*, Paris, (107): 229-240, 4. trim. 1979. FGV
- _____. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP*. Paris, Unesco, 1983. 53 p. (PGI-83/WS/20). AN
- DUCROT, Ariane. Le nouvel état des fonds du Bundesarchiv de Coblenz; réflexions sur l'accès du public aux archives. *La Gazette des Archives*, Paris, (101): 110-115, 2. trim. 1978. FGV
- EYZAGUIRRE, Juan. Acceso a los archivos en Chile. *Archivum*, Paris, 16: 55-56, 1966. AN

- FAVIER, Jean. La communication des archives contemporaines en France: droit et pratique. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 202-209, 3./4. trim. 1985. FGV
- FINLAY, G. *Protection of privacy and the government archives organisation*. s.n.t. 12 f. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985). AN
- FORD, Frederick W. Algunos problemas legales en la conservación de archivos para el uso público. *Boletín del Sistema Nacional de Archivos*, México, (11): 28-32, mayo/jun. 1985. AN
- FRANZ, Eckhart G. Les archives contemporaines: problèmes juridiques et pratiques de communication en République fédérale d'Allemagne. *La Gazette de Archives*, Paris, (130/131): 183-188, 3./4. trim. 1985. FGV
- GARCIA BELSUNCE, César. Les archivos y el derecho a la información. *Archivos Hoy: teoría y práctica archivística*, México, 2 (3): 11-15, 1981. AN
- GAUYE, Oscar. La communication des archives contemporaines en Suisse. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 189-195, 3./4. trim. 1985. FGV
- HALLER, Uli. Processing for access. *The American Archivist*, Chicago, 48 (4): 400-415, Fall 1985. FGV
- HARDENBERG, Herman. Liberalization of restrictions on access to archives: legal and juridical problems associated with access to archives. *Archivum*, Paris, 16: 41-45, 1966. AN
- HEREDIA HERRERA, Antonia. El archivero y la información documental. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, 31 (4): 545-547, 1981. CID
- HICKERSON, H. Thomas. *Archives & manuscripts: an introduction to automated access*. Chicago, Society of American Archivists, 1981. 60 p. CID
- HILDESHEIMER, Françoise. Fonds fermés, fonds morts? *La Gazette des Archives*, Paris, (125-126): 257-262, déc. 1984. FGV
- HOLBERT, Sue E. *Archives & manuscripts: reference & access*. Chicago, Society of American Archivist, 1977. 30 p. CID

- HYAM, Grace. Accès aux documents. *L'Archiviste*, Ottawa, 13 (2): 1, 4, mars./avr. 1986. AN
- JAGERSKIOLD, Alof. La libre accessibilité des archives en Suède. *Archivum*, Paris, 16: 56-57, 1966. AN
- KECSKEMÉTI, Charles. La libéralisation en matière d'accès aux archives et de politique de microfilmage. *Archivum*, Paris, 18: 25-48, 71-93, 1968 (VIe Congrès International des Archives, Madrid, 1968). AN
- KEPLEY, Brenda Beasley. Archives: accessibility for the disabled. *The American Archivist*, Chicago, 46 (1): 42-51, Winter 1983. AN
- KETELAAR, Eric. L'accès aux archives dans les Pays-Bas. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 196-201, 3./4. trim. 1985. AN
- KNOPPERS, Jake V.T. El impacto de la privacidad, la libertad de información y las leyes y regulaciones al respecto por el gobierno de Canadá. *ADPA: automatización — archivos — informática*, Madrid, 3 (2): 45-50, 1980. FGV
- LAMB, W. Kaye. Liberalization of restrictions on access to archives. *Archivum*, Paris, 16: 35-40, 1966. AN
- LAND, Robert H. Defense of archives against human foes. *The American Archivist*, Chicago, 19 (2): 121-138, Apr. 1956. AN
- LE POTTIER, Jean. La communication des documents publics contemporains: synthèse des comptes rendus des réunions régionales de l'Association des archivistes français. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 213-224, 3./4. trim. 1985. AN
- LÓPEZ AYLLÓN, Sergio. El derecho a la información y los documentos públicos. *Boletín del Sistema Nacional de Archivos*, México, (11): 19-27, mayo/jun. 1985. FGV
- LUNDKVIST, S. *Special clearance: competences, procedures, criteria*. 6 f. s.n.t. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985). AN
- MACNAMARA, Bettie. The accessibility of records in the Smithsonian Institution. *ARMA: Records Management Quarterly*, Kansas, 15 (3): 39-42, 1981. AN
- MAISL, Herbert. Les archives et la législation "Informatique et libertés". *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 225-229, 3./4. trim. 1985. CID
- FGV

- MACCARDLE, Bennet. Les documents des Archives fédérales et le citoyen canadien. *L'Archiviste*, Ottawa, 13 (4): 10-11, juil./août 1986.
AN
- McDONALD, Lee. *The privacy act and the Public Archives of Canada*. s.n.t. 5 f. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985).
AN
- _____. *Reference services: policy and program*. Ottawa, Public Archives of Canada, 1972. 8 f. dat.
AN
- MILLER, A.P. & JENKINS, S.L. Automated retrieval of project documentation at Marathon Oil. *ARMA: Records Management Quarterly*, Kansas, 16 (3): 5-8, 1982.
CID
- MOSS, M.S. Public Record Office: good or bad? *Journal of the Society of Archivists*, London, 7 (3): 156-166, Apr. 1983.
AN
- MUÑOZ ALVAREZ, Maria del Remedio. Sugerencias sobre plazos de accesibilidad expurgo y transferencias de la documentación de los juzgados de distrito de primeira instancia y de instrucción. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, 31 (1): 3-14, 1981.
CID
- OBERLY, James W. The information, revolution in historic perspective. *ARMA: Records Management Quarterly*, Kansas, 16 (4): 5-7, 1982.
CID
- PETERSON, Gary M. & PETERSON, Trudy H. *Archives & manuscripts: law*. Chicago, Society of American Archivists, 1985. 111 p. (Basic Manual Series)
AN
- PETERSON, Trudy Huskamp. *Federal records, privacy and public officials in the United States*. s.n.t. 6 f. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985).
AN
- PINKETT, Harold T. Federal records: the citizen's concern. *Prologue*, Washington, 11 (2): 133-138, Summer 1979.
AN
- PRASAD, S.N. *La liberalización del acceso y del uso*. Washington, ICA, 1976. 13 p. (Congreso Internacional de Archivos, 8°, 1976).
AN
- PROSDOCIMI, Luigi. Demanialità e pubblicità dei documenti di archivio. In: ANTOLOGIA di scritti archivistici. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1985. p. 183-193 (Publicazioni degli archivi di Stato : Saggi : 3).
AN

- PUBLIC ARCHIVES CANADA. *Guidelines for the disclosure of personal information for historical research at the Public Archives of Canada*. Ottawa, Minister of Supply and Services Canada, 1985. 19+19 p.
AN
- PUGH, Mary Jo. The Illusion of omniscience: subject access and the reference archivist. In: *A MODERN Archives Reader: basic readings on archival theory and practice*. Washington, NARS, 1984. p. 264-277.
AN
- PURDY, Virginia C. Archivaphobia: its causes and cure. *Prologue*, Washington, 15 (2): 115-119, Summer 1983.
FGV
- REITMAN, Alan. Freedom of information and privacy: the civil libertarian's dilemma. *The American Archivist*, Chicago, 38 (4): 501-508, Oct. 1975.
AN
- REPETTO, Gabriella Olla. In tema di consultabilità dei documenti amministrativi dello stato. In: *ANTOLOGIA di scritti archivistici*. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1985. p. 210-256 (Publicazioni degli Archivi di Stato : Saggi ; 3).
AN
- RHOADS, James B. Alienation and thieving: archival problems. *The American Archivist*, Chicago, 29 (2): 197-208, Apr. 1966.
AN
- RIEGER, Morris. Proposals of resolutions. *Archivum*, Paris, 16: 210-211, 1966.
AN
- RIPOCHE, Paul. La communication au public des archives et des documents administratifs. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 233-237, 3/4. trim. 1985.
FGV
- _____. Le sourire et le guichet, l'expérience de l'Association pour l'amélioration des rapports de l'administration avec ses publics. *La Gazette des Archives*, Paris, (124): 59-68, 1. trim. 1984.
FGV
- RODRIGUES, José Honório. A liberdade de informação e pesquisa. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 6 (3) 5-11, 1978.
AN
- RODRÍGUEZ, Luis Manuel. Consideraciones sobre las ponencias sobre accesibilidad y uso de los archivos. *Carta de Archivo*, Medellín, 2 (2): 32-33. 1978.
AN
- ROPER, Michael. The academic use of archives. *Archivum*, Paris, 29: 27-45, 1982 (9th. International Congress on Archives, London, 1980).
AN

- ROTA, Antonio. La continenza materiale del demanio archivistico vero e proprio. In: ANTOLOGIA di scritti archivistici. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1985. p. 268-280 (Publicazioni degli Archivi di Stato : Saggi ; 3). AN
- SAEZ LORENZO, Maria Concepción. *El derecho de acceso de los ciudadanos a los documentos administrativos*. Madrid, Pres. del Gobierno, 1982. 108 pp. CID
- SALAS LARRAZÁBAL, Ramón. El acceso a los archivos. *Boletín de Archivos*, Madrid, 2 (4-6): 65-67, ene.-dic. 1979. AN
- SCHWENCKE, M.D. *Parlament européen: documents de science 1981-1982: rapport... sur la communication de la Commission des Communautés Européennes du Conseil... s.l.*, 1981. 8 p. CID
- SERRA NAVARRO, Pilar. *Los archivos y el acceso a la documentación*. Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General del Patrimonio Artístico, Archivos y Museos, Subdirección General de Archivos, s.d. 96 p. AN
- SGROI, Vittorio. Espropriazione di documenti privati di notevole interesse storico e tutela della riservatezza e dell'inedito. In: ANTOLOGIA di scritti archivistici. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1985. p. 537-562 (Publicazioni degli Archivi di Stato : Saggi ; 3). AN
- SMITH, Jean. Information: public or private. *Special Libraries*, New York, 75 (4): 275-282, Oct. 1984. FGV
- SMITH, Wilfred. Accesibility and archives: a response. *Archivaria*, Ottawa, (7) 144-146, 1978. CID
- SOLOVEV, Alexandre A. Liberal policy of access to archives in URSS. *Archivum*, Paris, 16: 57-58, 1966. AN
- STEWART, William J. Opening closed material in the Roosevelt Library. *Prologue*, Washington, 7 (4): 239-241, Winter 1975. AN
- SYNNOTT, Marcia G. The half-opened door: researching admissions discrimination at Harvad, Yale, and Princeton. *The American Archivist*, Chicago, 45 (2): 175-187, Spring 1982. AN
- TANODI, Aurelio. La cooperación internacional en facilitar acceso a los archivos. *Archivum*, Paris, 16: 171-196, 222-223, 1966. AN

TISSING JR. & ROBERT W. The orientation interview in archival research. *The American Archivist*, Chicago, 47 (2): 173-178, Spring 1984.

FGV

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. La loi du 3 janvier 1973 et les archives privées. *La Gazette des Archives*, Paris, (107): 261-274, 1979.

FGV

VAGANOV, Fiodor Mijailovich. *The use of documents of the state archival fonds at the URSS to safeguard the private interests of citizens*. s.n.t. 4 f. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985).

AN

VAN CAMP, Anne. Access policies for corporate archives. *The American Archivist*, Chicago, 45 (3): 296-298, Summer 1982.

AN

WAGNER, Alfred. Restrições à comunicação. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 2 (1): 16-21, jan. 1971.

AN

_____. Unesco and the liberalisation of access to archives. *Archivum*, Paris, 18: 87-88, 1968.

AN

WILKINSON, Mary. Ampliaciones del sistema automatizado PROMPT para la atención de solicitudes en el Public Records Office Kew. *ADPA: automatización — archivos — informática*, Madrid, 4 (1-2): 49-52, 1982-83.

AN

WITTER, Geraldina P. Arquivos públicos e arquivos particulares. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, 4 (4): 125-128, out./dez. 1983.

AN

YAHAYA, H. Zon. *Protection of privacy by measures taken inside the archival institution: how can archives guarantee that restrictions on access are in fact adhered to?* s.n.t. 10 + 5 f. (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, 23e., Austin, 1985).

AN

Bibliografias

ANDREWS, Patricia A. & GRIER, Bettye J. Access. In: _____. *Writings on archives, historical manuscripts, and current records: 1979-1982*. Washington, National Archives and Records Administration, 1985. p. 67-69.

AN

LA COMMUNICATION des archives publiques: textes législatifs et réglementaires, jurisprudence principales références. *La Gazette des Archives*, Paris, (130/131): 255-257, 3./4. trim. 1985.

FGV

Quem está pesquisando o quê

DUCHEIN, Michael. Access to archives. In: _____. Basic international bibliography of archive administration. *Archivum*, Paris, 25: 91-94, 1978.

AN

DUPUIS, Susan L. & PERRON-CROTEAU, Lise. *List of archival literature in the Public Archives Library*. [Ottawa], Public Archives Canada, 1980. 111 p.

AN

EVANS, Frank B. *The history of archives administration: a select bibliography*. Paris, Unesco, 1979. 255 f.

AN

_____. Problems of access and confidentiality. In: _____. *The Administration of modern archives: a select bibliographic guide*. Washington, Office of The National Archives, 1970. p. 75-77.

AN

ALFONSO, Maria Helena de Aguiar

Prof. doutora

Instituto de Filosofia da Universidade de Brasília, Brasília, DF

End.: Caixa Postal 304, CEP 70910-000

Residência: Estrada dos Carvalhos, 1449, Rio de Janeiro, RJ

Residência: Rua de São Paulo, 100

Local de nascimento: Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1929

Formação: Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1953

Local de trabalho: Universidade de Brasília, Brasília, DF

Local de trabalho: Rio de Janeiro, RJ

ALLEN, John

Prof. doutor

Department of Philosophy, University of California, S.F.

End.: 1010 Divisadero Street, S.F. 94117, U.S.A.

Residência: 1010 Divisadero Street, S.F. 94117, U.S.A.

Formação: Universidade de Berkeley, Califórnia, E.U.A.

Local de trabalho: Universidade de Berkeley, Califórnia, E.U.A.

ALVES, Lindaura Maria de Aguiar

Prof. doutora

Instituto de Filosofia da Universidade de Brasília, Brasília, DF

End.: Caixa Postal 304, CEP 70910-000

Residência: Estrada dos Carvalhos, 1449, Rio de Janeiro, RJ

Residência: Rua de São Paulo, 100

Local de nascimento: Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1929

Formação: Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1953

Local de trabalho: Universidade de Brasília, Brasília, DF

ALVES, Lindaura Maria de Aguiar

Prof. doutora

Instituto de Filosofia da Universidade de Brasília, Brasília, DF

End.: Caixa Postal 304, CEP 70910-000

Residência: Estrada dos Carvalhos, 1449, Rio de Janeiro, RJ

Residência: Rua de São Paulo, 100

Local de nascimento: Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1929

Formação: Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1953

Local de trabalho: Universidade de Brasília, Brasília, DF

Quem está pesquisando o quê

ACKER, Maria Teresa Viana van

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Cristiano Viana, 207, casa 1 – São Paulo.

Pesquisa: análise de uma festa em Vila Rica – o Triunfo Eucarístico: 1733. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: arquivo do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Nacional; Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo.

ALBANESI, Maria Helena Bragança

Prof.: professora.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

End.: rua do Cacaueiro, 50 – Tatuapé, SP.

Pesquisa: a indústria têxtil e o golpe de 1964. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo; Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo; Sindicato de Fiação e Tecelagem, São Paulo.

ALLEN, Judith

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de Wisconsin – U.S.A.

End.: 804 Jenifer, Madison, WI, 53.703 – U.S.A.

Pesquisa: homens livres de cor: início do século XIX. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

ARAS, Lina Maria Brandão de

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco.

End.: rua Amazonas, 543, ap. 202 – Salvador.

Pesquisa: movimento federalista de Guanaes mineiro: São Félix, Bahia - 1832. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

ARAÚJO, Zezito do

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal de Alagoas.

End.: av. Presidente Agostinho da Silva Neves, 78 – Maceió.
Pesquisa: movimentos sociais rurais em Alagoas: 1830-1880. Em fase inicial.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Arquivo Público de Alagoas; Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

BARROS, Armando Martins de

Prof.: pesquisador.
Instituição: Universidade Federal Fluminense.
End.: rua Maranhão, 290, casa 22 – Rio de Janeiro.
Pesquisa: educação primária no Distrito Federal: 1910-1920. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: sem informação.

BASTOS, Otaviano de Menezes

Prof.: pesquisador.
Instituição: sem informação.
End.: rua Marquês de Olinda, 61, ap. 307 – Rio de Janeiro.
Pesquisa: a comunidade dos surdos. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BESSE, Susan K.

Prof.: professora.
Instituição: City College, City University of New York – U.S.A.
End.: Department of History, City College - Convent Ave at 138th st, New York, NY 10.031 – U.S.A.
Pesquisa: Campanha contra crimes passionais: décadas de 1920 e 1930. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: sem informação.

BOGADO, Leticia Fiorillo

Prof.: psicóloga.
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
End.: rua Vereador Duque Estrada, 162 – Niterói, RJ.
Pesquisa: instituições assistenciais. Em fase final.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CARNEIRO, Honório de Souza**Prof.:** professor.**Instituição:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.**End.:** rua Marechal Deodoro, 602 – São Paulo.**Pesquisa:** o ciclo do café no Mato Grosso do Sul. Em fase inicial.**Finalidade:** tese de doutoramento.**Locais onde pesquisou:** Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; biblioteca e arquivo do Instituto Brasileiro do Café; Biblioteca Municipal de São Paulo.**DIAS, Maria Odila Leite da Silva****Prof.:** professora.**Instituição:** Universidade de São Paulo.**End.:** rua Albuquerque Lins, 1.129, IIº, 112 – São Paulo.**Pesquisa:** história social do Império — o eleitorado pobre: 1840-1881. Em fase adiantada.**Finalidade:** publicação.**Locais onde pesquisou:** British Museum, Londres; Sterling College University of Yale; Benson Latin American College, Universidade do Texas; Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.**GALEÉ, Félix Oliver****Prof.:** estudante.**Instituição:** Universidade de Heidelberg – Alemanha.**End.:** rua 9 de Julho, 305 – São Paulo.**Pesquisa:** os partidos políticos na redemocratização. Em fase adiantada.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** sem informação.**GRADEN, Dale T.****Prof.:** professor.**Instituição:** Trinity College, Hartford, CT. – U.S.A.**End.:** Box 221 Storrs, GT. 06268 – U.S.A.**Pesquisa:** A Bahia depois da Abolição. Em fase adiantada.**Finalidade:** tese de doutoramento.**Locais onde pesquisou:** Arquivo Público do Estado da Bahia, Centro de Estudos Bahianos.**GRANJA, Maria Madalena S. Baptista de Oliveira****Prof.:** advogada.**Instituição:** Faculdade Nacional de Direito.**End.:** rua Santo Amaro, 5, ap. 904 – Rio de Janeiro.**Pesquisa:** a crise penitenciária no Brasil.**Finalidade:** dissertação de mestrado. Em fase inicial.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

GRATH, David Gibbs Mc

Prof.: geógrafo.

Instituição: Universidade Federal do Pará.

End.: 723 Circleville Rd. 2 State College PA 16.803 - U.S.A.

Pesquisa: geografia e história econômica da Amazônia: 1920-1980. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Municipal de Belém; biblioteca da Associação Comercial do Amazonas; biblioteca da Universidade Federal do Pará.

JOBIM, Leopoldo Collor

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Nova de Lisboa — Portugal.

End.: 75, rua do Quelhas — Lisboa.

Pesquisa: jardins botânicos; Colônia. Em fase final.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal.

LUMAMBO, Cátia Wanderley

Prof.: arquiteta.

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco.

End.: rua Augusto Lins e Silva, 536, ap. 202 — Recife.

Pesquisa: reforma urbana no bairro do Recife e melhoramentos do porto: 1910-1913. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Público Estadual de Pernambuco; Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo; Empresa de Portos do Brasil; Museu da Cidade do Recife.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes

Prof.: professora.

Instituição: Universidade de Brasília.

End.: HCGN — 714, bloco L, casa 2 — Brasília.

Pesquisa: a comissão verificadora de poderes. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: arquivo e biblioteca da Câmara dos Deputados; biblioteca da Universidade de Brasília.

MUNIZ, Maria Izabel Perini

Prof.: arquiteta.

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo.

End.: rua Paulo Milled, 99, ap. 602 — Vitória.

Pesquisa: arquitetura rural no Espírito Santo: século XIX. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

OLIVEIRA, Maria Helena Almeida de

Prof.: estudante.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

End.: rua Paissandu, 156, ap. 1.204 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a Rádio Mayrink Veiga. Em fase inicial.

Finalidade: monografia.

Locais onde pesquisou: sem informação.

PATRICK, Petitjean

Prof.: pesquisador.

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

End.: 64 Boulevard Dostoievsky — 67.200 — Strasbourg, França.

Pesquisa: história das relações científicas franco-brasileiras: 1808-1940. Em fase inicial.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

RODRIGUES, Amália Pereira da Silva

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba.

End.: rua S, 89 — Setor Norte-Ferrovário — Goiânia.

Pesquisa: histórico da enfermagem de saúde pública no Brasil: 1900-1980. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Museu Histórico Nacional.

ROUVER, Vanderlei

Prof.: funcionário público.

Instituição: Polícia Militar de Canelinha — Santa Catarina.

End.: rua Rafael Bandeira, 47-D, ap. 204 — Florianópolis.

Pesquisa: as sesmarias de Canelinha (Santa Catarina). Em fase final.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Arquivo Público Estadual de Santa Catarina; biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHÜMANN, Beate

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de Hamburgo.

End.: Lobstedter Damm 27, 2.000 Hamburgo 61 — Alemanha.
Pesquisa: formas de resistência dos escravos negros no Brasil colonial. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Estadual de Hamburgo; Instituto Ibero-americano de Berlim; Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SCOTT, Rebecca

Prof.: professora.
Instituição: University of Michigan — U.S.A.
End.: Department of History, 3.609. Haven Hall, University of Michigan, Ann Arbor, MI — U.S.A.
Pesquisa: transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste: 1860-1900. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

SILVA, Alexandra de Melo e

Prof.: estudante.
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
End.: rua Farme de Amoedo, 77, ap. 102 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: a presença americana no rádio brasileiro: 1940-1945. Em fase adiantada.
Finalidade: monografia.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Museu da Imagem e do Som; biblioteca da Fundação Nacional de Arte; arquivo da Rádio Nacional; arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (Fundação Getúlio Vargas).

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da

Prof.: pesquisador.
Instituição: Museu Histórico Nacional.
End.: av. Dr. Arruda Negreiros, 655 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: a epidemia de cólera e seus efeitos sobre o processo de desagregação do trabalho escravo: 1855. Em fase inicial.
Finalidade: monografia.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

STUART, Ana Maria

Prof.: professora.
Instituição: Universidade de São Paulo.
End.: rua dos Heliótopos, 23 — São Paulo.
Pesquisa: o bloqueio das potências européias sobre a Venezuela e suas implicações nas relações internacionais: 1902. Em fase final.
Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca e Hemeroteca Municipal de Rosário, Argentina; Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo; Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.

TREIGHER, Marcos Luís

Prof.: historiador.

Instituição: Universidade Federal do Ceará.

End.: rua Gilberto Studart, 723 — Fortaleza.

Pesquisa: vida de tropeiro na região de Sobral: 1850-1930. Em fase inicial.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Biblioteca Pública do Ceará; Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Notícias

Criação da Cepad

O plano geral da reforma administrativa federal criou, em 29 de outubro passado, a Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (Cepad), destinada a fornecer subsídios para a solução de problemas relativos à criação, fluxo e guarda da informação produzida e recebida pelo poder público federal. Após sucessivas reuniões, que contaram com a participação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, a Comissão elaborou o documento "A importância da informação e do documento na administração pública federal", que se configurou como relatório final do trabalho.

A conclusão geral do diagnóstico da situação atual aponta para a "inexistência e, ao mesmo tempo, necessidade urgente do estabelecimento de uma política de informação no âmbito da administração pública federal que permita fixar diretrizes filosóficas quanto à geração, tratamento e uso de documentos e informações para a garantia de apoio efetivo às ações governamentais e às necessidades do usuário do serviço público. Uma política em que seja previsto investimento financeiro suficiente para assegurar melhores condições de tratamento dos acervos; otimização dos produtos e serviços; aquisição de modernos equipamentos e demais recursos que acompanham o desenvolvimento tecnológico. Enfim, uma política que permita criar uma infraestrutura mínima necessária ao reconhecimento do que é desejável e realizável em termos de produção, transferência e acesso à informação e que, também, conduza à revisão da estrutura atual de forma a aproximar acer-

vos, serviços e profissionais das áreas de arquivo, biblioteca, museu e informática".

Inauguração

Será inaugurado, no dia 28 de abril, o Arquivo Público do Distrito Federal, sob a direção de Walter Albuquerque Mello. Seu atual endereço é: Setor de Áreas Públicas, lote B, bloco 7, complexo de instalações pertencentes à Novacap.

Arquivos correntes

O Comitê de Arquivos Correntes, uma das iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos, será instalado entre 18 e 22 de maio, em Fontainebleau, França. O representante da América Latina será José Maria Jardim, diretor da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional.

Publicações

A Associação Francesa de Normalização (Afnor) lançou este ano o *Vocabulaire des archives: archivistique et diplomatique contemporaines*, que reúne mais de setecentos termos, com definições, exemplos, sinônimos e equivalentes em língua inglesa. Parte da mesma coleção, também foi publicada a segunda edição de *Vocabulaire de la documentation*.

Demografia histórica

Mediante convênio firmado entre a FIPE e a Fundação Seade, foi criado o Sistema de Documentação sobre Po-

pulação no Brasil — FIPE/DOCPOP, banco computadorizado de dados sobre demografia histórica e história da população brasileira, que tem como finalidade a recuperação e difusão de todos os trabalhos realizados no Brasil e no exterior, relativos à área.

Este serviço de informação baseia-se nos seguintes pontos: o acervo de livros e revistas da biblioteca da FEA/USP, com cerca de 140 mil volumes; os microcomputadores da FIPE, da linha IBM PC, que serão alimentados, inicialmente, com cerca de 550 trabalhos, já levantados, indexados e sumariados; e o sistema DOCPOP, responsável pela divulgação semestral de todas as informações sobre população no Brasil, através da *Revista DOCPOP*.

Desenvolvido pelas Nações Unidas, o programa de computador permite a localização de um determinado trabalho ou de uma extensa bibliografia por diferentes acessos: autor, título, tipo de publicação, idioma do texto, número de referências bibliográficas citadas, alcance temporal da pesquisa, dados estatísticos e assuntos abordados. Cada trabalho é acompanhado de um resumo informativo, podendo ser indexado em cerca de oito assuntos específicos.

Rol de eventos

O Arquivo Nacional será sede da reunião anual do Comitê Deliberativo da A.L.A., a ser realizado em 19 de junho do corrente ano. Além de sua diretoria, estarão presentes ao encontro César Garcia Belsunce, presidente honorário da A.L.A., Charles Kecskeméti, secretário-executivo do C.I.A., e Margarita Vásquez, diretora dos Arquivos de Estado da Espanha.

Realizou-se em Trier, República Federal da Alemanha, nos dias 13 a 15 de março, a Conferência Internacio-

nal sobre programas de microfilmagem para países em desenvolvimento. Assistiram à reunião o presidente e o vice-presidente do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), seu tesoureiro, os secretários para o Desenvolvimento e Normalização e o presidente do Comitê de Reprografia, além de representantes dos ramos regionais (A.L.A., Cenarbica, Esarbica, Sarbica, Swarbica, Warbica). Participaram também do encontro os diretores dos arquivos nacionais, o representante do diretor-geral da Unesco e observadores.

Dentre as principais recomendações oriundas da conferência, destaca-se o apelo feito aos ramos regionais do C.I.A. para que formulem projetos nacionais e apoiem a Unesco no desenvolvimento e na implementação desses programas. Observou-se, no entanto, que todos os projetos deverão estar coordenados a programas de segurança e de preservação, e que será dada prioridade à microfilmagem de arquivos pertencentes a antigas colônias, os quais se encontram sob guarda das metrópoles.

O Arquivo Nacional, com o apoio do Ministério da Administração, realizará entre os dias 30 e 31 de julho, na Fundação Centro de Formação do Servidor Público, em Brasília, o I Seminário Nacional de Gestão de Documentos. Entre os temas a serem abordados destacam-se: os arquivos como apoio no processo político-decisório na administração pública; o uso da informática e acesso à informação em arquivos correntes; avaliação e destinação de documentos.

O governo dos EUA, através da Comissão de Bibliotecas e Ciência da Informação, o Conselho Internacional de Arquivos e a Sociedade Americana de Arquivistas, promoverá em Washington, de 1º a 5 de junho, o seminário Planejamento de um Programa de Preservação de Arquivos. Após

o encontro, os participantes poderão, mediante o Partners of America, estagiar em arquivos dos estados conveniados com esta instituição. O Brasil enviará representantes do Arquivo Nacional e dos arquivos estaduais.

Com o propósito de discutir política de recursos humanos em arquivos, será realizado pelo Arquivo Nacional, de 5 a 7 de maio, o Pré-Seminário de Modernização sobre Formação Profissional. Estarão presentes os coordenadores dos cursos de arquivologia existentes no Brasil.

Posteriormente, de 16 a 18 de junho, ocorrerá o Seminário sobre Formação Profissional, com a presença dos diretores de arquivos nacionais latino-americanos, da diretora do arquivo da Espanha, do secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, além dos coordenadores de cursos de arquivologia da América Latina e do diretor da Escola de Arquivologia da Holanda.

O Arquivo Nacional promoverá, de 18 a 29 de maio, quatro cursos sobre Introdução à Gestão de Documentos, destinados a profissionais de nível médio e superior, lotados na administração pública federal. Com carga horária de trinta horas, abordarão tópicos como conceitos básicos de arquivologia, gestão de documentos, atividades técnicas de arquivos correntes, entre outros.

A reunião anual do Comitê para Formação Profissional do Conselho Internacional de Arquivos realizou-se em Granada, Espanha, entre 27 e 29 de abril. Além dos membros do Comitê, participaram da reunião Margarita Vázquez de Parma, diretora-geral dos Arquivos de Espanha, e Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos. Dentre as principais resoluções do encontro destacaram-se a designação de Petrus Sigmond,

diretor da Escola de Arquivistas do Arquivo dos Países Baixos, para elaborar um estudo sobre a viabilidade de transformar o Comitê em seção do C.I.A.; a atualização das informações sobre escolas e cursos de arquivística (alteração de currículos, criação de cursos e escolas, bolsas de estudo etc.) a serem enviadas à Holanda para publicação no *Anuário*, em 1989; o planejamento dos seminários internacionais sobre formação profissional; a editoração da *Carta de Informação* do Comitê sob a responsabilidade da Universidade de Michigan, EUA; a inclusão na revista *Archivum*, em 1988, de modelos de currículos, bem como de uma bibliografia sobre formação de pessoal; e recomendações à Unesco/C.I.A. quanto à necessidade de unificação da terminologia arquivística, além da elaboração de critérios para revalidação dos programas dos cursos de arquivologia.

